

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**CAMINHOS DO SINDICALISMO: TRAJETÓRIA DE VIDA DE
PROFESSORES DO SEPE/BAIXADA FLUMINENSE**

Andréa Cristina Oliveira Duarte de Souza S. da Silva

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Miriam Waidenfeld Chaves.

Rio de Janeiro
2012

Andréa Cristina Oliveira Duarte de Souza S. da Silva

**CAMINHOS DO SINDICALISMO: TRAJETÓRIA DE VIDA DE
PROFESSORES DO SEPE/BAIXADA FLUMINENSE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof.^a Dr^a Miriam Waidenfeld Chaves.

Rio de Janeiro
2012

FICHA CATALOGRÁFICA

S586 Silva, Andréa Cristina Oliveira Duarte de Souza S. da.
Caminhos do sindicalismo: trajetória de vida de professores do
SEPE/Baixada Fluminense / Andréa Cristina Oliveira Duarte de
Souza S. da Silva. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
116f.

Orientadora: Miriam Waidenfeld Chaves.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de
Janeiro, Faculdade de Educação, 2012.

1. Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio
de Janeiro. 2. Professores – Atividades políticas. 3. Sindicatos –
Professores – Rio de Janeiro (Estado). I. Chaves, Miriam
Waidenfeld. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

CDD: 371.1

Andréa Cristina Oliveira Duarte de Souza S. da Silva

**CAMINHOS DO SINDICALISMO: TRAJETÓRIA DE VIDA DE
PROFESSORES DO SEPE/BAIXADA FLUMINENSE**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em
Educação.

Área de concentração: Educação.

Aprovada em: ____ de _____ de 2012.

Banca Examinadora

Prof. Dra. Miriam Waidenfeld Chaves

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Assinatura: _____

Prof. Dra. Ana Waleska P. C. Mendonça

Instituição: Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro

Assinatura: _____

Prof. Dra. Libânia Nacif Xavier

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

À orientadora e amiga Miriam Waidenfeld Chaves, meus sinceros agradecimentos, por me apoiar em cada encontro, tornando-se co-participante deste meu estudo. Sorrindo, às vezes, chorando, tentando me ajudar nas mais variadas situações: nas leituras, na delimitação do objeto e na necessidade de se observar o rigor das normas acadêmicas. Miriam, agradeço pela paciência e pelos puxões de orelhas;

Às nove professoras sindicalizadas, cujos depoimentos tornaram possível a realização desta dissertação;

Aos padres Paulo Pires e Luigi Costanzo Bruno por me fornecerem material e entrevistas preciosas para a compreensão do relevante papel da Igreja na constituição do *ethos* político da Baixada Fluminense;

Às professoras Libânia Nacif Xavier e Sônia de Castro Lopes que estiveram na banca de qualificação e que muito contribuíram para a continuidade da pesquisa. Obrigada, pelo carinho e atenção que sempre me disponibilizaram desde a minha graduação;

Às companheiras e companheiro, amigas e amigo que fizeram parte desta jornada e que choraram, se angustiaram e sorriram nas tardes agradáveis do cafezinho: Thaís, Alessandra, Fernanda (companheira de orientadora), Alex, Ana Lidia, Simone, Viviane, Arlene, Djenane, Jordana, Patrícia e Claudia. E aos amigos Lillian e Guilherme que também foram importantes nessa caminhada.

À Solange por ser sempre atenciosa e estar sempre com um sorriso no rosto, o que nos faz lembrar que mesmo tendo prazos rigorosos, não podemos perder nossa essência: somos humanos.

Aos professores Jailson Santos e Daniela Patti por proporcionar um aprendizado a mais nesta caminhada;

A amiga de trabalho Malena Mann por trocar alguns dias da escala de trabalho o que possibilitou que eu realizasse as entrevistas;

Aos familiares que, de alguma forma, estão presentes nesta escrita, seja por meio de seu carinho e apoio. Muitas vezes, mesmo sem entenderem, contribuíram para a realização deste trabalho.

A meus pais, por me ensinarem que não existe limites nos sonhos e que se deve persistir até que se possa realizá-los;

Às minhas filhas, peço desculpas se demorei um pouco para terminar este trabalho. Na verdade, sua mãe também tem dificuldades; mas saibam que não desisto e lembrem sempre disso;

Ao meu esposo Sérgio, por me apoiar nas minhas ausências e por acreditar nos meus sonhos;

Ao **AUTOR** da vida por apenas permitir que eu respire!



“A sociedade, como sabemos, somos todos nós; é uma porção de pessoas juntas.” (Norbert Elias)

Sala de reunião do O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação- Itaguaí. (Foto de Andréa Cristina Souza)

RESUMO

A presente dissertação, a partir de um diálogo entre a História da Educação e a Sociologia da Educação, procura entender como nove professoras sindicalizadas da rede pública da Baixada Fluminense desenvolveram sua disposição política. Ou seja, com base em uma história da profissão docente, tem-se como finalidade compreender de que maneira os espaços de socialização – movimento estudantil, movimento social, Igreja, movimento operário, movimento de esquerda e família – contribuíram para a constituição da identidade sindical das professoras em foco. Nesse sentido, as entrevistas - recurso metodológico utilizado - são analisadas sob a luz dos conceitos de “socialização”, “disposição política”, “configuração social” e “identidade social”, respectivamente de Lahire, Elias e Dubar. Tem-se como intuito construir uma sociologia do indivíduo que define o social a partir das formas como as próprias relações sociais entre os indivíduos são constituídas. Pretende-se, dessa forma, entender a conformação da identidade sindical não a partir do movimento social *estrito sensu*, mas segundo a força socializadora dos espaços sociais por onde, por ventura, as entrevistadas tiveram a oportunidade de circular. A dissertação ainda conta com uma revisão bibliográfica sobre a história da organização sindical docente, principalmente do Rio de Janeiro, uma explanação sobre a vocação política da Baixada Fluminense e uma análise das entrevistas. Mostra, enfim, que a vida sindical pode ser entendida como um fazer para “iniciados”.

Palavras Chave: Disposição política; socialização; trajetória social e professor sindicalizado.

ABSTRACT

This dissertation from a dialogue between the History of Education and Sociology of Education attempts to understand how nine union members of the female teachers from public schools at Baixada Fluminense region developed their political disposition. That is, based on a story of the teaching profession has as purpose to understand how the spaces of socialization - the student movement, social movement, church, labor movement, left movement and family - contributed to the constitution of the union identity of the female teachers in focus. In this sense, the interviews - the methodology resource use - ,are analyzed under the light of the concepts of "socialization", "political will", "social setting" and "social identity", respectively of Lahire, Elias and Dubar. It has been as intention to build a sociology of the individual who understands the social from the ways in which the social relations are formed between individuals. It was intended, then, to understand the conformation of the union identity not from the social movement in the strict sense, but according to the socializing force of social spaces where, perchance, the respondents had the opportunity to walk around. The dissertation also included a literature review on the history of teacher union organization, especially in Rio de Janeiro, an explanation of the political vocation of the Baixada Fluminense region, and finally an analysis of the interviews.

Keywords: Political Disposition socialization, social trajectory and unionized teacher.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1. UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA SOBRE TRAJETORIAS SINDICAIS DE PROFESSORES	17
1.1 O Professor: uma identidade sindical em construção	22
1.2 Como fica o professor no interior de sua categoria?	32
1.3 O professor segundo sua disposição política	37
2. BAIXADA FLUMINENSE: TERRITÓRIO FÉRTIL PARA FORMAÇÃO DE LÍDERES	47
2.1 O conceito de política e a utilização da política na região	48
2.2 Histórias e lutas	53
2.2.1 Quando tudo começou	60
2.2.2 Comunidade Eclesial de Base na Baixada: o papel da Igreja	61
2.2.3 O movimento de Amigos do Bairro: a união faz a força	68
2.2.4 O SEPE: sua presença e força nos municípios da Baixada.....	72
3. FILIAÇÃO E FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS NO SEPE: COMO SURGEM AS DISPOSIÇÕES POLITICAS NA TRAJETÓRIA DOS PROFESSORES ENTREVISTADOS?	75
3.1 Movimento Estudantil	77
3.1.1 O Caso Letícia.....	78
3.2 Movimentos de Bairros e a presença da Igreja.....	81
3.2.1 O caso Clarisse	82
3.2.2 O caso Sônia.....	84
3.2.3 O caso Ivete.....	86
3.2.4 O caso Dilma.....	87
3.3 Movimento operário	90
3.3.1 O caso Valéria	90
3.4 Movimento de Esquerda.....	92
3.4.1 O caso Edna.....	93
3.5 Movimento sindical	95
3.5.1 O caso Lilian	95
3.6 Movimento Circular	97
3.6.1 O caso Marlene	98
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
5. REFERÊNCIAS	105
6. ANEXO: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	111

APRESENTAÇÃO

Cada indivíduo, diferencia-se de todos os outros e em torno desses elementos de diferenciação há um registro único e ininterrupto de fatos sociais ligados a eles, como ‘barbe à papa’, como uma substância pegajosa à qual são colados incessantemente novos detalhes biográficos (GOFFMAN, 1975, p.74, *apud* LAHIRE,2004).

Inicialmente, o presente trabalho pretendia dar continuidade ao tema explorado na monografia intitulada *Família e estratégia de escolarização: a escolha do curso de pedagogia por três moradoras da Baixada Fluminense*. O objetivo central do estudo era compreender as motivações pessoais que influenciaram a escolha da profissão através da análise de um conjunto de fatores sociais, políticos, econômicos e familiares que justificariam a própria escolha da profissão; e nesse caso, essa opção estaria contribuindo para os estudos sobre a definição da identidade docente.

Entretanto, no mestrado, ao vislumbrar novas possibilidades de estudo, meu interesse passa a ser outro momento da vida dos professores. Não mais aquele período que antecede a prática da profissão – as razões dessa escolha -, mas outro, posterior, em que nosso sujeito, já em atividade profissional, construiu uma série de “opiniões” sobre o “ser professor”.

Identifico-me, então, com dois temas que se encontram no âmbito dos estudos sobre a profissão docente e que se completam, na medida em que seus resultados expressariam as percepções e ações, sejam políticas, sociais, econômicas e culturais daqueles que se enquadram nessa profissão. Enquanto o primeiro refere-se à formação de professores (PERRENOUD, 1993; NÓVOA, 1995; TARDIF, 2000; TANURI, 2000; VILLELA, 2000; SANTOS, 2004; SOUZA, 2007; SCARAMUSSA, 2008) que, inclusive, já possui uma vasta literatura que se desdobra em alguns sub-temas (formação continuada; história da formação de professores; saberes da prática docente; os espaços de formação de professores) dos quais nos possibilitam compreender a própria história dessa profissão; o segundo diz respeito à identidade docente (SOUZA, 1993; MOITA, 1995; VIANNA, 1999; ANDRADE, 2001), que, igualmente, possui uma considerável bibliografia e que procura mostrar as formas de construção sócio-histórica dessa categoria profissional.

Nesse sentido, a construção deste objeto de pesquisa foi se desenvolvendo enquanto outras questões também foram me instigando. E diferentemente de algumas dissertações que são impulsionadas pelo envolvimento do mestrando com a prática docente, meus questionamentos foram estimulados pela experiência que tive em participar de alguns grupos de pesquisa no Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES¹), espaço onde pude realizar algumas leituras (LAWN, 2001; NOVOA, 1995; HYPOLITO et all, 2005; LELIS, (2001) que contribuíram para a minha reflexão sobre os dois temas acima citados.

No artigo *Profissão docente: uma rede de histórias*, LELIS (2001), ao justificar sua pesquisa sobre trajetória de vida de professoras das séries iniciais do ensino fundamental, coloca seu foco nos próprios professores e, desse modo, procura “desmistificar o discurso sobre a desqualificação dos saberes e práticas do magistério, onde os professores eram vistos como incompetentes tecnicamente e descompromissados politicamente na tarefa de ensinar setores das camadas populares” (p.40). Ao levar em consideração as vozes de professoras não apenas chama a atenção para suas práticas, como, também, resvala para os estudos sobre os indivíduos – professores -, aspecto esse que diretamente nos interessa.

Essa opção ainda pode ser desdobrada e possibilita uma reflexão sobre as classificações em termos de habilidades, saberes (TARDIF, 2000) e grau de comprometimento com a própria profissão docente. Entretanto, é importante destacar que se não irei me deter sobre essa problemática, me aproprio de algumas de suas idéias que diretamente instigam minha investigação sobre a empiria.

Acima de tudo, essas considerações, em última instância, permitem uma aproximação com meu objeto de estudo, quando o já citado TARDIF (*idem*) aponta para uma mudança na “visão da perícia profissional, que deixou progressivamente seu modo científico racional para aproximar-se de um saber socialmente situado e localmente construído” (p.8). Ou seja, numa perspectiva de que a disposição política dos professores entrevistados possa ter, por exemplo, sido adquirida ao longo de sua prática docente.

¹ No ano de 2007 tive a oportunidade de participar de duas pesquisas ali desenvolvidas: a primeira intitulada “A Universidade do Distrito Federal (UDF): Centro de Cultura e de Produção do saber”, coordenada pela professora Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, e a segunda, coordenada pela Doutora Libânia Xavier, cujo foco era a História da profissão docente no Brasil e em Portugal, a profissionalização docente e o associativismo

Portanto, para articular a prática docente dos entrevistados às suas ações e escolhas políticas, é possível pensar que:

O conhecimento profissional possui também dimensões éticas (valores, senso comum, saberes cotidianos, julgamento prático, interesses sociais etc.) inerentes à prática profissional, especialmente quando esta se aplica a seres humanos: pacientes, prisioneiros, alunos, usuários dos serviços sociais etc (*idem*, p.8).

A atualidade do tema, então, está comprovada e a relevância da dissertação encontra-se em sua abordagem - seu tratamento -, permitindo que seja elaborada através do imbricamento entre história e sociologia, disposição e política. Acredito que através dos entrevistados, consiga estabelecer proximidades ou distanciamento com situações consideradas “pessoais”, assim como, com as razões das inclinações políticas constituídas ao longo de suas trajetórias profissionais.

Inspirada por esse recorte, por meio da temática profissão docente, suas formas de organização sindical e seus espaços de socialização, procuro compreender como alguns professores constituíram uma disposição (LAHIRE, 2004) política que os permitiram desenvolver certo “gosto” pela luta sindical.

Interessa-me, enfim, entender como um grupo de professores constituiu uma identidade profissional intimamente vinculada ao movimento dos professores, isto é, ao seu sindicato - Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE²) – possibilitando, inclusive, que alguns deles tenham se transformado em algum tipo de liderança sindical.

Após essa definição, estabeleci que me deteria sobre um grupo específico de professores da Baixada Fluminense (Nova Iguaçu, Duque Caxias e Itaguaí ligados ao SEPE³) que, de algum modo, adquiriu uma disposição política que os diferenciaria do

² O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE) assume essa nomenclatura na Assembléia Geral de 12 de dezembro de 1988. Possui em sua trajetória algumas fusões pontuadas por várias denominações, fruto, muitas vezes, da união entre associações já existentes. A exemplo disso, temos no movimento docente do Rio de Janeiro: A União dos Professores do Rio de Janeiro (UPRJ) - fundada em 1948 como a União dos Professores Primários do Distrito Federal (UPP - DF) e, posteriormente, denominada União dos Professores do Estado da Guanabara (UPEG) – que se fundiu, em 1979, à Associação de Professores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e com a Sociedade Estadual de Professores (SEP/RJ), ambas criadas em 1977 e que, anos mais tarde, deram origem ao Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro (CEP/RJ) (QUINTANILHA, 1999; MASSON, 1988; SOBREIRA, 1989; *apud* VICENTINI e LUGLI, 2009, p. 100).

³ Posteriormente explicitarei as razões da escolha desses municípios.

restante da categoria de professores desses três municípios, justamente, por atuarem de modo mais ativo nas lutas sindicais de sua categoria profissional.

Por fim, cabe, explicitar que esta dissertação é fruto de alguns questionamentos que surgiram antes do meu ingresso no Programa de Pós-Graduação, mas, principalmente, é produto de uma rotina de leituras (LAHIRE, 2004, 2008; ELIAS, 1994; CHAVES, 2010; DUBAR, 1998, 2005), discussões e estudos que foram se fundamentando no grupo de pesquisa, e se concretizando na Prática de Pesquisa orientada pela a Professora Miriam Waidenfeld Chaves; o que possibilitou a concretização deste trabalho.

Para desenvolver este estudo levei à campo algumas hipóteses. A primeira delas diz respeito à socialização primária, aquela que ocorre nas práticas familiares, nas configurações familiares e que, nesse caso, influenciariam as escolhas profissionais, assim como permitiriam que esses mesmos sujeitos desenvolvessem ao longo de sua trajetória profissional certa disposição política. Ou seja, caberia então perguntar se que o “gosto” pela política de alguns professores entrevistados estaria relacionado com alguma experiência familiar?

A segunda hipótese encontra-se pautada na possibilidade da vida escolar acadêmica e a própria formação profissional terem estimulado nossos sujeitos à desenvolver alguma atividade política futura, já que partimos do pressuposto que os espaços escolar e acadêmico são lugares onde poderiam ser fomentadas algumas importantes discussões políticas. Enfim, é possível suscitar se os professores teriam sido representantes de turma ou, ainda, teriam participado de algum grêmio estudantil? Como foi a vida escolar e acadêmica desses professores entrevistados?

Outra hipótese, refere-se ao papel da rede de relações - o capital social⁴ - constituída no ambiente de trabalho. Ou seja, é possível questionar se o convívio com os colegas de trabalho teria influenciado algumas das entrevistadas a aderirem ao sindicato e, nesse caso, estimulado uma posição mais ativa no movimento sindical de sua categoria? Ou, será que as dificuldades salariais assim como as precárias condições de trabalho facilitaram o desenvolvimento de uma disposição política mais ativa por parte das professoras pesquisadas?

⁴ BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, MARIA ALICE & CATANI, AFRÂNIO. *Escritos de Educação*. Petrópolis, Vozes, 2002, p. 65-79.

Uma quarta hipótese liga-se à possibilidade de os entrevistados terem tido alguma relação com a Igreja Católica⁵, principalmente aquela que se identifica com a Teologia da Libertação, uma vez que Dom Adriano Hipólito e Dom Mauro Morelli contribuíram para a aproximação da Baixada com a religião Católica e a política. Ou ainda, caberia indagar se a disposição política de nossos entrevistados foi adquirida por meio de seu contato com a Igreja?

Desse modo, a dissertação é composta por três capítulos, cuja síntese encontra-se explicitada a seguir.

No primeiro capítulo - UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA SOBRE TRAJETÓRIAS SINDICAIS DE PROFESSORES -, mostro que se esse estudo se aproxima da sociologia, também se utiliza da história, na medida em que se debruça sobre a trajetória da organização sindical da categoria de professores. Ressalto, ainda, como o professor é visto dentro de sua categoria, quais seriam seus embates, disputas e conflitos e, inclusive, como a própria literatura sobre o tema trata essa questão. Finalizo, buscando explicitar os limites e possibilidades de se trabalhar com a subjetividade – professor -, entendida aqui como algo que se encontra constitutivamente ligado ao coletivo.

No segundo capítulo - BAIXADA FLUMINENSE: TERRITÓRIO FÉRTIL PARA FORMAÇÃO DE LÍDERES - elaboro uma reflexão sobre o conceito de política e seus embates na profissão docente. Demonstro como se organiza geograficamente, social e economicamente os municípios em foco, ao mesmo tempo em que também chamo a atenção para a “vocaçã” política da região que através de uma forte influencia da Igreja caracterizou-se como um pólo de resistência, principalmente a partir dos anos 1970/1980. Finalmente, mostro como o movimento de bairro e a própria história do movimento sindical dos professores nos municípios da Baixada contribuem para reforçar essa imagem politizada da região.

No terceiro capítulo - FILIAÇÃO E FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS NO SEPE: COMO SURGEM AS DISPOSIÇÕES POLÍTICAS NA TRAJETÓRIA DOS PROFESSORES ENTREVISTADOS? - através da análise das entrevistas, procuro entender de que maneira os processos de socialização vivenciados pelos professores, bem como os espaços sociais por onde circularam influenciaram seu “engajamento

⁵ No decorrer da dissertação essa instituição será denominada apenas Igreja

político”. Assim, tomando por referência os dados fornecidos por nossos entrevistados, busco entender de que modo certas experiências por eles vivenciadas contribuíram para que adquirissem certa disposição política que, em última instância, os diferencia do restante dos demais professores da região.

Para melhor visualização das análises apresentadas nesse capítulo, disponibilizo abaixo duas tabelas que mostram o percurso das entrevistas, assim como alguns dados sobre as entrevistadas, tais como sua formação acadêmica, ligação com o sindicato e seu local de moradia⁶.

Tabela 1:

	Entrevistado	Local da entrevista	Data	Turno
SEPE Nova Iguaçu	Edna	SEPE Nova Iguaçu	Janeiro de 2011	Tarde
	Lilian	SEPE Nova Iguaçu	Janeiro de 2011	Tarde
	Letícia	SEPE Nova Iguaçu	Janeiro de 2011	Tarde
SEPE Itaguaí	Clarisse	Sala de aula da Faculdade de Educação da UFRJ	Dezembro de 2011	Manhã
	Dilma	SEPE Itaguaí	Novembro de 2011	Tarde
	Marlene	SEPE Itaguaí	Novembro de 2011	Tarde
SEPE Duque de Caxias	Ivete	SEPE Duque de Caxias	11 de janeiro de 2012	Tarde
	Valéria	SEPE Duque de Caxias	17 de janeiro de 2012	Tarde
	Sônia	SEPE Duque de Caxias	17 de janeiro de 2012	Tarde

⁶ Os nomes de todos os entrevistados são fictícios

Tabela 2:

	Entrevistado	Formação acadêmica	Tempo de Magistério	Diretoria ou não	Mora no município?	Tempo de filiação
SEPE Nova Iguaçu	Edna	Graduação	26 anos	Tesouraria	Mora em Nova Iguaçu	20 anos
	Lilian	Graduação em Pedagogia	12 anos	Tesouraria	Mora em Nova Iguaçu	12 anos
	Letícia	Graduação em História	16 anos	Tesouraria	Mora em Anchieta	16 anos
SEPE Itaguaí	Clarisse	Graduação em Pedagogia e Mestre em Educação	5 anos	Apenas filiada	Mora no município do Rio de Janeiro	3 anos
	Dilma	Graduação em Filosofia	43 anos	Diretoria	Mora no município de Itaguaí	26 anos
	Marlene	Graduação incompleta	34 anos	Diretoria	Mora no município de Itaguaí	25 anos
SEPE Duque de Caxias	Ivete	Graduação em Pedagogia	20 anos	Diretoria	Mora no município de Duque de Caxias	12 anos
	Valéria	Graduação em Letras	18 anos	Diretoria	Mora no município de Duque de Caxias	18 anos
	Sônia	Graduação em Pedagogia	22 anos	Diretoria	Mora no município de Duque de Caxias	22 anos

Por fim, nas considerações finais, procuro sintetizar as análises delineadas nos capítulos anteriores, esperando, principalmente, poder contribuir para futuras pesquisas no campo da história e da sociologia da educação, bem como sinalizar outras possibilidades de análises sobre o tema.

1. UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA SOBRE TRAJETÓRIAS SINDICAIS DE PROFESSORES

Os estudos de caso, de fato, não se referem a ‘pessoas singulares’ mas, a uma parte daquilo que o mundo social refletiu nela (LAHIRE, 2004).

A profissão docente, sem sombra de dúvidas, é um tema bastante explorado, principalmente na área da história da educação; basta verificar as temáticas de alguns de seus últimos congressos⁷.

Inclusive, FERREIRA (2008), no V Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação, em Minas Gerais, nos apresenta um levantamento de dados com o intuito de delinear um cenário da produção historiográfica sobre a formação docente. Afirma que “as pesquisas sobre a profissão docente sempre estiveram presentes nos eventos científicos com maior ou menor visibilidade” (p.4). Além disso, seus estudos, principalmente, a partir da década de 1990 também salientam que é possível encontrar diferentes abordagens sobre essa questão⁸.

Ao procurar por estudos que investigam a trajetória do professor sindicalizado, pude encontrar trabalhos como os de ALVARENGA (1991), BADARÓ (1996); VIANNA (1999, 2001); SILVEIRA (2002); NAJJAR (2004); MIRANDA (2005); SILVA (2006) e VICENTINI e LUGLI (2009) que se detém sobre os modos de organização do professor e sobre a história de seus sindicatos, inclusive, a do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE).

Ajudaram-me a compreender a história da profissão docente sob o ângulo da história sindical ou mesmo do movimento social, suas lutas e conflitos frente à conjuntura política. E se expõem como essa categoria se constitui historicamente, principalmente, salientam o quanto as condições sociais contribuíram para essa mesma organização.

⁷ III CBHE 2004 ; IV CBHE 2006 ; VI CLBHE 2006 ; II COPEHEMG 2003 ; III COPEHEMG 2005; IV COPEHEMG 2007.

⁸ Cabe salientar o levantamento apresentado por FERREIRA (2008) no V Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação, em Minas Gerais, onde expôs um balanço indicativo das principais tendências no conjunto das pesquisas analisadas que problematizam a formação docente no período de 2002 a 2007. Para isso, tomou como base os Anais produzidos pelos Congressos de História da Educação, e pelas reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)

Desse modo, cabe um breve diálogo com esse tipo de trabalho⁹ que delinea boa parte da história do sindicalismo docente no país. Nessa revisão histórica é possível encontrar estudos que indicam a representação do magistério atrelada às mudanças ocorridas na organização dos sistemas escolares - a difusão da escola moderna - e a própria fixação do espaço profissional docente; ambas situações colaborariam, então, para a criação de instituições para a formação de professores (VICENTINI e LUGLI, 2009, p.17).

Indícios de organizações similares são apresentados por NÓVOA (1991) que ao reconstituir a história da profissão docente sinaliza que as associações profissionais mundo a fora se organizaram, ainda, no século XIX e se colocaram como portadoras das reivindicações dos professores. Também afirma que se compuseram a partir de três questões centrais:

(...) *melhoria do estatuto* (condições de acesso à profissão, formação, elevação no tratamento dos profissionais, etc.); *controle da profissão* (participação nas decisões sobre a atividade docente, autonomia sobre questões escolares, liberdade pedagógica, etc.); *definição da carreira* (promoção econômica e profissional, acesso a outros níveis da atividade escolar, etc.) (NOVOA, 1991; p.128, *apud* ALMEIDA, 2000, p. 04).

O próprio Boletim do SEPE, sindicato ao quais nossas entrevistadas encontram-se vinculadas, reforça as questões acima e, ainda, ratifica a idéia de que a luta sindical pressupõe mais do que simples melhoria salarial. Implica maior participação na tomada de decisões sobre a política educacional:

A educação não se resume a números que só servem para classificar e rotular. Por isso, é tão urgente recuperar um projeto de educação pública forjado nas lutas sociais dos anos 80 para atualizá-lo sem deixar de reafirmar o que tinha de mais essencial: seu caráter universalizante, socialmente comprometido, laico, público e democrático. Que garanta a autonomia pedagógica e política daqueles que constroem o processo de ensino aprendizagem ao mesmo tempo em que valoriza o trabalho dos profissionais da educação. É para esse desafio que o SEPE chama você. De 5 e 6 de novembro faremos um grande seminário para pensar e discutir estas questões no intuito de juntar forças para esta luta necessária para os dias de hoje. Você não

⁹ Levantamento bibliográfico de teses, dissertações e artigos que buscam a temática sindicalismo docente

pode faltar!” (Boletim do SEPE - Especial Unificado - outubro de 2010 – 2) ¹⁰.

Já no artigo *Professores e professoras: identidades e ações coletivas em construção*, apresentado na ANPED, em 2001, CLAUDIA VIANA busca compreender as perspectivas da categoria, a construção de suas respectivas identidades e experiências durante a década de 1990 e início do século XXI. Para tal empreitada, examina algumas produções sobre o tema e conclui que:

(...) no caso da identidade coletiva docente, exige considerar a diversidade que caracteriza a organização sindical e o cotidiano escolar de professores e professoras, não como determinismos locais fragmentados, mas enquanto um importante aspecto da organização social que forma professores e professoras enquanto sujeitos coletivos (*idem*, p.02).

Nesse caso, se os estudos sobre sindicato e profissão docente são bastante atuais, também é fato que têm se modificado e indicado outras perspectivas analíticas. Essas vertentes, ao se aproximarem mais dos sujeitos – professores –, se distanciam das análises que recaem quase que exclusivamente sobre os sindicatos (BADARÓ, 1996 e SILVEIRA, 2002) que por terem como foco a categoria dos professores como um todo, na maioria das vezes, constroem seus argumentos de forma mais “desencarnada”. Acabam por excluir a dimensão subjetiva daqueles que compõem essa mesma categoria e, nesse caso, ainda, estariam optando por um olhar macro e por uma análise que priorizaria a dimensão coletiva da história desse grupo de profissionais.

De outro lado, a obra, já clássica, *Vidas de Professores* (1995), organizada por NÓVOA, chama a atenção para a existência de outra vertente analítica que, entretanto, também possui limitações. Um dos estudos encontrado na obra, indica os eixos que colaboraram nas análises das narrativas que retratavam a formação docente, os eixos - “percurso de vida, representação do que foi formador, processos de formação e interação entre o espaço profissional e os outros espaços de vida” (MOITA, 1995, p. 118) - apontam para o processo de formação da identidade profissional ‘tecida’ na interação que ocorre entre “o universo profissional e os outros universos socioculturais” (*idem*, p. 116).

¹⁰ <http://www.seperj.org.br/admin/fotos/boletim/boletim11.pdf>. Visitado em 05 de novembro de 2010

Em última instância, de forma variada, a coletânea citada, deseja mostrar como os sujeitos – os professores - compõem sua prática pedagógica, social e política através de certas experiências com outro alguém, igualmente de carne e osso; isto é, os autores ao comporem seus artigos voltam-se para os professores e sua realidade e, nesse caso, valorizam suas experiências e subjetividades. Enfim, trilham um caminho diferente daqueles trabalhos citados acima que priorizam fundamentalmente a categoria como um todo, sua luta sindical e política.

Conseqüentemente, é possível notar um aumento considerável de estudos que colocam o professor no centro das análises. Ao se tornar uma tendência, NÓVOA (1995), um dos autores que se encontra no centro dessa discussão não se furta em apontar as limitações dessa opção:

(...) Desde então, a literatura pedagógica foi invadida por obras e estudos sobre *a vida de professores, as carreiras e os percursos profissionais, as biografias e autobiografias docentes ou desenvolvimento pessoal dos professores* (grifo do autor); trata-se de uma produção heterogênea, de qualidade desigual, mas que teve um mérito indiscutível: recolocar os professores no centro dos debates educativos e das problemáticas da investigação (*idem*, p.15).

Ao explicitar os problemas metodológicos dos trabalhos sobre histórias de vida de professores, problematiza esse tipo de pesquisa, na medida em que, apesar de acreditar nessa perspectiva analítica, critica o modo como, muitas vezes, é implementada. Considera que a complexidade da integração das abordagens (auto) biográficas permite, inclusive, a constituição de algumas ambigüidades e fragilidades conceituais.

Entretanto, como vimos anteriormente, se os estudos macro deixam de lado os sujeitos tornando esse tipo de abordagem um tanto abstrato, os estudos micro também teriam seus problemas: estariam se limitando a uma descrição sobre a história de vida do professor.

A tentativa em se ultrapassar alguns desses impasses relativos à pesquisa que recai sobre o professor de carne e osso poderia, então, ser sanada através do uso da abordagem sociológica que procura ir além do sujeito e sociedade, propondo-se investigar essas instâncias por meio de sua própria imbricação. Assim, esse modelo de pesquisa pode ser encontrado nos autores que buscam uma interlocução entre as

abordagens históricas e sociológicas, e que, portanto, ampliam suas análises sobre os indivíduos, grupos e/ou instituições sociais e sobre a sociedade.

CHAVES (2010), ao apresentar em seu estudo a possibilidade do diálogo entre as duas ciências, acredita na potencialidade dessa perspectiva teórica, bem como espera que colabore para o desenvolvimento de ambas as ciências sociais. Para a autora, esse imbricamento permitiria que os resultados combinassem alguma generalização observando as diferenças e peculiaridades do fenômeno social investigado (*idem*, p. 201).

Essa interlocução com a sociologia, inclusive, é aqui implementada. Permitiu-me aproximar dos sujeitos, sem, no entanto, isolá-los do social. Pelo contrário, parto tanto da compreensão de sua ligação com o sindicato quanto da premissa de que sua liderança sindical seja fruto de alguma socialização anterior - familiar, escolar e profissional. Ou seja, acredito que essa socialização do indivíduo (LAHIRE, 2004) me possibilite mostrar que o gosto pela política das entrevistadas seja fruto de alguma socialização anterior que lhes acabou gerando certa disposição política. Torna, inclusive, possível que eu verifique a especificidade de sua socialização que, em última instância, garantiu-lhes um *ethos* político diferenciado de outros tantos docentes.

Desse modo, é necessário buscar os diferentes processos de socialização experimentados pelos professores ao longo das suas trajetórias de vida, logo, os diferentes espaços por onde transitaram e que, por ventura, propiciaram algum tipo de socialização que os levassem a desenvolver “certo” gosto pela política. Conseqüentemente, procuro levar em consideração desde sua socialização primária – que se liga ao convívio familiar e de outros sujeitos com os quais interagiu na infância – até suas formas de interiorização atuais, cuja socialização profissional desempenha papel preponderante.

Acredito, também, que a relevância deste estudo encontra-se no fato de tomar os sujeitos como foco privilegiado de análise. Ou seja, uma compreensão sobre a história da profissão docente a partir da realidade subjetiva dos indivíduos; em última instância, um tipo de estudo que prioriza os modos de socialização e interação dos docentes com os diversos espaços sociais por onde circulam.

Com isso, quero ressaltar não apenas a importância de suas escolhas frente sua profissão e suas relações com as configurações familiar, escolar e sindical, mas, principalmente, que foram escolhas tecidas no social. Pretendo, então, compreender se

esses espaços sociais vivenciados pelos sujeitos estão de algum modo atravessados por algum tipo de socialização que os tenha levado a uma atuação política mais ativa, foco principal deste estudo.

Por acreditar que essa abordagem explicita outra face da história da profissão docente, filio-me a uma tradição que justamente procura investigar o social a partir dos indivíduos. Portanto, essa opção permite uma aproximação teórica metodológica com a sociologia (BOURDIEU, 1983; LAHIRE, 2004; DUBAR, 2005), conforme já anunciado anteriormente, que, nesse caso, ainda indicariam novas possibilidades de análise sobre a história da profissão docente.

Acredito que a abordagem sociológica seja de suma importância para entender as disposições políticas incorporadas nas ações sociais não somente na socialização primária dos indivíduos, mas, também, no conjunto de instituições e sistemas de ações pelo qual tenha transitado nossos entrevistados.

Assim, mais uma vez recorro a LAHIRE (2004) citado na abertura deste capítulo e reafirmo a adequação desta dissertação ao recorrer à subjetividade dos entrevistados ao buscar a relação da profissão com a política e, ainda, a ligação da militância com algum tipo de socialização anterior (experiência familiar, grêmios, associações religiosas, movimentos sociais e movimentos culturais). Assim, espero não sucumbir aos equívocos apontados por NÓVOA (1995).

1.1 O professor: uma identidade sindical em construção

Cada um é identificado por outrem, mas pode recusar essa identificação e se definir de outra forma. Nos dois casos, a identificação utiliza categorias socialmente disponíveis e mais ou menos legítimas em níveis diferentes (designações oficiais de Estado, denominações étnicas, regionais, profissionais, até mesmo idiosincrasias diversas... (DUBAR, 2005).

O objetivo desta seção é mostrar a trajetória do professor enquanto categoria e para tanto, é necessário reconstruir historicamente suas formas de organização, bem como seus embates ao nível nacional até chegarmos aos sindicatos docentes e ao próprio SEPE.

VICENTINI e LUGLI (2009) indicam que inicialmente a representação do magistério encontra-se circunscrita ao âmbito da difusão da escola moderna, pois os professores colaboraram para as mudanças e para a busca de alterações dessa configuração social: “no que concerne à sua composição, às exigências de formação, às condições de trabalho, às formas de organização profissional e às representações de categoria acerca do próprio trabalho” (p.13).

É possível encontrar vestígios das primeiras iniciativas ou experiências associativas no Brasil a partir da década de 1870, com as investidas dos professores primários e mais especificamente no Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Mesmo não havendo uma efetiva organização do magistério, existiriam modelos de entidades variadas, “com caráter mais corporativo ou de cunho científico” (*idem*, 97).

As cartas com reivindicações, assim como abaixo-assinados eram entregues às autoridades como canal de expressão das dificuldades enfrentadas no exercício da profissão. Uma dessas cartas, inclusive, consegue expressar o esforço dos professores em tentar interferir “no processo de organização do cotidiano escolar e alterar as suas condições de trabalho” (*idem*, p. 97). Esse é o caso do Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte, de 1871.

Nesse sentido, de forma variada, ocorreram fusões entre entidades, transformações e reorganizações de entidades devido à política governamental da época. GADOTTI (1996) afirma que:

A primeira reunião de educadores brasileiros de que se tem notícia, deu-se no Rio de Janeiro, em 1873, convocado por iniciativa do Governo. Dela participaram apenas professores das escolas desse município. Dez anos depois, realizou-se, na mesma cidade, uma *Conferência Pedagógica* que reuniu professores de escolas públicas e particulares da região (p.14).

Já no século XX, no Brasil, nas três primeiras décadas, é possível identificar um avanço no aparecimento de algumas iniciativas relativas à representação dos professores primários, proporcionando a criação das associações ou sindicatos que, na maioria das vezes, surgiram através de disputas quanto à legitimidade da própria representação da categoria.

Entretanto, inseriram-se “nesse processo, disputando a posição de porta-vozes da categoria, numa tentativa de interferir nos rumos adotados pelas políticas educacionais e

de conquistar melhores condições para o exercício da profissão, bem como maior prestígio”(VICENTINI e LUGLI, 2009; p.17).

Nos anos 1930, a efervescência da política trabalhista varguista promove a centralização política e a industrialização no país e desse modo, possibilita medidas no campo sindical permitindo sua regulamentação. Inicia-se, então, a construção de uma identidade sindical atrelada ao Estado.

No entanto, por não ser permitida ao servidor público a incorporação aos sindicatos, as primeiras organizações que teriam como função representar os professores secundários contariam apenas com aqueles que trabalhavam nos estabelecimentos de ensino privados. O SINPRO-RIO, fundado em 1931, é nosso melhor exemplo: “um sindicato que representa os professores da rede privada de educação em todos os seus níveis: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e até mesmo educação superior” (MIRANDA, 2006, p. 07).

No decorrer da década de 1950, devido ao próprio clima político favorável, diversas associações de professores primários começaram a surgir em alguns estados brasileiros, sendo que as de maior destaque localizavam-se no Ceará, Pernambuco, Piauí, Alagoas, Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso do Sul. Esse impulso, enfim, acaba por colaborar para o ideal de se fundar uma entidade representativa do magistério em nível nacional, ‘sonho’ que apenas mais tarde poderá ser realizado.

Portanto, em 1960, a reunião de vinte e seis delegações pôde criar a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), dando origem a atual Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que passa a ter entre seus membros o Centro do Professorado Paulista (CCP) e a Associação dos Professores Primários de Minas Gerais (APP-MG), importantes pólos de reunião de professores nesse período (VICENTINI e LUGLI, 2009).

Alguns autores elaboram certas análises que ilustram muito bem essa fase de organização associativista, seja ao nível macro, isto é, nacional (BOITO Jr., 1991; BADARÓ, 1996; GADOTTI, 1996), seja ao nível micro, cujos estudos recaem sobre realidades específicas acerca de algum sindicato estadual (VIANNA, 1999; ANDRADE, 2001; SILVEIRA, 2002; SILVA, 2006; ALMEIDA, 2009).

Em seu artigo, ALMEIDA (2009), por exemplo, ao discutir a formação do movimento sindical dos professores da rede pública no Estado do Ceará, identifica na

trajetória de lutas dos servidores públicos da área da educação dois momentos: primeiro a fase do associativismo e depois a do sindicalismo. Assim, de acordo com a autora:

A incursão pela emergência da organização docente no Ceará demonstra que esta surgiu nos moldes do “associativismo” que se caracterizou pela fragmentação das lutas da categoria, evidenciada pelo número de associações fundadas, nas quais se defendiam os interesses específicos de cada segmento; pela ausência de debates mais amplos que discutissem a política educacional em todos os seus aspectos; inexistência da luta pela democratização da escola pública, ausência de práticas combativas e a política do peleguismo, no qual as reivindicações eram mais discutidas com o governo, não havendo um debate entre a categoria (*idem*, p.02).

Nessa segunda fase do sindicalismo, a autora reforça a premissa acima quando aponta que as mudanças estruturais do movimento tiveram uma maior repercussão no período da abertura política, quando “houve a emergência das lutas dos trabalhadores brasileiros, organizados em um movimento mais combativo denominado ‘Novo Sindicalismo’”(*idem*, p.03).

Dessa forma, o movimento caminha para uma:

retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos nos índices de sindicalização (...) (ANTUNES,1995, *apud* ALMEIDA, 2009, p.03).

Essa constatação pode ainda ser observada na tese de MARCELO BADARÓ MATTOS (1996) quando em seu segundo capítulo procura “rastrear a construção da categoria ‘novo sindicalismo’” (p.63), fazendo uma análise dos estudos acadêmicos sobre o tema. Ao propiciar um mapeamento das transformações sindicais, o autor nos indica que “as transformações geradas no universo sindical brasileiro a partir do fenômeno do ‘novo sindicalismo’ passaram a ser alvo, também nos anos 90, de balanços analíticos acadêmicos” (*idem*, p.87).

Uma das questões por ele abordada é a de que os autores ao se debruçarem sobre essa questão concluem que esse novo movimento tem como cenário a região industrial da Grande São Paulo no anos de 1970. Aponta como JOSÉ ALVARO MOISÉS (1981) e MARIA HERMÍNEA TAVARES DE ALMEIDA (1984) definiram o “Novo Sindicalismo”:

Oposição a um “antigo” sindicalismo ou talvez em oposição a vários sindicalismos antigos. Ele opunha-se, obviamente, ao imobilismo do sindicalismo controlado e reprimido pelos governos militares, mas opunha-se também as formas consideradas como dominantes no movimento sindical do pré-64, geneticamente denominado “sindicalismo populista” (BADARÓ,1996, p.77) [grifo do autor].

Outra questão apontada pelo autor (*idem*) refere-se à construção de uma nova identidade sindicalista, que se diferencia do sindicalismo conformado pós-64 e também dos próprios discursos das lideranças que diziam defender os interesses da categoria no período pré-64. Considera que essas duas posições encontram-se no mesmo nível: a dos pelegos. Exemplifica sua hipótese por meio da fala de Luís Inácio Lula da Silva¹¹ quando à frente da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, discursa:

O dirigente sindical que se preza não pode em nenhum momento ver o sindicato como órgão empregatício que lhe dê um status. O dirigente sindical que se preza não pode deixar de denunciar as arbitrariedades existentes dentro de suas categorias. O pelego é a omissão do movimento sindical brasileiro. É de muita recepção mas de pouca participação. Um dirigente sindical que se preza não deveria se sujeitar a ser um vogal, um juiz classista, apenas para ganhar dinheiro (in: BADARÓ, 1996).

Pode-se afirmar, entretanto, que o fortalecimento dos movimentos operários, sobretudo, o metalúrgico¹², favorece a criação da Sociedade Estadual dos Professores (SEP)¹³, na medida em que o ressurgimento do movimento social através do ABC paulista em muito incentiva a organização das demais categorias no país.

Além disso, cabe salientar que a SEP é criada no bojo do movimento do que ficou conhecido como “Novo Sindicalismo” e isso o diferenciava dos demais sindicatos, pois sua direção não se encontrava vinculada ao governo com função meramente corporativa; no jargão sindical: ‘pelega’. Enfim, surge em outro momento da história tanto política quanto sindical, na medida em que distante da política sindical varguista se constitui com mais autonomia e independência (SILVEIRA, 2002, p.114).

¹¹ Lula: entrevistas e discursos. São Paulo, s.e., 1981, P.28 ; in : BADARÓ, 1996, p.78.

¹² Refiro-me aos trabalhadores das montadoras de automóveis que estavam instaladas na Grande São Paulo.

¹³ Um grupo de professores no Rio de Janeiro já vinha articulando desde 1976 a efetivação do movimento de organização da categoria, que convergiu na criação da Sociedade Estadual dos Professores (SEP), em 17 de julho de 1977. Agregando em seu interior professores de 1º e 2º grau da rede pública de ensino, as eleições para sua diretoria , só ocorreriam em fins de 1979, permanecendo, até esse período uma diretoria provisória

Outro estudo que colabora para a compreensão da história do movimento sindical dos professores, portanto, da constituição de sua categoria, é a dissertação *Ação político-pedagógica do SEPE junto aos professores, na busca de uma escola pública e de qualidade e que atenda aos interesses da classe trabalhadora*, onde ALVARENGA (1991) tenta identificar a eficácia da ação do SEPE.

Embora, tenha utilizado questionários - submetidos aos professores militantes - e, nesse caso, se aproximado dos sujeitos que atuam no sindicato, o cerne de seu estudo se encontra no SEPE e sua influência junto ao magistério e não nos professores em si. A autora afirma que:

Poder-se-ia avaliar a estruturação do SEPE, e também a sua luta a partir de dois eixos importante: do ponto de vista do movimento da classe trabalhadora como todo; do ponto de vista da categoria, especificamente. (...) Do ponto de vista da própria categoria, o movimento de professores teve tarefas relevantes que se cumpriram e que determinaram a mudança de representação da categoria, na relação, por exemplo, do poder do Estado, o patrão, para com o professor, o funcionário público (ALVARENGA, 1991, p.117; 119).

Como consequência desse emergente panorama sindical e que o próprio mundo acadêmico procura entender, é possível encontrar registros de que entre janeiro e outubro de 1979 ocorrem cerca de 430 greves em todo país. Porém, aquela realizada pela categoria dos professores acontece em agosto do mesmo ano e é tida como um marco, na medida em que a categoria consegue que as reivindicações salariais¹⁴ sejam atendidas (SILVEIRA, 2002).

De fato, o final dos anos de 1970 e o início dos anos de 1980 são marcados por uma forte efervescência política e por um extraordinário processo de mobilização social que assola grande parte do país, que pouco a pouco vai se opondo ao regime militar vigente. Esse clima, inclusive, atinge a categoria docente que procura ampliar sua luta. Ou seja, impulsiona sua organização sindical a partir de novos moldes, disseminando sua massificação, uma vez que um contingente considerável de professores encontram-se dispostos tanto a engrossar a luta de sua categoria quanto a se sindicalizar.

¹⁴ SILVEIRA sinaliza que a conquista do piso salarial se aproximava (referência do ano de 2002) a cinco salários-mínimos.

Esse período, ainda conturbado, inclusive, conta com algumas dificuldades como o caso da intervenção federal sofrida pela SEP que permanece fechada até meados de 1983, mas que, mesmo assim, não deixa de realizar suas reuniões.

Nesse contexto de lutas pela redemocratização, a SEP, em 1979, consegue vencer suas dificuldades e elabora seu primeiro Plano de Classificação de Cargos (PCC) onde propõe a unificação dos salários dos professores das redes estaduais e municipais. Ainda no mesmo ano o, então, Governador Faria Lima apresenta uma contraproposta que por não ser aceita pelos professores, deflagra a primeira greve no Estado do Rio de Janeiro.

No mesmo ano, inicia-se o processo de reestruturação da entidade: a fusão da União de Professores do Rio de Janeiro (UPRJ) com a Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) gerando o Centro Estadual dos Professores (CEP/RJ) (SILVEIRA, 2002).

Nesse caso, o CEP, a partir de 1984, dá a partida para novas mobilizações no sentido de buscar um Plano de Cargos e Salários e, nessa perspectiva, ALVARENGA (1991) salienta que:

Novas mobilizações foram empreendidas a partir desse ano com pequenas conquistas dentro do PCC geral do funcionalismo. Cientes de que distorções funcionais da categoria jamais seriam equalizadas dentro do plano geral, os professores partiram para discutir e elaborar um PCS (Plano de Cargos e Salários) específico para a categoria. (*idem*, p. 114).

Nos anos seguintes, a categoria organiza um movimento grevista, onde reúne, em uma de suas assembléias cerca de 20 mil professores no estádio do Maracanãzinho. Como consequência dessa organização, a categoria elaborou um Plano de Cargos e Salários (PCS) que, inclusive, fundamentará suas futuras reivindicações.

Dessa explanação percebo que a década de 1980 é de suma importância para a organização sindical da categoria e aqui tratada especificamente no Estado do Rio de Janeiro. É nesse período que temos a discussão sobre as propostas de reforma estatutária e debates sobre a filiação da entidade à Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983, no auge da luta sindical brasileira.

Também é possível atrelar esses embates ao contexto social da época, onde os movimentos organizados participavam da campanha das “Diretas Já”; fato marcante do

período de redemocratização nacional, em que a discussão política ligava-se diretamente ao debate sindical.

Nessa mesma época o CEP realiza seu I Congresso Estadual, onde estrutura três eixos principais para discussão - a reforma estatutária, o movimento sindical e o debate sobre a elaboração de uma proposta para a Constituinte – dando mostras de que se encontrava em sintonia com as lutas sindicais do país naquele momento (SILVEIRA, 2002).

A questão sobre a filiação à CUT, inclusive, ao dividir opiniões demonstra a riqueza do debate no interior da categoria. Enquanto o grupo que se colocava contra, especificamente a direção do CEP, argumentava que era necessário aprofundar a discussão na base da categoria afirmando que seria melhor a participação da entidade junto à CUT somente em alguns eventos, a oposição à direção, oriunda do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT), se mostrava favorável a essa filiação; nesse sentido, SILVEIRA (2002) salienta que:

Os grupos que faziam oposição à direção dividiram-se com relação ao melhor caminho para tratar essa questão. Alguns propunham a filiação imediata à CUT e a aprovação desse encaminhamento já que naquele congresso. Entendiam que a filiação fortaleceria o CEP porque a CUT era considerada uma entidade combativa e que se colocava claramente ao lado dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, o CEP estaria contribuindo para o fortalecimento daquela entidade; pois esta já se colocava como uma alternativa para interferir nos rumos da política nacional e defendia algumas propostas básicas para os trabalhadores: entre outras, o rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o não pagamento da dívida externa; bem como assumiria a posição definida contra o Colégio Eleitoral e as candidaturas de Paulo Maluf e Tancredo Neves (*idem*, p. 95).

Somente no II Congresso, realizado em novembro de 1986, no município de Nova Iguaçu, região, inclusive, aqui investigada, que a maioria dos votos aprova a filiação do CEP à CUT, dando mostras de que o movimento sindical dos professores do Estado do Rio de Janeiro, encontrava-se desejoso de se unir nacionalmente às demais categorias dos trabalhadores a fim de que sua luta sindical alcançasse outro patamar. Enfim, essa filiação ansiava “que os professores fluminenses não deveriam isolar-se sozinho na luta maior da classe trabalhadora brasileira” (ALVARENGA, 1991, p.115).

Percebe-se, então, que a organização da categoria avança e, nesse caso, ligam sua luta sindical a um projeto mais político. Buscam, ainda, através dessa associação

não apenas um pacto com os trabalhadores em geral, mas, também, um reconhecimento nacional.

No ano seguinte, 1987, cabe salientar, ocorrem grandes embates para a categoria. Inclusive, uma greve que com sessenta dias de paralisação e relaciona a reivindicação salarial à política econômica que, segundo os trabalhadores, aponta para o arrocho salarial vigente e esse movimento é tido como vitorioso devido à experiência pela qual a categoria é obrigada a vivenciar. (ALVARENGA, 1991).

Outro embate que cabe lembrar refere-se à própria crise política que passa a assombrar a direção da entidade. Nesse momento, a discussão gira em torno da expansão ou não da luta dos profissionais da educação. Ou seja, o CEP deveria ou não ampliar suas reivindicações e, nesse sentido, passar a representar os demais funcionários administrativos do setor¹⁵?

É possível observar que essa questão foi muito polêmica, pois mesmo depois de aprovada a ampliação do CEP, em 1987, ocorre no Congresso uma paralisação de trinta minutos para que a sua diretoria, contrária a essa decisão, pudesse reunir argumentos e apresentar como pré-matura a entrada de outros profissionais na entidade.

No entanto, a oposição aponta que a ampliação do quadro de representação só ajudaria a fortalecer o movimento dos trabalhadores da educação e, nesse caso, para finalizar a questão e outras¹⁶ que também estavam pendentes, a votação final acaba por ocorrer em um Congresso Extraordinário, nos dias 24 e 26 de junho do mesmo ano, quando, finalmente, é aprovada a mudança da sigla para Centro Estadual dos Profissionais da Educação (CEPE); passando a entidade a representar todos os trabalhadores da educação.

Aqui, cabe chamar a atenção, para o fato de que algumas correntes de estudo problematizam essa fusão, uma vez que acreditam que se abriria a possibilidade da desvalorização da categoria docente, na medida em que se aproximariam de outros trabalhadores que não desempenhariam a docência propriamente dita. Enfim, acreditavam, por exemplo, que poderia ocorrer uma descaracterização da identidade docente.

¹⁵ Considerados todos os trabalhadores da educação que atuam na escola, independente da função ou da natureza do seu trabalho (merendeira, inspetores, serventes, vigia, animador cultural, administrativo e outros)

¹⁶ A redução do mandato da diretoria de três anos para dois, assim como a questão da democratização e municipalização do ensino.

Portanto, é possível perceber que a fusão não ocorre de modo hegemônico e para tanto SILVEIRA (2002) destaca a renúncia da direção no III Congresso, em 1987:

De acordo com a fala da então Diretora do CEP/RJ, Hildézia Medeiros, ao ser derrotada com relação a proposta da oposição de incorporação dos funcionários administrativos ao Sindicato, tal fato ocorreu porque ela já não representava os interesses da categoria (*idem*, p. 106).

Ainda no fervor da redemocratização, as instituições que representavam o funcionalismo público dão um passo à frente e passam a ter o direito a se tornarem sindicatos; isto é, conquistam a liberdade de associação sindical. Assim, no final do ano de 1988, inicia-se a transformação do CEPE em sindicato: em Assembléia Geral, os profissionais da educação conseguem essa mudança, designando-se, dessa forma, Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE). Seu reconhecimento legal, entretanto, só ocorre em 28 de julho de 1989.

No sentido de ampliar ainda mais o campo de representações dos profissionais da educação, em 1992, o SEPE decide se unir à Associação dos Supervisores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro (ASSERJ) e à Associação dos Orientadores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro (AOERJ).

Inclusive, é nessa mesma década que o movimento dos professores se fortalece e suas entidades representativas das redes municipais se tornam mais expressivas, devido, inclusive, ao incentivo à municipalização do primeiro ciclo do ensino fundamental presente na política educacional do país.

Através dessa explanação histórica acerca da organização sindical da categoria, é possível observar a relevância do movimento dos professores para o movimento sindical, principalmente, do Rio de Janeiro. Fica claro que sua organização contribui para a formação de uma identidade política profissional dos professores do Estado, principalmente a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, período de redemocratização nacional. Percebe-se, ainda, o quanto, através de suas lutas, adquirem uma identidade política mais expressiva que, inclusive, nos faz acreditar na possibilidade da criação de alguns arquétipos de professores quando, no capítulo três, formos analisar as entrevistas.

Ainda, é possível notar que o processo de evolução política do movimento sindical docente no Rio de Janeiro não somente tenha sofrido alguma alteração nas

siglas ou nomenclaturas, mas na sua própria composição, indicando a entrada de outros agentes e profissionais da educação na composição do SEPE, que, logo, acaba por se transformar em uma entidade representativa dos profissionais da educação como um todo. Mas, sem sombra de dúvidas, principalmente, composta por professores.

Além disso, é fato que será esse tipo de reconstituição histórica que fundamentará a maioria dos trabalhos sobre profissão docente: uma abordagem sobre a categoria como um todo. Igualmente, também se pode afirmar que essa constituição sindical, com certeza, rondará a própria trajetória dos professores entrevistadas, conforme verificaremos no capítulo três. Ou seja, acreditamos que a identidade docente das entrevistadas encontra-se definitivamente marcada por essa história que, ao moldar a categoria dos professores do Rio de Janeiro como um todo, acaba por influenciar a própria trajetória sindical das entrevistadas.

1.2 Como fica o professor no interior de sua categoria?

A relação entre as identidades herdadas, aceitas ou recusadas pelos indivíduos, e as identidades visadas, em continuidade às identidades precedentes ou em ruptura com elas, depende dos modos de reconhecimento pelas instituições legítimas e por seus agentes que estão em relação direta com os sujeitos envolvidos (DUBAR, 2005).

Os trabalhos de ALVARENGA (1991), BADARÓ (1996), SOUZA (1993) e SILVEIRA (2002) indicam que as atividades docentes não podem existir sem que duas dimensões se completem; ou seja, os interesses políticos ideológicos (o seu compromisso político, escolhas que colaborem para uma sociedade igualitária) e as práticas pedagógicas (competência técnica, o fazer pedagógico). Sugerem, que as reflexões sobre o movimento de professores não envolvam apenas a sua compreensão sob a ótica do movimento social, mas, também, sob a perspectiva daqueles que a compõem.

Como bem visto na seção anterior, o SEPE passou por um longo processo de estruturação, cuja organização era composta por dois segmentos de professores que por sua vez possuíam visões diferentes sobre a política. Segundo ALVARENGA (1991), o primeiro deles era formado por professores que “traziam uma bagagem teórica de

‘radicalização intelectual’ e uma perspectiva político partidária, com uma visão de política mais ampla, com uma bagagem vinda das experiências em movimentos estudantis. Porém, apresentavam defasagens quanto ao cotidiano dos professores e da escola”(idem, p.110).

O segundo segmento seria formado por um grande contingente de professoras primárias ou por aqueles que tinham obtido sua formação em faculdade particulares. Teriam, portanto, um nível de discussão teórica e de consciência política bastante baixa e aquém do esperado pelos mais engajados.

Esse grupo, na maioria das vezes, defenderia suas posições com base em suas experiências da sala de aula e, além disso, como eram professoras da rede pública e privada “detinham grande conhecimento da realidade do sistema educacional, do cotidiano das escolas e da categoria” (ALVARENGA, 1991, p.110).

Portanto, pode-se afirmar que a falta de um alto nível de consciência política e de vasta leitura seriam compensadas pela intimidade que possuíam com o cotidiano escolar: ALVARENGA (idem) destaca que esse segundo grupo de professores:

Detinham mais uma visão de movimento, de jogá-lo para frente, do que propriamente organizá-lo do ponto de vista formal. Por serem professores de “sala de aula”, onde a prática se sobrepunha à teorização, “assumiram uma postura meio ‘anárquica’ frente ao processo de organização”(todos os grifos do autor) (GODOFREDO PINTO; apud: ALVARENGA, 1991, p.111)

Essa discussão, inclusive, permite que se abra um breve debate em torno do significado do conceito professor intelectual que em uma perspectiva gramsciana possuiria um papel central no processo de construção de uma visão unitária de mundo, já que fortaleceria a cultura de massas e uniria as antigas concepções às novas, mais engajadas e politicamente mais avançadas. Nesse caso, essa vertente acredita que os professores deveriam ocupar posições em espaços sociais de decisões práticas e teóricas, e que, conseqüentemente, conseguiriam organizar e elevar o nível da cultura das massas com o objetivo de se construir outra hegemonia.

GRAMSCI (2000) em muito nos ajuda a compreender as afirmações acima. Defende que o intelectual não pressuporia uma formação acadêmica específica, porém, uma inserção social que, por definição, implicasse uma liderança ou, ainda, um papel de organizador da cultura por meio de um trabalho de educação política.

Nesse caso, o autor ainda diferencia os intelectuais tradicionais dos intelectuais urbanos/ modernos. Os primeiros se constituíram como tal em outra conjuntura histórica e, nesse caso, os sacerdotes, descendentes de um período em que a Igreja dominava hegemonicamente o mundo, inclusive, na política, seriam seu melhor exemplo, já que tinham como função a organização da sociedade segundo seus preceitos religiosos e políticos. Já o intelectual urbano, no caso, o professor, poderia ser identificado em um novo tipo de formação social, o capitalismo. Ou seja, em um ambiente em que os indivíduos, com mais independência, oriundos, inclusive, das novas formas de divisão social do trabalho advindas da revolução industrial, teriam novas possibilidades de organização.

O professor, nesse caso, diante de uma nova conjuntura, através de sua própria profissão, teria a possibilidade de contribuir para a elevação do nível de consciência de sua própria categoria, assim como de seu público escolar: “o professor deve acelerar e disciplinar a formação da criança conforme o tipo superior em luta com o tipo inferior” (*idem*, p.44).

De outro lado, HENRY A. GIROUX (1997) salienta que os “professores como intelectuais devem ser vistos em termos dos interesses políticos e ideológicos que estruturam a natureza do discurso, relações sociais em sala de aula e valores que eles legitimam em sua atividade de ensino” (p.162). E, que, portanto, o docente deve optar pelo aperfeiçoamento e aprofundamento dos conhecimentos que, justamente, possam lhe acarretar algumas mudanças em sua prática.

Para o autor, o professor como intelectual e consciente de seu papel na construção de sujeitos coletivos, e, portanto, isento de neutralidade, teria o poder de (re) significar os espaços não só escolares mas, também outros, onde, por ventura, suas idéias circulassem (família, seja do professor, seja do aluno, ou de todos que tenham contato com esse profissional, no caso, o próprio espaço de discussão da categoria); enfim, acredita que seria através das pequenas ações ou lutas cotidianas que se construiria sujeitos coletivos. Daí a relevância do papel do professor intelectual na prática escolar cotidiana.

Ainda nessa linha de pensamento, o segundo grupo de professores acima discriminado buscaria, por exemplo, em algumas reuniões esclarecimentos sobre a lei vigente (LDB 5.692/71), assim como, também, se interessariam em debater à respeito de suas condições de trabalho e situação salarial; permitindo, assim, um contato com a

direção do movimento que, nesse caso, através de uma ação pedagógica política, encontrar-se-ia diante a possibilidade de elevar o seu nível de consciência.

Desse modo, SOUZA (1993) corrobora quando diz que:

Os professores constroem, cotidianamente, sua história no interior do mundo do trabalho. Vão às escolas – como local de trabalho – encontram-nas regidas por divisões e tensões, tanto quanto o conjunto dos trabalhadores. O Estado personifica o patrão, para qual os professores vendem sua força de trabalho que, por força do próprio conteúdo da função, é altamente escolarizada. Organizam-se, como categoria profissional, em sindicato, negociando salários e condições de trabalhos (p.22).

Portanto, essa discussão inicial nos ajuda a compreender como alguns professores forjam uma disposição política ativa e, nesse sentido, passam a compor um grupo de professores diferente dos demais professores, já que se inserem no sindicato, espaço considerado de ação coletiva que, entre outras ações, colabora para que a categoria - o conjunto de todos os professores - atinja um patamar mais elevado de consciência.

De outro lado, também é possível encontrar estudos que mostram um esvaziamento das assembleias que implicaria uma baixa participação política e uma conseqüente baixa adesão às propostas de greve, como bem nos mostra VIANNA (1999) em sua obra, intitulada *Os nós do “nós”- Crise e perspectiva da ação coletiva em São Paulo*.

Nesse trabalho, a autora ao investigar a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP)¹⁷ nos aponta para a questão do declínio do engajamento dos professores no sindicato e a existência *da crise na categoria docente*.

Ao fazer alusão ao engajamento político, mostrando algumas concepções sobre esse tema, a autora indica quatro tipologias: I- o agir coletivo atrelado a uma militância sindical: seriam os militantes que possuiriam sua trajetória de participação coletiva na escola e no sindicato; II- adesão pontual: apesar de possuir uma trajetória sindical importante, sua ação seria pautada por uma participação eventual nos movimentos,

¹⁷ A APEOESP sofreu algumas mudanças na sua nomenclatura e abrangência. Fundada em 1945 como APESNOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial Secundário e Normal do Estado de São Paulo), em 1973 englobou o magistério primário e alterou sua sigla para APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo). Em 1990, com a conquista do direito de organização sindical dos funcionários públicos, prevista pela Constituição de 1988, transformou-se em sindicato, mas manteve a mesma sigla, agregando docentes (ativos e aposentados) (VIANNA, 2000).

uma vez que se encontraria comprometido principalmente com o chão da escola através de seu trabalho com os alunos; III- vinculada ao trabalho na escola e, nesse caso, a relação com o sindicato seria mais frágil, ou seja, o engajamento desse professor ocorreria prioritariamente na sala de aula, no cotidiano da escola; IV- relacionada à ausência de ações coletivas e, apesar de existir uma afinidade com a categoria docente, seriam indiferentes ao agir coletivo.

A autora, ainda afirma, que o distanciamento dos professores do movimento da categoria como um todo ocorre devido aos seguintes motivos: a) seu posicionamento diante da reorganização da rede estadual; b) disputas entre as diferentes tendências; c) baixa capacidade de representar os interesses da categoria; d) insistência em intensificar o engajamento sindical com grandes mobilizações.

Já em outro estudo, VIANNA (2001) ao analisar a produção acadêmica a respeito da ação coletiva dessa categoria no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990, nos mostra a existência de um número significativo de teses e dissertações¹⁸ sobre o envolvimento dos professores com a política.

Detém-se sobre os movimentos grevistas e sua “importância educativa na organização sindical docente e seu papel de formadores de consciência política mediante o aprendizado adquirido no confronto com o Poder Público” (*idem*, p.104).

Por outro lado, como sinalizei anteriormente, se é fato que o movimento da categoria docente sofreu e continua a sofrer mudanças, também é notório perceber que, na maioria das vezes, a questão salarial é a causa maior que impulsiona os debates e a mobilização da categoria nos dias de hoje. Diferentemente de épocas anteriores, onde as discussões possuíam um tom mais político e a própria luta sindical encontrava-se mais vinculada à luta por democracia; ou seja, a “questão da democratização da escola, tendo como ponto básico, a eleição de diretoras por toda comunidade escolar” (SILVEIRA, 2002, p.98), hoje nos parece secundário, caso tomemos como referência os anos 1980.

Nesse caso, cabe perguntar: se a pauta sindical mudou, quais seriam hoje as principais reivindicações dos professores? Se os modos de fazer política sindical também se transformaram, quais seriam as formas de participação atual? Enfim, a partir de uma série de alterações, inclusive, sociais e culturais, qual seria o sentido da política para o professor de hoje?

¹⁸ Os trabalhos analisados por Vianna que se encontram nessa tendência predominante: Albano, 1983; Broilo, 1990; Forti, 1992; Teixeira, 1992; Bonacini, 1992; Souza, 1993a; Alvarenga, 1995

Diante dessa discussão, pretendo chamar a atenção para o nosso objetivo: entender a relação do professor com a política a partir do próprio professor; ou seja, trabalhar com a individualidade imbricada a certa concepção do ‘social’ – configurações sociais (ELIAS, 1991a) - e em uma relação constituída entre o professor entrevistado, sua categoria e sua identificação social (DUBAR, 1998).

Enfim, um estudo do indivíduo que não se encontra isolado em uma “ilha”, mas que se constitui nas relações e nas vivências; permitindo assim, que se entenda sua trajetória social e sua identidade, como uma instância que se encontra definitivamente marcada por essa experiência:

(...) As categorias sociais, interiorizadas no decorrer do ciclo de vida (níveis escolares, categorias profissionais, posições culturais...), constituem o material a partir do qual os indivíduos inventam para si identidades singulares, para unificar suas existências e tentar fazer valer sua pretensão em um ou outro campo da prática social. Mas então é a trajetória social "objetiva", categorizada pelas instituições, que determina as identificações subjetivas e, conseqüentemente, "a pessoa não existe de fato fora de seus quadros sociais" (ELIAS 1991a, *apud*, DUBAR, 1998).

Portanto, acredito que ao me aproximar da subjetividade desses professores, também me aproxime da identidade profissional da própria categoria que acredito se encontra plasmada na própria experiência e prática das entrevistadas. Assim, a identidade profissional explícita através das análises das entrevistas seria vista como produto de um processo socializador que se realiza em diferentes instâncias e que, igualmente, se encontra em um contínuo movimento: “se torna um processo de construção, desconstrução e reconstrução de identidades ligadas às diversas esferas de atividades (principalmente profissional) que cada um encontra durante sua vida e das quais deve aprender a tornar-se ator” (DUBAR, 2005, Prefácio).

1.3 O professor segundo sua disposição política

Para conhecer o *habitus* de um indivíduo, é preciso conhecer o de seus pais e de seus próximos e, em particular, a relação deles com o futuro, e não somente as “condições objetivas” em que ele foi educado. Poder-se –ia, portanto, apreender a mudança, mas sob a condição de a incluir em uma trajetória social característica de uma

descendência ou de um “grupo social” previamente definido com tal. (DUBAR, 2005).

Nesta seção procuro discutir as possibilidades e os limites de se trabalhar com a subjetividade no intuito de mostrar o quanto essa abordagem é proveitosa. Para tanto, reafirmo a validade de uma análise sociológica das entrevistas, na medida em que irá nos permitir uma maior compreensão das disposições adquiridas pelos próprios professores entrevistados.

O artigo de DEVECHI e TREVISAN (2010) - *Sobre a proximidade do senso comum das pesquisas qualitativas em educação: positividade ou simples decadência?* – reafirma a relevância em se explicitar essas escolhas, uma vez que nos ajuda a pensar sobre as origens desse tipo de pesquisa - qualitativa - na educação. Seus autores, ainda, acreditam que as abordagens qualitativas na educação evidenciam que o procedimento fundamentado apenas em estatística e dados codificados por sistemas numéricos é insuficiente para pensar a formação do sujeito social.

Nesse caso, ratificamos essas afirmações ao darmos conta da potencialidade social implícita nessa perspectiva teórica metodológica. Pôde, inclusive, ser comprovada através de uma de minhas primeiras visitas ao sindicato, quando me deparei com o espanto de duas entrevistadas¹⁹, filiadas ao SEPE de Nova Iguaçu, ao tomarem conhecimento de meu objeto de dissertação.

A primeira delas relatou-me que os pesquisadores só se aproximam do sindicato para checar dados estatísticos com o objetivo de delinear um histórico do movimento da categoria e sua forma de organização, comprovando-se assim a minha hipótese sobre a ausência da voz do professor nesse determinado tipo de pesquisa. Para ratificar seu espanto, afirma: “*As pessoas normalmente vem ao SEPE buscar dados estatísticos, índices e você é uma das poucas pessoas que vem com outra indagação e eu achei legal e até reproduzir isso para as outras meninas que estão trabalhando comigo*” (Letícia).

A segunda, na mesma linha de pensamento, fica impressionada com meu interesse sobre a sua trajetória e acaba se questionando sobre a sua relação com a política: “*Eu às vezes fico me perguntando, como que me veio essas coisas, assim, de*

¹⁹ No dia 11 de janeiro de 2011 fiz o primeiro contato para realizar as entrevistas no SEPE de Nova Iguaçu. As três entrevistadas faziam parte da liderança deste sindicato, no setor da tesouraria.

socialismo, de está lutando né, na militância, de saber a importância da organização do povo?” (Edna).

Nesse sentido, é possível constatar que a entrevistada ao se perguntar à respeito de seu interesse sobre a atividade sindical se coloca no lugar do observador e dialoga de forma crítica com suas experiências adquiridas no decorrer de sua formação, permitindo, inclusive, que essa opção teórica metodológica contribua para o enriquecimento do processo de construção de sua própria identidade profissional. Enfim, permite que a entrevistada realize uma reflexão sobre sua própria prática sindical.

Essa questão também é trabalhada por NASCIMENTO (2006), que procura compreender em sua tese, *Trajétórias de vida de professores formadores: a constituição de habitus profissionais*, quais teriam sido os mecanismos de construção das disposições para docência dos professores formadores de professores para as séries do ensino de Pedagogia em Universidades do Rio de Janeiro.

Por meio dos relatos orais de vinte desses professores, procura levar em consideração os aspectos relacionados à socialização familiar, à trajetória escolar, à escolha da profissão e à trajetória profissional dos professores. Busca encontrar vestígios dos processos de socialização nas disposições que nortearam suas atuações como formadores, questão aqui que nos interessa no que se refere às disposições políticas.

A autora, sobretudo, constata que esse tipo de abordagem ainda é pouco explorado e que existiria uma lacuna nos estudos sobre a história da profissão docente que poderiam ser sanados através de uma reflexão que, justamente, tivesse como foco trajetórias de vida:

Carência de pesquisas sobre os formadores de professores e suas trajetórias, a creditar na fecundidade do uso dessas *trajetórias para a compreensão, não somente daquilo que se refere ao âmbito do indivíduo, mas também do que, ultrapassando o caráter individual, se insere na coletividade a que o indivíduo pertence* (grifo meu), e acreditar na importância desses formadores para a formação dos professores que atuarão no ensino fundamental foram algumas das razões pelas quais decidi, então, desenvolver um estudo sobre as trajetórias dos formadores dos professores das séries iniciais do ensino fundamental (NASCIMENTO, 2006, p.15).

Essa ausência refere-se, principalmente às investigações sobre o professor formador e suas trajetórias profissionais e identitárias. Desse modo, essa abordagem, apesar de seus limites e especificidades, nos mostra que a ênfase no indivíduo e, conseqüentemente, na formação docente constitui-se em um caminho bastante fértil para análise e reflexão atuais sobre a identidade profissional de professores.

Entretanto, é importante estar atento às imperfeições dessa opção teórico-metodológica, pois os entrevistados tendem a fornecer, de imediato, o que consideram como a “chave de compreensão” de sua vida (LAHIRE, 2004), podendo vir a causar uma armadilha para a entrevista. Assim, “eles nos fornecem a grade de análise que lhes parece a mais pertinente para compreender seu ‘caso’” (*idem*, p. 315).

Cabe ressaltar aqui, algumas críticas de certos autores quanto à relevância e, ao mesmo tempo, possíveis limites de se trabalhar com uma escala social reduzida, a individual. Tanto no campo sociológico quanto no campo histórico encontramos autores que se preocupam com a fragilidade dessa perspectiva.

Recorro à BOURDIEU (1997) a fim de obter uma compreensão sobre esse tipo de metodologia. Para ele, a lógica do mundo social requer do pesquisador um olhar atento acerca de uma realidade empírica histórica e socialmente estabelecida que já se encontra “pré-fixada” antes mesmo de sua existência.

Para o autor é o pesquisador que estabelece as regras do jogo, e nesse caso, é o que torna possível uma ‘violência simbólica’²⁰ e para amenizá-la ou diminuí-la é necessário uma postura associada à:

Disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vistas, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria (*idem*, p. 695).

²⁰ Neste caso, buscamos o que Bourdieu trata como “mercado dos bens lingüísticos e simbólicos que se institui por ocasião da entrevista varia sua estrutura segundo a relação objetiva entre o pesquisador e o pesquisado ou, o que dá no mesmo, entre todos os tipos de capitais, em particular os lingüísticos, dos quais estão dotados”(BOURDIEU,1997, p.695).

Além disso, BOURDIEU (*idem*), ainda, nos aponta algumas limitações e cuidados que devemos ter ao entrarmos “no mundo” da empiria, já que devemos ter em mente que os lugares do entrevistador e do entrevistado são lugares sociais diferentes que não podem ser confundidos: o pesquisador tem seus objetivos e o conhecimento do que quer e, por outro lado, o pesquisado pode entender o que o outro pretende e, nesse caso, irá tentar atender as suas expectativas.

Para amenizar a questão da “violência simbólica” em sua pesquisa, o autor sugere:

deixar aos pesquisadores a liberdade de escolher os pesquisados entre pessoas conhecidas ou pessoas às quais eles pudessem ser apresentados pelas conhecidas. A proximidade social e a familiaridade asseguravam efetivamente duas das condições principais de uma comunicação ‘não violenta’ (*idem*, p. 697).

Já em seu texto *A ilusão biográfica* (1998), o sociólogo francês chama atenção para que os entrevistadores não caiam na armadilha do senso comum que acaba por tratar a história de vida como um percurso linear ou “como o relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção” (p.183) e, nesse caso, não se levaria em conta os imprevistos que, com certeza, ocorrem na trajetória de vida do entrevistado. Acaba-se, assim, por contribuir para uma concepção ilusória do mundo social, pois se estaria conferindo ao indivíduo uma autonomia que não lhe é possível. Desse modo, é importante pensar que:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como um relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conforma-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa reforçar (*idem*, p. 185).

De outro lado, é possível considerar que o indivíduo também deve ser entendido como uma instância ativa, excluindo, desse modo, qualquer tipo de determinismo que possa contaminar esse tipo de abordagem.

Segundo DUBAR (2005), outro autor que igualmente defende esse tipo de abordagem, é fato que:

graças à transformação possível das identidades na socialização secundária que se podem contestar as relações sociais interiorizadas

no decorrer da socialização primária: a possibilidade de construir outros “mundos” que não os interiorizados na infância funda o êxito possível de uma transformação social não reprodutora (*idem*, p.127).

Portanto, para a efetivação das nossas análises será necessário uma maior atenção para o campo do possível (DUBAR, *idem*), pois a questão identitária deve ser vista como algo que se desenvolve desde a infância, passa pela adolescência e pela vida adulta; enfim, deve ser definido como algo que se forja no decorrer de toda a vida que, por sua vez, encontra-se imbricada a uma série de circunstâncias sociais.

Diante disso, é possível afirmar que a disposição política que possa ser apresentada pelos indivíduos passa a ser encarada como uma probabilidade, já que se abre “espaços de liberdade irreduzíveis que tornam possíveis e às vezes necessárias conversões identitárias que engendram rupturas nas trajetórias e modificações possíveis das regras do jogo nos campos sociais” (*idem*, p.94).

Contudo, LAHIRE (2004) aponta que “a interpretação de uma entrevista nunca deve se contentar em considerar exclusivamente o que entra no âmbito desse relato pessoal” e nem acreditar naquilo que é “particularmente significativo[s] aos olhos do entrevistado” (*idem*, p. 315).

Cabe, ainda considerar que esse tipo de pesquisa não pode esquecer os elementos disposicionais presentes nas respostas tidas como ‘banais’ e que não estejam previstas nas perguntas, na medida em que podem dizer muito sobre aquilo que estamos pesquisando. Desse modo, é possível que:

O estabelecimento de coerência disposicional é facilitado pelo próprio entrevistado que, trazendo seu passado a tona (recente ou distante) ou ilustrando suas preferências, suas maneiras de ver, de sentir e de agir, nos fornece com muita frequência as formulas disposicionais sobre as quais nos apoiamos para interpretar o material empírico (*idem*, p. 315).

Portanto, se faz necessário um olhar sobre as “características de múltiplas atividades, ações, representações individuais, particulares e singulares” (*idem*, Prólogo) dos sujeitos.

De acordo com LAHIRE (2004),

O indivíduo não é redutível ao seu *protestantismo*, (grifo meu, faço a transferência de idéia para política) ao seu pertencimento de classe, a seu nível cultural ou a seu sexo. É definido pelo conjunto de suas relações, compromisso, pertencimentos e propriedades, passado e

presente. Nele sintetizam-se ou se combatem, combinam-se ou se contradizem articulam-se harmonicamente ou coexistem de forma mais ou menos pacífica... (*idem*, Prólogo).

Frente a essa discussão, é imprescindível para estudo vislumbrar a possibilidade de se trabalhar com entrevistas no sentido de poder apreender nos relatos as impressões e lembranças das trajetórias vivenciadas pelos professores selecionados e, nesse caso, estabelecer uma relação dessas experiências com algum tipo de prática militante.

Nesse caso, para acomodar o recurso metodológico aos objetivos da pesquisa, foi exigida uma análise atenta sobre as entrevistas, já que para esse tipo de abordagem – trajetórias de vida - transforma-se em um instrumento único: o professor ao contar sua história elabora suas experiências a fim de que possa ser contextualizada socialmente. Isto é, ao narrar sua vida, temos que entendê-la não de maneira linear, mas como algo que se institui a partir das relações experimentadas no imbricamento de sua trajetória pessoal e profissional; somente dessa maneira conseguiremos reconhecer o entrevistado como um indivíduo constituído socialmente.

BUENO (2002) preocupada com essas mesmas questões nos mostra que:

A subjetividade constitui dentro desse quadro uma via de acesso não linear ao conhecimento científico do sistema social, o que não se faz sem uma invenção de estratégias e métodos. O valor heurístico do método biográfico torna-se então legítimo, não apenas em decorrência deste caráter específico da narrativa, mas também, porque a biografia é uma micro-relação social. Aquele que narra sua história de vida sempre narra para alguém. Ou seja, no processo de elaboração, mesmo que seja com um interlocutor imaginário, como é o que muitas vezes acontece em diários íntimos. Tanto mais isto se aplica à situação da entrevista, na qual o pesquisador é quem estimula e recolhe a narrativa (p.20).

Portanto, ao se eleger a entrevista como opção para investigar as hipóteses, percebe-se que:

Quem conta sua vida, não conta a um gravador mais sim a um indivíduo. Além do mais, sua narrativa não é um relatório de acontecimentos, mas a totalidade de uma experiência de vida que ali se comunica (*idem*, p.20).

Nesse caso, retorno à observação²¹ de uma das entrevistadas que ao se perceber como o foco da pesquisa, mostra-se surpresa e nos sinaliza que os estudos anteriores

²¹ A citação da entrevistada foi exposta na justificativa.

buscavam no SEPE apenas dados estatísticos e índices, deixando de lado as experiências, vivências e opiniões da própria categoria. Assim, parece ser interessante inverter a proposta e ter como meta justamente aqueles que compõem a estatística, mas que não têm a sua voz nela representada.

Foi, então, que decidi trabalhar com o conceito de disposição utilizado por BERNAD LAHIRE (2004). Permite pensar que, apesar de suas limitações empíricas, mostra-se eficiente, na medida em que possibilita a elaboração de “um trabalho interpretativo com vistas para dar conta de comportamentos, práticas, opiniões, etc. Trata-se de fazer aparecer os princípios que geraram a aparente diversidade da prática” (*idem*, p.27). Ou ainda, a noção de disposição “supõe que seja possível observar uma série de comportamentos, atitudes e práticas que sejam coerentes; ela proíbe pensar na possibilidade de deduzir uma disposição a partir do registro ou da observação de um único acontecimento” (*idem*, p.27).

Assim, de acordo com as hipóteses levantadas, não existiria apenas uma única forma que possa levar o professor a se tornar um adepto da militância sindical, pois acredito que essa sua identidade militante teria sido forjada por múltiplas experiências.

Esse conceito, então, nos permitiria entender nosso sujeito como alguém complexo, que se constitui de maneira múltipla, heterogênea e fragmentada. Teria experimentado múltiplas realidades e, também, possuiria desejos, angústias e projeções para o futuro; e em suas relações seria, ao mesmo tempo coerente e incoerente. Assumiria funções de mãe/pai, filha/filho, professora/or, sindicalizada/o, militante, etc. Portanto, essa pluralidade indicaria que:

Operar por anamnese a lembrança da pluralidade das escolhas possíveis e das indecisões do passado é tomar consciência da existência de disposições, inclinações, competências que foram colocadas em estado de vigília e que nos fazem lembrar que a vida poderia ter sido totalmente diferente (*idem*, p.37).

É importante destacar que as trajetórias dos indivíduos são muito diferentes entre si e as razões da “inclinação” pela militância podem ser compreendidas de maneiras, também, muito diferenciadas, dependendo da trajetória e da configuração social de cada professor. Para isso:

basta construir a lista das disposições características de cada pesquisado para se dar conta de que cada indivíduo é o produto de

uma mistura bastante sutil de disposições variadas e que, às vezes, não têm nada a ver umas com as outras ou, mais exatamente, que não mantêm nenhum vínculo de necessidade lógica entre si (*idem* p. 323).

Tomei como premissa a idéia das redes de indicações, “para que houvesse um mínimo de confiança, o pesquisador não podia ser um total desconhecido para o pesquisado”(LAHIRE, 2004, p.33).

Além disso, o aumento da rede de minhas relações²² remeteu-me a outros municípios como Duque de Caxias e Itaguaí onde também foi possível detectar sujeitos com a característica desejada: “politicamente comprometidos com sua categoria”. E, aqui, novamente, recorro a LAHIRE (2004), na medida em que salienta o quão importante é aproveitar as oportunidades que surgem ao longo da pesquisa.

Assim, é válido observar “conversas informais, sozinho ou com outras pessoas” no sentido de obter informações sobre o entrevistado. Só assim poderemos desfazer possíveis dúvidas ou até confirmar algumas certezas sobre a “recorrência de certas disposições ”(*idem*, p.33)”, que podem vir a aparecer nas entrevistas, nossa principal fonte de análise.

DUBAR (1998) também nos ajuda a compreender essa questão quando afirma:

Na medida em que a expressão dessa trajetória subjetiva é duplamente limitada, pelas categorias lexicais disponíveis e pelas regras sintáticas às quais se recorre por um lado e, por outro lado, pelo contexto da entrevista e pelas perguntas do pesquisador, pode-se avançar a hipótese de que o *corpus* das entrevistas reunidas e dos esquemas (*schème*) construídos a partir delas nos permite delimitar, de maneira indutiva, tipos de argumentação, disposições típicas, configurações significativas de categorias que chamaremos de formas identitárias. (*idem*, p. 18)

Portanto, essa perspectiva micro nos permite concluir que apesar dos seus limites metodológicos vale à pena utilizá-la. Principalmente com base nas contribuições advindas tanto da história quanto da sociologia a fim de que não se perca a dimensão histórico-social do objeto analisado.

Enfim, a temática aqui trabalhada – professores e política – será analisada segundo os vínculos do próprio professor - sua militância sindical - com outras

²² A rede de relações refere-se as indicações de entrevista para esses municípios, o conhecimento/amigos indicando professores sindicalizados e ativos no movimento.

dimensões sociais de sua trajetória de vida (experiência familiar, grêmios, associações religiosas, movimentos sociais e movimentos culturais). Ou seja, além desta investigação buscar nas formas de organização da categoria docente o entendimento de como se constituíram as disposições políticas dos professores entrevistados, também entende que é por meio da perspectiva sociológica que poderemos chegar a esse fim: não isolando o entrevistado de seu contexto, mas, ao contrário, o percebendo segundo os espaços sociais por onde transita, aspecto esse que, em última instância, o constitui.

2 BAIXADA FLUMINENSE: TERRITÓRIO FÉRTIL PARA FORMAÇÃO DE LÍDERES

A Baixada é um laboratório formidável para experiências sociais, políticas, religiosas, culturais (Dom Adriano Hypólito, Entrevista *Ultima Hora*, 24/09/1976).

O objetivo deste capítulo é discorrer sobre a Baixada Fluminense e especificamente sobre os municípios onde os professores entrevistados se encontram profissional e politicamente atuando. Para isso, discorro à respeito de alguns aspectos históricos, sociais e políticos dessa região no intuito de compreender a localidade²³ por onde circulam e militam esses mesmos professores.

Para tanto, o capítulo encontra-se dividido em duas seções. Na primeira delas, procuro, brevemente, definir o conceito de política com o intuito de compreender seu significado e seu uso pelos moradores da região que, ativamente, participam de alguns dos movimentos sociais da localidade. Já na segunda seção, busco localizar a Baixada Fluminense através de seu contexto espacial, histórico e político tendo como intuito entender o espaço social por onde os entrevistados circulam. Procuro, também, compreender a relação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), do Movimento de Bairro (MB) e do próprio SEPE na constituição do próprio *ethos* político da região.

O que instigou inicialmente a entrada dessa região no estudo foi o fato de morar em um dos municípios que integram a Baixada Fluminense e, nesse caso, ter em minha memória indícios de sua vocação política. Aqui, defendo a hipótese de que a memória também seja algo construído socialmente, mesmo que seja advinda de um sujeito singular que recorde e exprima sua subjetividade e suas experiências. Ainda nessa linha de pensamento, CLARICE NUNES (2003) afirma que a utilização da memória é importante quando observadas:

As trajetórias escolares das memórias docentes que permitem a passagem da memória pessoal à história da sociedade e da educação, trânsito esse tão frutífero para a compreensão de si mesmo e do mundo, já que jogamos luz, por meio desses instrumentos, no processo de torna-se pessoa, sítio de vivências, de educadores que

²³ Alguns entrevistados ainda residem nos municípios em questão, outros apenas trabalham e militam, morando em outro município fora da região da Baixada Fluminense.

trazemos internalizados e cuja influencia sobre nós, às vezes, não enfrentamos (*idem*, p.142).

Portanto, minha memória, assim como a das próprias entrevistadas é compreendida a partir de suas múltiplas possibilidades de projeção das lembranças sociais que transformadas em narrativas expõem vestígios do passado. Cada grupo ou indivíduo constrói, assim, por meio da memória, certo domínio de códigos e conhecimentos sobre alguns aspectos do social que acabam por colaborar para a definição de algum circuito identitário (ASSIS, 2008); aqui, especificamente, a constituição identitária da Baixada Fluminense.

Porém essas lembranças não seriam suficientes, caso, de fato, a região não tivesse a sua história imbricada à política. Assim, o próprio capítulo dará mostras desse seu destino, como veremos a seguir.

Além disso, contextualizar as transformações que ocorreram na Baixada adquire ainda uma maior relevância quando ao longo das entrevistas me dei conta que alguns dos próprios entrevistados vivenciaram fatos políticos relevantes para a história da região, tais como sua emancipação municipal e lutas por saneamento básico, como é o caso das professoras Sônia e Ivete.

2.1 O conceito de política e a utilização da política na região

Se tomarmos como base o significado etimológico da palavra **política**, temos:

Derivado do adjetivo originado de *pólis* (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada *Política*, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade (BOBBIO, 1998, p. 954).

Ou seja, o termo liga-se à cidade e à idéia de Governo, duas instâncias que, nesse caso específico, ainda se relacionam à questão sindical. Interessa aqui, então,

relacionar o nível de “participação política” dos entrevistados ao longo de sua vida na cidade, ou melhor, na região da Baixada.

Ao definir esse verbete, BOBBIO (*idem*) também nos mostra que a “política” liga-se à definição de “participação política”:

Participação política é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção... (p.888).

Enfim, nos indica que aquele que participa politicamente alarga suas condições de participação social, na medida em que aciona uma disposição que não é encontrada em todos os indivíduos.

Será, então, que as professoras entrevistadas se apercebem como alguém diferente do restante da categoria que não desenvolveu esse tipo de participação?

Entretanto, neste estudo não se pretende medir ou verificar o grau de participação política, mas uma disposição política que passa a existir nos sujeitos entrevistados e que, nesse caso, os tornam militantes. Conseqüentemente, ao serem questionados sobre o que vem a ser participação política e o que vem a ser política mostram algumas definições sobre essa questão que vale à pena salientar.

A professora Lilian relaciona a política ao partido político, indicando que para ela haveria uma ligação estreita entre os dois termos: política e partido político. Contudo, apesar dessa sua vinculação poder indicar uma compreensão estreita do que seja a política, mostra que o sindicato e o partido político não conseguem dar conta sobre a discussão dos problemas da sociedade. Assim, sua visão estreita de primeira hora, logo é ampliada quando se dá conta que a participação política é algo que se encontra ligado aos movimentos sociais como um todo:

“Nesse sentido o sindicato passou a fazer parte da minha vida enquanto trabalhadora. É obvio que depois de certo tempo o sindicato começou a não dar mais conta disso. Foi o que me levou depois a militar no partido, porque eu precisava discutir, para poder discutir a minha vida profissional e precisava discutir que sociedade é essa que eu vivo. E o sindicato não dava conta disso. O que me levou a ser filiada ao partido.(...) Eu sou afiliada ao Partido Socialismo e Liberdade , o PSol, mas, também a partir da discussão do partido eu comecei a perceber que

o partido também não da conta, e aí você começa a expandir. Hoje eu milito em movimentos sociais. ”

Entretanto, Lilian parece não conseguir visualizar que sua participação nos eventos do sindicato pressupõe uma participação política. Não se dá conta que a “ponte” que faz da escola com o sindicato seja uma forma de participação política ativa. Para ela, parece existir uma “fenda” entre a politização e a participação; e isso fica claro quando diz que:

*“ele²⁴ me perguntou o que eu achava de concorrer à direção do SEPE... eu achei aquilo o máximo, porque eu **já militava de fato né?** Só que eu perguntei a ele uma coisa, eu disse: Eu adorei a idéia, eu gosto muito do sindicato, mas quero saber porque vocês estão me convidando, quero saber o que vocês estão esperando de mim... eu **não sou politizada,** eu quase não falo.” [grifos meus]*

Enfim, as afirmações acima demonstram o quanto à definição do que seja política é complexa e, principalmente, indica que parece algo muito impreciso, mesmo para aqueles que lidam com ela no seu dia a dia.

Nesse caso, BOBBIO (1998) novamente nos ajuda a entender esse vocábulo quando procura explicar a “fenda” que Lilian evidenciou, ao afirmar que o sujeito “desenvolve, dentro ou fora de uma organização política, uma série de atividades que lhe foram confiadas por delegação permanente, de que é incumbido de vez em quando, ou que ele mesmo pode promover” (p.888). E, portanto, a *politização* não se restringiria ao discurso, ou seja, não se limitaria ao nível da linguagem oral, como pareceu acreditar Lilian ao afirmar que “quase não fala”.

O que o autor acreditaria ser relevante para a definição do que seja política pressupõe, então, sua ligação com o nível de participação dos indivíduos. Implica a entrada/participação do sujeito nos diferentes espaços sociais e, principalmente, como essa entrada/participação é efetivada.

Já Clarisse, com uma concepção mais apurada, demonstra uma compreensão mais condizente com o cientista político italiano, quando afirma:

²⁴ Referindo-se a um dos diretores que fez o convite de participação na chapa que concorreu a eleição no ano corrente.

“as relações humanas, a relação humana, ela é política, a idéia da negociação do espaço. Enfim prá mim o princípio que deve estar posto, quando a gente fala em relações humanas é a defesa da igualdade e aí a gente está falando de certo viés político. Está especificando um pouquinho mais a defesa da igualdade das condições da sobrevivência mesmo condições de vida, o acesso, a saúde, a educação. Isso prá mim é um viés, é um caminho; é uma determinada visão política que eu procuro seguir, que eu procuro ter como referência.”

Clarisse, com uma visão mais abrangente, ao acreditar que a política liga-se à questão da igualdade de direitos, através do que seria uma visão gramsciana consegue perceber que uma “simples” participação implica uma atitude política que, por sua vez, se liga à questão dos direitos e da igualdade, aspectos esses fundamentais para BOBBIO (1998). Demonstra, ainda, uma concepção ético-política, na medida em que acredita que a participação política pressupõe uma melhoria das condições de vida da população. Sua concepção, inclusive, pressupõe um tipo de participação que supera os interesses particulares, na medida em que tem como meta a realização dos interesses coletivos.

Clarisse, ainda, mostra possuir uma concepção crítica de mundo que chama atenção para o fato de que a sociedade não é igual para todos e nesse caso, BOBBIO (*idem*) através dos verbetes “política e moral” afirma:

estendem-se pelo mesmo domínio comum, o da ação ou da práxis humana. Pensa-se que se distinguem entre si em virtude de um princípio ou critério diverso de justificação e avaliação das respectivas ações, e que, em consequência disso, o que é obrigatório”em moral, não se pode dizer que o seja em Política, e o que é lícito em Política, não se pode dizer que o seja em moral; pode haver ações morais que são impolíticas (ou apolíticas) e ações políticas que são imorais (ou amorais) (p. 961).

Ainda nessa linha de pensamento, Sônia, filiada ao sindicato de Duque de Caxias, possui um raciocínio que se apróxima ao da professora Clarisse, uma vez que para ela a política encontra-se atrelada à vida coletiva. Implica não apenas pensar, mas, sobretudo, por em prática aquilo em que se acredita. A política, então, pressuporia um por em prática, organizar e agir:

“Para mim é uma série de fatores, é um conjunto de fatores que interferem na vida de todo mundo. Fatores econômicos, concepção de vida, concepção de organização de Estado, são coisas estruturantes também. Agora o movimento que se faz de como você articula essas

concepções, essas visões esse movimento é o que eu chamo de política, como você articula isso. Você defende uma concepção, você briga, você organiza.”

Outra professora, Ivete, concebe a política como todo ato, toda ação, onde até mesmo a posição de neutralidade evocaria uma postura política. Para ela, não existiria neutralidade, pois o não posicionamento - as escolhas políticas - já indicaria uma atitude segundo uma posição A ou B.

É possível perceber que a professora apresenta uma influência do pensamento Freireano, na medida em que crê que a reflexão faz com que o sujeito assuma um compromisso com a sociedade; no caso dos professores, através de sua prática educativa, na medida em que acredita em seu potencial transformador. Desse modo, as posições de Ivete poderiam ser compreendidas por meio das afirmações de FREIRE (1996):

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. (...) Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais (FREIRE 1996, p.102).

Nesse sentido, cada professora aqui mencionada traz uma concepção de política, atrelada a um nível de consciência ou a um modo de pensar sobre o que seja a política. Entretanto, todas, de certa forma, procuram agir politicamente no sindicato, na escola ou na sociedade. Buscam, enfim, um engajamento político que, em última instância, pressupõe a existência de certa disposição política.

Essa militância, entretanto, é realizada de forma variada. E se além de se dedicarem ao sindicato - participando de seus eventos, assembleias, passeatas e paralisações - ainda, procuram articular essa prática ao dia a dia da escola, transformam-se, então, em elos ‘preciosos’ entre o próprio sindicato e os professores menos engajados. Ou seja, podemos concluir que sua práxis político- pedagógica tanto no sindicato quanto na escola ao promover uma constante discussão, principalmente entre aqueles não sindicalizados estaria permitindo que, acima de tudo, cumprissem um papel político bastante relevante: elevar o nível de consciência de seus pares e, principalmente, contribuir para o aumento da organização do sindical.

Portanto, se a política a qual BOBBIO (1998) se refere implica “participação política”, para nossas entrevistadas “participação política” pressupõe “participação sindical”.

2.2 Histórias e lutas

Com o termo “todo”, geralmente nos referimos a algo mais ou menos harmonioso. Mas a vida social dos seres humanos é repleta de contradições, tensões e explosões (ELIAS, 1994).

Atualmente é possível encontrar um número significativo de estudos sobre a Baixada Fluminense (ANDADE, 1993; SILVA, 1993; PORTO, 2001; ENNE, 2002; BARRETO, 2006; SILVA, 2007; CANTALEJO, 2008). Referem-se a diversas áreas do conhecimento²⁵, na medida em que as características dessa região sugerem estudos variados que abrangem questões como identidade social, violência, práticas políticas e organizações coletivas, assim como estudos históricos e geográficos. É dessa forma que início a seção deste capítulo; ou seja, buscando inicialmente entender sua ocupação populacional, para, posteriormente, expor algumas questões relativas ao seu aspecto geográfico.

A Baixada Fluminense é tida como uma das áreas de maior concentração urbana no Estado do Rio de Janeiro e atualmente²⁶ é composta por mais de três milhões e meio de habitantes. Contudo, esse contingente populacional ainda vive de modo precário, na medida em que suas necessidades urbanas básicas – transporte, saneamento básico, saúde, educação – não foram supridas de modo adequado (ASSIS, 2008). Inclusive, essa precariedade promove o desenvolvimento do próprio clima político da região.

O quadro abaixo, portanto, ao mostrar o crescimento populacional dos Municípios da Baixada, faz supor que seus próprios problemas de infra-estrutura, tais como educação, abastecimento de água e esgoto sanitário, por exemplo, também tenham aumentado:

²⁵ Antropologia, História, Sociologia

²⁶ Os dados apresentados na tabela, provenientes do Censo Demográfico 2010, com data de referência em 1º de agosto de 2010, representam a população recenseada até 31 de outubro de 2010, * Município com criação posterior ao ano de 2000. Visitado em 12 de maio de 2012. http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=33

Município	População em 2010	População em 2000
Belford Roxo	455.598	434.474
Duque de Caxias	818.432	775.456
Guapimirim	51.198	37.952
Itaguaí	100.362	82.003
Japeri	91.933	83.278
Magé	218.307	205.830
Mesquita	159.685	N/A*
Nilópolis	154.232	153.712
Nova Iguaçu	767.505	920.599
Paracambi	46.251	40.475
Queimados	131.163	121.993
São João de Meriti	439.497	449.476
Seropédica	76.045	65.260
Total: Baixada Fluminense	3.510.208	3.370.508
Total: Rio de Janeiro	15.180.636	14.391.282

Na década de 1980, momento de redemocratização e de maior aproximação do Estado brasileiro com a população, deflagra, através de Leonel Brizola, Governador eleito pelo Estado do Rio de Janeiro, uma política pública popular ao iniciar a construção e ampliação de adução de água para a Baixada, assim como a idealização dos primeiros Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), essa região ainda permanece com sérios problemas sociais. Na década seguinte, Leonel Brizola, novamente, eleito Governador do Estado do Rio, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), através de sua proposta política procurar de algum modo, atender os desejos da população, mas os problemas da região não se extinguem.

Nesse sentido, SILVA (2010) acredita que a Baixada Fluminense de modo geral seja uma região cuja identidade esteja marcada pelo abandono e pobreza social e econômica. Sendo assim, seria reconhecida ao

longo da sua história pela deficiência infra-estrutural, populações carentes e abandono pelo poder público e por trazer em seu bojo de forma sintética contradições e contrastes sociais, culturais, políticos e econômicos próprios a uma sociedade de classe de padrão periférico e inserção subordinada como a brasileira (p. 89).

É fato que os anos 1980 e 1990 foram muito importantes para a Baixada. A organização de seus professores, assim como de outros setores sociais se fortalecem

nesse período e, conforme exposto nos itens abaixo, a política desenvolvida por seus políticos também deixa marcas profundas que, inclusive, determinam o modo de sua população organizar-se.

É nesse clima que a Baixada começa a discussão sobre sua divisão, uma vez que embarca na onda nacional que vai em direção a uma política de municipalização e continua seu processo de emancipação iniciada em décadas anteriores. Assim, no centro da Baixada Fluminense encontra-se o município de Nova Iguaçu, que tem sido desmembrado paulatinamente por meio de inúmeras emancipações que se iniciaram ainda na década de 1940 - Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis – e se estenderam até os anos 1990, quando são criados os municípios de Belford Roxo, Queimados, Japerí e Mesquita.

Essa fragmentação, logo, acaba por alterar a geografia e a própria política do lugar que a partir de novas disputas explicitam novos interesses e alianças que tem como pano de fundo o desejo por mais emancipação, pressupondo a concretização de certos projetos políticos de alguns núcleos populacionais da região.

BARRETO (2006), um dos autores que lida com essa problemática, inclusive, sinaliza para uma falta de consenso sobre essa questão delicada para a região que, inclusive, pode ser constatada tanto pela imprecisão entre os órgãos públicos²⁷, sobre o número dos municípios, pela observação feita pelas professoras do SEPE de Itaguaí que reforçam ainda mais a confusão entre os moradores sobre a composição dessa região nos dias atuais.

Porém, parto do pressuposto que a Baixada Fluminense é formada por uma configuração ampla, composta por quatorze municípios (Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, São João do Meriti, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim) que constituiriam a região Metropolitana do Rio de Janeiro ou Grande Rio.

²⁷ IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e a FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro).

O mapa apresentado abaixo representa a área reconhecida e ampliada da Baixada Fluminense segundo o Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB)²⁸:



(fonte: IPAHB)

Cabe, entretanto, salientar que esses quatorze municípios não possuem o mesmo peso econômico e político. Nesse caso, enquanto Mesquita, Queimados, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo e Nilópolis formariam o núcleo da Baixada, os demais – Mangaratiba, Itaguaí, Guapimirim, Seropédica, Paracambi, Japeri e Magé comporiam os municípios considerados de “interior”, “zona rural”.

Atualmente, muitos moradores dos municípios que não se definem como nucleares, buscam emprego nesses centros, assim como atendimento hospitalar, tais como o Hospital da Mulher Heloneida Studart, localizado no município de São João de Meriti, e o Hospital Estadual Adão Pereira Nunes-Saracuruna, em Duque de Caxias que, inclusive, é uma referência para toda essa região.

²⁸ Acesso em 15 maio 2009 (fonte:IPAHB).

Outro aspecto a ser explicitado é que muitos municípios ainda possuem uma paisagem rural como, por exemplo, Guapimirim, Magé, Itaguaí e Paracambi. Ainda se encontram num processo de urbanização, apesar de o município de Paracambi também ser marcado pela produção têxtil, o que induz certa urbanização.

É importante também destacar que além da questão do espaço geográfico em si, esse se constitui segundo uma relação atravessada por conflitos e contradições devido a sua própria localização física e social: “A Baixada não denota apenas uma localização geográfica, mas um espaço social, definido a partir de sua relação com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e mais, especificamente, com a cidade do Rio de Janeiro” (SILVA, 2007, p.49), o que, sem sombra de dúvidas, lhe traz alguns problemas.

Por exemplo, na segunda metade do século XX, passa a ser um importante centro de “exportação” de mão de obra para a cidade do Rio de Janeiro; daí ser conhecida como *cidade dormitório*, pois seus habitantes partiam muito cedo de suas casas, geralmente de madrugada, para o trabalho diário no Centro do Rio de Janeiro e só regressavam à noite e o que só restava era dormir; situação essa que ainda é vivida nos dias atuais e que muito bem define a localidade em questão. Assim, os moradores:

poderiam ser caracterizados como errantes. Em primeiro lugar, pela própria condição de migrante cuja saída da cidade natal constitui o primeiro ato de deslocamento; em seguida, pelo movimento pendular diário entre a casa e o trabalho (na maior parte das vezes, fora da Baixada, essencialmente no Rio de Janeiro) e, por fim, pelo deslocamento necessário até a escola, o hospital etc (BARRETO, p.29).

Esse estilo de vida permite que seus moradores tenham que permanecer bastante tempo dentro dos trens, vãs ou ônibus, meios de transporte mais utilizados pela maioria dessa população. ANDRADE (1993) aponta que:

Em relação ao sistema de transportes, é fato que não houve uma ampliação na mesma razão do crescimento da população. A grande massa de trabalhadores que se desloca diariamente da Baixada para a cidade do Rio de Janeiro dispõe, ainda, dos mesmos serviços de 20 anos atrás, quando precariamente atendiam a um número de usuários 50% menor que o atual (p. 29).

Apesar de não se tratar de um estudo recente, suas afirmações não diferem muito da atualidade, já que os noticiários quase que diariamente, denunciam o quanto a

população da Baixada tem sofrido com a precariedade do transporte de massa, algo bastante problemático para uma região que definida como *cidade dormitório* depende de um sistema de transporte intermunicipal eficiente.

Portanto, a proximidade negativa com a cidade do Rio de Janeiro, bem como suas disputas intermunicipais acabam por prejudicar social, política e economicamente a região. Porém, ao mesmo tempo, se essa situação posiciona a Baixada em um lugar periférico no Grande Rio e se seus quatorze municípios encontram-se cada vez mais envolvidos por uma série de disputas e rivalidades locais, sua população parece tirar proveito dessa experiência que, por sua vez, contribui para o desenvolvimento do *ethos* político da região. Ou seja, esse estilo de vida faz com que a população crie certas estratégias de sobrevivência que, em última instância, acabam por aproximar seus moradores da política, mesmo que seja por meios paternalistas e/ou clientelísticos.

Essa afirmação pode ser, inclusive, confirmada por meio dos conflitos relacionados à luta contra os reajustes das tarifas dos transportes, assim como a luta pelo passe livre para os estudantes oriundos do sistema público de ensino. Nesse caso, uma das maiores forças sociais da Baixada é o Movimento de Amigos do Bairro do município de Nova Iguaçu que tem como uma de suas principais bandeiras a fixação de um eficiente Sistema de Transportes na região:

Esta luta é deflagrada em 1982 em decorrência dos aumentos excessivos das passagens, a partir do segundo semestre de 1981. Tais aumentos antes decretados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) passam a ser autorizados pelas Prefeituras Municipais (SILVA, 1993, p. 149).

Esse movimento, inclusive, permite a realização de uma passeata com mais de 2.000 pessoas até a prefeitura de Nova Iguaçu, em 1982. Com um abaixo-assinado com mais de 22 mil assinaturas reivindicando tanto a diminuição do preço da passagem, quanto a concessão do passe livre para estudantes da rede pública e para quem estivesse desempregado há mais de três meses, esse ato consegue mobilizar a população e, inclusive, se estender para todo o Estado do Rio de Janeiro:

O MAB se soma ao ato da FAMERJ, no Palácio da Guanabara, dia 23 de abril de 1982, quando é entregue ao Secretário do Governador um abaixo-assinado com 50 mil assinaturas reivindicando o congelamento

das passagens de ônibus do Estado do Rio de Janeiro (SILVA, 1993, p.149).

Historicamente, essas considerações sobre a política da Baixada não poderiam terminar sem que se chamasse a atenção para a figura controversa de Tenório Cavalcanti. Personagem que ainda hoje se destaca, o *homem da capa preta* contribuiu para a definição do perfil político da região. Deputado estadual e proprietário do Jornal *A Luta Democrática* que nos anos 1950, sistematicamente, atacava seus adversários, entre eles, o então presidente Getúlio Vargas, viveu uma vida que, para muitos moradores da Baixada, pode ser tida como o daquele político que defendeu os pobres e oprimidos.

CANTALEJO (2008) ao estudar as relações desenvolvidas depois do Golpe Militar, em 1964, no município de Duque de Caxias, mostra como esse homem se transforma em um mito, tendo, ainda, como base uma história que se constrói a partir de desmandos e violências:

A ida de figuras notórias da política e representantes da elite do partido a Duque de Caxias projetou o caso nacionalmente e elevou a sua popularidade. Tenório Cavalcanti passava de mandante de um assassinato a perseguido político por ser oposição ao Governador e ao Presidente, sendo sua resistência vista como um ato de heroísmo (p. 41).

ANDRADE (1993) também chama a atenção para o fato de que a política dessa região liga-se a um estado de violência que acaba por fazer parte do cotidiano da população da Baixada. Violência que pode ser definida de várias maneiras: aquela vivida pelos desmandos dos interesses da política local; outra descrita pela maneira “armada” como seu deputado mais famoso fazia política e uma outra entendida como o descaso das autoridades competentes /órgãos públicos em relação aos serviços básicos:

Sua população, sempre crescente, sofre todo tipo de violência, a começar pelo não acesso a seus direitos de cidadania. A não observância desses direitos traduz-se no progressivo processo de "favelização" a que ela se submete. A região conta com uma rede de saneamento que atende a apenas 30% da população. Essa situação tem piorado a cada ano, contribuindo para a permanência de elevadas taxas de mortalidade infantil e a proliferação de todas as doenças típicas de regiões pobres. No âmbito da saúde, o quadro não é diferente. Apenas três hospitais públicos gerais sempre em condições precárias, estão em funcionamento, e é nas mãos dos hospitais

privados que se concentra o atendimento da maior parte da população (financiados com recursos provenientes da Previdência Social) (*idem*, p. 29).

Enfim, se a história política da Baixada Fluminense continua ligada tanto à violência quanto à pobreza, deve-se também considerar que essa situação encontra-se marcada por um longo processo de libertação, cuja população tem tido a oportunidade de se organizar de forma autônoma e, assim, exigir a presença de um Estado mais justo e atuante. É o que veremos no item a seguir.

2.2. 1 Quando tudo começou .

Na tese de doutorado de BARRETO (2006) é possível encontrar uma definição inicial sobre a região, identificando a Baixada como “uma área de planícies baixas constantemente alagadas entre o litoral e a Serra do Mar, atualmente estendendo-se pelos municípios situados ao longo da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), numa extensão de aproximadamente 80 quilômetros a partir da cidade do Rio de Janeiro”(*idem*, p.26). Ou seja, situa-se em um lugar estratégico, uma vez que é o elo de ‘comunicação’ entre a cidade do Rio de Janeiro e a Dutra, rodovia que conecta a região ao resto do país.

Ainda salienta que a partir do século XVI passa a produzir cana-de-açúcar, café e carvão, artigos que eram comercializados e vendidos para a capital do Rio de Janeiro. A laranja também desponta como um produto de grande importância para a região, que, inclusive, se beneficia bastante de sua venda.

Na segunda metade do século XIX a Baixada Fluminense deixa de ser preponderantemente rural e inicia o seu processo de ocupação urbana devido à construção da Estrada de Ferro D. Pedro II²⁹ que por meio das Estações de Maxambomba (hoje Nova Iguaçu) e Queimados tira a região de seu isolamento e a

²⁹ A Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II foi em 29 de março de 1858, com trecho inicial de 47,21 km. Constitui-se uma das mais importantes obras da engenharia ferroviária do país, com a realização de enormes cortes, aterros e perfurações de túneis, entre os quais, o Túnel Grande com 2.236 m de extensão, na época, o maior do Brasil, aberto em 1864. A Estrada de Ferro D. Pedro II, transforma-se mais tarde (1889) na Estrada de Ferro Central do Brasil, um dos principais eixos de desenvolvimento do país. <http://www1.dnit.gov.br/ferrovias/historico.asp>. Acessado em 01/08/ 2012

conecta à cidade do Rio de Janeiro através da atual Estação conhecida como Central do Brasil.

Outro momento marcante para a região ocorre na década de 1930 através do surgimento da Comissão de Saneamento da Baixada e da criação do Departamento Nacional de Obras de Saneamento que ao melhorarem as condições de vida da região, proporcionam a entrada de uma nova leva de migrantes, principalmente oriundos do Nordeste. Assim, CANTEJO (2008) salienta que:

A situação de Meriti veio a se alterar a partir da segunda metade da década de 20, tendo dois elementos impulsionadores: os investimentos públicos em saneamento que foram ampliados, após a subida de Vargas ao poder em 1930 e a inauguração, em 1928, da rodovia Rio – Petrópolis³⁷, conhecida como “Estrada de Ouro”, devido ao seu alto custo. Em 1933, foi criada uma Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense que elaborou um plano para a região (*idem*, p. 24)

Sua vocação para receber migrantes, inclusive, marca sua história que acaba sendo escrita por esses “peregrinos” que de vários cantos do Brasil, e na região se estabelecem em busca de trabalho e melhores condições de vida. Essa realidade, inclusive, impõe a criação de um grande número de loteamento que se intensifica cada vez mais: “à medida que cresce o Grande Rio, os preços dos imóveis vão deslocando as classes populares para favelas ou para regiões periféricas afastadas, como Nova Iguaçu” (SILVA, 1993, p.25).

Já na década de 1980, a região é assolada por novos ventos, conforme já assinalado anteriormente. Passa a ser marcada pelo surgimento dos movimentos comunitários que contribuem para a organização da população, assim como para as lutas pela emancipação dos municípios de Belford Roxo, Queimados, Japeri, Guapimirim, Seropédica e Mesquita. Ou seja, os anos 1980 inauguram a intensificação de um tipo de política mais autonomista e mais desvinculada dos tentáculos do aparelho de Estado.

Em suma, esse breve relato, situa histórica e geograficamente os entrevistados que também de alguma forma fizeram parte das lutas engendradas na Baixada, e que atualmente faz a diferença para a população.

2.2.2 Comunidade Eclesial de Base na Baixada: o papel da Igreja

Se admitimos que a juventude fornece à sociedade o elemento dinâmico renovado idealista, então será indispensável a participação dos jovens na política a começar do próprio ambiente escolar e profissional. (Dom Adriano Hypólito, Entrevista Última Hora, 24/09/1976)

Essa sub-seção surgiu no decorrer do estudo através das falas das entrevistadas que, de fato, confirmaram a importância do papel da Igreja no movimento social da Baixada nos anos 1980. Vinculada à Teologia da Libertação³⁰, a Igreja da Baixada, especificamente as de denominação Católica, mostra a sua força junto à população através de um trabalho de organização e conscientização política.

Em visita à Cúria Diocesana de Nova Iguaçu³¹ com o intuito de buscar informações sobre sua atuação na região pude observar o quanto essa história é rica em acontecimentos que, inclusive, merecem ser estudados por pesquisadores que se interessam pelo papel da Igreja na nossa política recente.

Historicamente, o Concílio Vaticano II³², realizado em 1968, traz um novo olhar para a Igreja na América Latina e consolida sua opção pelos pobres e o florescimento da própria Teologia da Libertação encontra na Baixada um *solo fértil* para o seu crescimento.

De acordo com essa concepção, a Igreja não poderia servir ao mesmo tempo ao “Deus que faz justiça aos oprimidos e aos senhores do capital” e para isso lança através de suas comunidades de base a proposta de trabalhar com agentes pastorais (FREI BETTO, 1985, p. 14).

Assim, durante a ditadura militar, período que se inicia em 1964 e termina na década de 1980, a Igreja age segundo suas próprias características, primeiramente, oferecendo amparo aos movimentos que se colocassem à favor do povo através das

³⁰ Refere-se a uma Igreja mais progressista que por meio de um discurso mais político, distancia-se de seu discurso oficial, se comprometendo com os pobres e oprimidos.

³¹ O acervo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, inclusive, é constituído de obras manuscritas do período colonial e imperial (basicamente livros de registros de batismo, casamento e óbito). Encontram-se, inclusive, registros de batismo de escravos datados entre 1807-1825, assim como registros de escravos já do período da Lei do Ventre Livre.

<http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/acervos/curia.htm> (visitado em 10 de maio de 2012).

³² O Concílio Vaticano II teve início em 11 de outubro de 1962 e sua conclusão em 08 de dezembro de 1965. Devido às transformações sociais, econômicas e política, visava modernizar a Igreja por meio de uma nova postura que tinha como meta torná-la uma instituição mais acessível aos seus fiéis, já que historicamente sempre foi tida como elitista.

CEBs e posteriormente, por meio da organização de pequenos grupos fundados na paróquia ou na capela, onde o padre responsável tratava de organizar os seus fiéis em torno de algum problema da comunidade.

FREI BETTO (1985), importante membro dessa Igreja, expõe minuciosamente o que vem a ser as CEBs, explicitando o uso dos termos: a) *comunidades* se deve ao fato de que “reúnem pessoas que possuem a mesma fé e pertencentes a mesma igreja e que moram na mesma região”; b) *eclesiais*, porque participam da mesma igreja; c) *base* “porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos” (*idem*, p.17). Exemplo disso eram as donas-de-casa, operários, desempregados, posseiros e outros que participavam desses encontros.

Incrementando esse debate e, nesse caso, evidenciando uma relação entre política e Igreja, procurei através de BOBBIO (1998), já citado anteriormente, uma compreensão mais abrangente sobre essa questão. Assim, para ele religião, ou melhor, *Política Eclesiástica* seria:

Sabe-se que o conceito de religião é um conceito amplamente controvertido e que são poucos os pontos de convergência dos sequazes das diversas teorias. Um destes pontos é, no entanto, a afirmação de que a religião não concerne apenas à esfera interior da pessoa, mas determina também comportamentos (individuais e coletivos) externamente relevantes (p. 966).

Esses comportamentos religiosos aqui ressaltados teriam, então, como objetivo superar a individualidade, pois:

Podem assim remontar a motivos religiosos comportamentos respeitantes ao mundo da economia, da luta política, etc. Todo o mundo sabe também que a experiência religiosa favorece o sentimento de solidariedade entre os que nela se acham envolvidos: uma solidariedade que pode apresentar diferentes níveis de intensidade, determinando a constituição de grupos sociais caracterizados por uma maior ou menor homogeneidade de convicções, juízos e comportamentos (*idem*, p. 966).

Também é fato que as CEBs não ficavam fechadas em si. Utilizavam o método *ver-julgar-agir* trazendo no bojo de sua existência um modo dialético de ser que partia da realidade para, posteriormente, mostrar para seus fiéis os diferentes aspectos da situação em pauta. Propunham, ainda, que, em suas reuniões, a população analisasse a realidade a sua volta através de uma reflexão que, partindo do conhecimento popular,

assim como do próprio conhecimento teológico se concluísse que se deveria lutar por melhores condições de vida.

Esse método pautava-se em três etapas interligadas que as CEBs deveriam seguir: a) a comunidade em si, centrada no Evangelho para agir sobre o social; b) o fortalecimento dos movimentos populares através do incentivo da participação dos membros das comunidades; c) o fortalecimento do movimento operário seja no campo ou na cidade. Ou seja, implicava uma atuação realmente política, conforme palavras de FREI BETO (1985): “participavam da oposição sindical e dos sindicatos autênticos, procuram valorizar o sindicato como verdadeiro órgão de classe e atuam nas greves e lutas de suas categorias” (*idem*, p.23).

Alguns materiais utilizados para as reflexões durante as reuniões tinham sua elaboração coordenada e supervisionada pelos agentes pastorais, que inicialmente solicitavam que a comunidade sugerisse um tema para reflexão e debate (FREI BETTO, 1985). Nesse caso, as CEBs, de fato, colocavam em prática as diretrizes do Concílio Vaticano II. Ou seja, se estruturavam a partir de uma ligação direta com seus fiéis.

Um dos fatores que permitiram que CEBs e diferentes grupos de jovens, mulheres, negros, entre outros, ligados à igreja progressista pudessem se multiplicar dentro da Baixada Fluminense foi o vasto acervo disponibilizado pela própria Igreja. Foram publicações que garantiram a multiplicação de metodologias e saberes, especialmente na linha do “como fazer”, e permitiram aos próprios grupos, independentemente da presença de assessores, padres e intelectuais, a organização de encontros e processos formativos. Grande parte deste acervo é constituído por folhetos explicativos, cartilhas, boletins de grupos, leitura de cordel, cadernos de formação, entre outros, elaborados na própria região da Baixada e enriquecidos com questões locais por agentes de pastoral das CEBs feitos em mimeógrafo ou *off-set* (SANTOS e RAMOS, 2008, p. 30).

Nesse sentido, a Igreja na Baixada irá utilizar-se desse método para a formação de suas lideranças que a partir dessa experiência passariam a valorizar seu espaço comunitário, assim como, fortaleceriam seus movimento de bairros e operários.

Esse processo formativo de seus agentes comunitários que além da Teologia da Liberação, também se inspiravam nas idéias de Paulo Freire e em muito colaboram para a ampliação da consciência política e, nesse caso, para o nível de organização da região. Esse aporte se distanciava das práticas a que a população encontrava-se acostumada:

seja através da experiência, por exemplo, com Tenório Cavalcanti e sua *lurdinha*³³, ou por meio do brizolismo nos anos 1980 e 1990.

Essa experiência, então, implica uma mudança de comportamento da população frente sua vida política. Pressupõe um salto qualitativo no que se refere ao modo como a política na Baixada era implementada e, nesse caso, favorece o fortalecimento de grupos específicos na luta comunitária por seus direitos.

É possível constatar que a multiplicação desses agentes também ocorre quando:

No final da década de 1970, quando a situação de pobreza da região e a fama de violenta já se destacavam no estado, grupos de religiosos, religiosas e leigos, seguindo o exemplo de outras dioceses do país, trazem para espaços e eventos tradicionais da Igreja uma reflexão mais crítica sobre as relações sociais e sobre a valorização da organização popular (SANTOS e RAMOS, 2008, p. 22).

O desdobramento dessa prática resulta no fato de que alguns líderes das CEBs optam por atuar nos conselhos municipais, nas associações de bairros e no campo político, demonstrando que trabalho pastoral estava atingindo seus objetivos: a organização de seu público leigo. E se inicialmente essa atuação era quase que ingênua e populista, vai “lentamente adensando a autoconsciência de[sse] educador político popular na linha gramsciana” (SILVA, 2007, p. 52). Consequentemente, a atuação das CEBs espraia-se para o movimento social como um todo, influenciando o próprio movimento dos professores da Baixada. Inclusive, a historiografia sobre a história política da Baixada observa sobre a relevância das CEBs no movimento social da Baixada:

Grande parte das lideranças que passam a atuar em associações de moradores e assumem a direção do movimento tem origem nas CEBs e em outros movimentos e grupos estruturados pela Igreja progressista. Em Duque de Caxias, com apoio direto de D. Mauro Morelli um dos resultados da consciência organizativa foi a criação do Movimento de União de Bairros (MUB), cujo objetivo era congregar as Associações de Moradores. Neste período, deram-se os primeiros passos para a estruturação e legalização do movimento e, em maio de 1983, ocorreu o primeiro congresso da Federação Municipal das Associações de Bairro de Duque de Caxias (SANTOS e RAMOS, 2008, p.31).

³³ Uma submetralhadora MP-40 que sempre o acompanhava

Tudo isso não poderia ser realizado sem o trabalho de D. Adriano Hipólito³⁴ e Dom Mauro Morelli³⁵. Na entrevista com Padre Bruno³⁶ pode-se perceber o quanto foram fundamentais para o desenvolvimento das CEBs. Estiveram presente nas decisões de abrir as portas da Igreja da Baixada para o movimento popular e segundo suas palavras: *“para ele - D. Adriano - a Igreja não devia defender o povo, mas devia criar espaço para o povo se organizar e defender seus direitos.* Enquanto seu discípulo, também concorda com seu mestre: *“nos temos que apoiar e criar condições para o povo se organizar e enfrentar os generais.”*³⁷

Nesse caso, é possível aqui, estabelecer um diálogo com o pensamento gramsciano quando se trata de analisar o tipo de atuação de ambos, na medida em que se distanciariam da perspectiva dos intelectuais tradicionais, definido por Gramsci quando se refere ao papel da Igreja na política.

Assim, se os intelectuais tradicionais cumprem certo tipo de papel político-social, já que conseguem mediar a relação entre a massa camponesa e o político local, Dom Adriano e Dom Mauro Morelli, apesar de membros da Igreja, com base na Teologia da Libertação, têm a chance de desenvolver um tipo de trabalho intelectual ‘mais moderno’. Aquele que tem como preocupação desenvolver o nível de consciência com os quais se relaciona.

GRAMSCI (2000), enfim, ao chamar a atenção para as especificidades das funções políticas dos diversos tipos de intelectuais (urbanos, industriais, rurais,

³⁴ Adriano Mandarino Hypolito nasce em 1918, em Aracajú, Sergipe. Membro da Ordem dos Frades Menores, (O.F.M) é ordenado sacerdote em 1942. Ao ser enviado para Portugal, em 1948, para estudar Literatura e pesquisar a história dos franciscanos no Brasil, tem a oportunidade de ampliar sua visão sobre os fins da religião. Em 1951, já no Brasil, exerce várias funções: definidor da Província e mestre dos clérigos e redator da revista *“Mensageiro da Fé”*. Em 1962, o Papa João XXIII o indica para Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Salvador da Bahia. Finalmente, ao participar do Concílio Vaticano II, em Roma, entre 1963-1965, acaba por definir sua preferência pelos pobres. Em 1966, toma posse como Bispo da Diocese de Nova Iguaçu e, desse modo, tem condições de colocar em prática suas idéias (SERAFIM, 2011).

³⁵ Frequentou no ginásio o Seminário Seráfico São Fidélis, em Piracicaba e seu Curso de Filosofia foi concluído no Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição em Viamão, Rio Grande do Sul. Nos Estados Unidos, estudou filosofia e teologia; sendo ordenado diácono em 1964. Foi ordenado padre no ano seguinte e, apenas em 1974, é nomeado Bispo Auxiliar de São Paulo pelo Papa Paulo VI. Em 1981, é nomeado pelo Papa João Paulo II o primeiro Bispo da então criada Diocese de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, onde permanece até 12 de junho de 2005. Em sua atuação episcopal, luta por uma Igreja aberta aos problemas do mundo e da vida do trabalhador. Dá a esta Igreja local um rosto laical, criando uma caminhada diocesana de comunhão em todos os níveis. Destaca-se pelo combate à miséria e à fome e defende a ética e a cidadania. Foi um dos fundadores do Movimento pela Ética na Política (CUNHA, 2011, p.67).

³⁶ Atualmente, Pároco da Paróquia São Simão, mas no passado esteve junto com D. Adriano Hipólito nas CEBs

³⁷ Assessorias para os agentes e para os líderes pastorais

burocráticos, acadêmicos, técnicos, profissionais, pequenos, intermediários, grandes, coletivos, democráticos etc.) nos faz concluir que através da Teologia da Libertação, tanto Dom Adriano quanto Dom Mauro rompem com o *modus operandi* da Igreja e vão ao encontro daqueles que defendem, lhes proporcionando um trabalho que, em última instância, implica o aumento do nível de consciência de seus fiéis.

Além disso, o filósofo italiano, ao enfatizar que os intelectuais orgânicos modernos se encontram enraizados nas relações sociais, acredita que cumpram, necessariamente um papel político, e os Bispos da Baixada Fluminense, principalmente na década de 1980, souberam cumprir esse papel. E, conseqüentemente, influencia na organização do movimento social e dos professores, em particular.

Dessa forma, pode-se afirmar que Dom Adriano Hypolito e Dom Mauro Morelli desempenharam seu papel intelectual dentro da Igreja de forma peculiar, já que estenderam sua participação para o âmbito social e político, estabeleceram uma relação social com os grupos considerados desfavorecidos.

Diante essa opção, Padre Bruno reconhece que Dom Adriano tenha sofrido ameaças, perseguição e, inclusive, seqüestro. Demonstra que na Baixada, a Igreja, naquele momento, assumiu uma posição radical, quase que de confronto com as lideranças políticas estabelecidas.

Conseqüentemente, a Igreja tem a chance de passar a ser um espaço de formação política e intelectual, cuja empreitada pode ser comprovada por meio da figura de José Zumba:

Em Duque de Caxias, destaca-se a presença de José Zumba, que começa sua caminhada formativa nas CEBs em 1966, como militante da Ação Católica Operária (ACO), em pleno regime militar. Fundador da Associação de Moradores do bairro do Gramacho, atuou como presidente da Federação das Associações de Moradores de Duque de Caxias (MUB). Em 1987, foi eleito presidente do Sindicato dos Professores. Foi candidato e eleito vereador pelo PT de Duque de Caxias. A vitória de Zumba representou a organização das CEBs, que pela primeira vez elegeram um parlamentar, o qual foi reeleito por mais quatro anos. Atualmente, Zumba trabalha no Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Desans), criado numa parceria entre D. Mauro Morelli e a prefeitura de Duque de Caxias (SANTOS e RAMOS, 2008, p.34).

Outro estudo que colabora para a compreensão da atuação das CEBs na formação política de nossos sujeitos é o artigo de SILVA (2007) que procura mostrar a

práxis da educação política desenvolvida pela Diocese de Nova Iguaçu através da Escola de Formação Política (EFP).

Salienta que a Diocese de Nova Iguaçu decide investir numa formação política de seus fiéis, principalmente a partir da década de 1990, depois de ter tido uma experiência de conscientização popular nos anos de 1970 e 1980. E teve como “carro chefe” a pergunta, “Que Baixada Fluminense queremos ter daqui a 10 anos?”. Enfim, a Diocese nesse momento ao começar a desenvolver um projeto destinado às lideranças locais propõe que os objetivos desse projeto sejam:

estimular, nos agentes sociais, a consciência dos direitos do povo e reforçar a sua participação efetiva na transformação social... e capaz de responder aos novos desafios; propiciar oportunidades de confrontar suas experiências, aprofundar os conhecimentos necessários ao enfrentamento das situações novas (*idem*, p.53).

Outro ponto levantado pelo autor refere-se à participação da Universidade Federal Fluminense (UFF) na região através da entrada de dois de seus professores nesse projeto, procurando, assim, estreitar o vínculo entre o mundo acadêmico e o engajamento político popular.

Um deles, o próprio autor do artigo, e o outro, Giovanni Semeraro, cuja contribuição implica a criação, em 2001, do Centro Sócio-Político que por meio da extensão universitária conectava Igreja, Universidade e movimento popular. Seu público tinha como única exigência: estar ou ter sido engajado em alguma atividade política.

Enfim, as CEBs, definitivamente, rompem com o modo com que a política até aquele momento era praticada na Baixada e indica novos caminhos para essa prática que, com certeza, acaba por formar muitos dos líderes do SEPE.

2.2.3 O Movimento de Amigos do Bairro: a união faz a força

A sociedade é o objetivo final e o individuo é apenas um meio, o individuo é o objetivo final e a união dos indivíduos numa sociedade é apenas um meio para seu bem-estar (ELIAS, 1994).

Uma das características da população da Baixada e, especificamente a de Nova Iguaçu é possuir certa tradição na luta por melhorias dos serviços públicos. Sua população sempre procurou organizar-se com o objetivo de buscar soluções para seus problemas.

No período de 1958-1964, por exemplo, época em que o país passava por momentos difíceis, mas o debate político ainda era intenso, inicia-se a criação dos Movimentos das Associações Pró-Melhoramento de Bairro e, especificamente, a fundação dos Centros Pró-Melhoramentos de Bairro no Rio de Janeiro que, inclusive, se expandem por todo o país (SILVA, 1993).

Como parte dessa história, cabe salientar que ainda na década de 1960 ocorre o importante Congresso dos Centros Pró-Melhoramento de Nova Iguaçu, que, na verdade, é tido como um marco no que se refere à organização dos bairros na região. Ou seja, mais tarde será considerado como o Primeiro Congresso do Movimento Amigos dos Bairros de Nova Iguaçu.

SILVA (*idem*) ao fazer um levantamento das demandas por serviços reivindicadas pela população da região antes da criação do MAB chama atenção para a precariedade das escolas, o lixo, a falta de transporte e policiamento:

A maioria das escolas encontra-se em condições precárias e com sérias deficiências de material. O analfabetismo entre a população com mais de dez anos de idade é de 17% em 1980, sendo que apenas 3% da população cursa o secundário completo. Em 1978, apenas cerca de 15% do lixo do município é coletado, deixando-se umas 500 toneladas de lixo, por dia, em valas e em terrenos baldios. O serviço policial inadequado eleva a área a um dos índices mais altos de criminalidade do País. Menos de 10% das vias municipais estão pavimentadas, gerando graves problemas de transporte em épocas de chuva. Uma estimativa de 1980 demonstra que, se a prefeitura continuar a pavimentar as estradas no ritmo da década anterior, levará 250 anos para asfaltar todas as ruas existentes ("Primeiro ciclo de Debates populares do MAB", *idem*, p, 27).

Nesse caso, um dos grandes fatores que impulsiona as organizações populares da Baixada é, justamente, a precariedade de seus serviços públicos. Ancoradas em suas Associações de Moradores, nas CEBs, nas bases dos partidos políticos e nas organizações de sindicais, procuram se fortalecer e romper com a desigualdade social de seus moradores. Todo um conjunto de iniciativas é desenvolvido e ao desembocar no

movimento popular possibilita o surgimento de novas lideranças que, nesse caso, teriam a função de justamente acelerar os rumos dessa mesma organização.

A chegada de Dom Adriano Hypólito em Nova Iguaçu, como já dito anteriormente, também foi outro marco para a organização popular da região. Ao introduzir algumas mudanças na Diocese, permitindo, inclusive, que se utilizassem suas dependências para a organização do movimento popular, contribui enormemente para o fortalecimento das Associações de Bairro: abre espaço para a fundação do MAB que, assim, passa a trabalhar em conjunto com as CEBs:

Coincidindo com o fechamento da sociedade civil, a Igreja começou a criar grupos comunitários - círculos operários, clubes de mães, grupos de jovens, clubes de catecismo - que discutiam a fé e a realidade social. Durante os anos de maior repressão, as CEBs foram praticamente as únicas organizações populares a promover perspectivas políticas críticas. Embora as CEBs estivessem envolvidas somente em ações políticas rudimentares, como assinar petições por serviços urbanos, sua importância se refletiria no desenvolvimento--posterior dos movimentos populares, pois facilitam uma organização e uma mobilização mais amplas quando houve um afrouxamento da repressão. Muitos líderes e participantes do movimento de bairros haviam sido motivados por suas experiências nas CEBs (SCOTT, 1988, p. 212; *apud*: SILVA, 1993 p. 31).

Desse modo, a história do MAB liga-se à trajetória das CEBs tanto devido às suas posições progressistas e, diria, pedagógicas, quanto as suas formas de organização: fortalece a sociedade civil e, principalmente, os movimentos populares de Nova Iguaçu.

Portanto, a organização do MAB, em meados da década de 1970 e início de 1980, período justamente de consolidação e crise do regime militar, buscava a melhoria ou até mesmo que se fizesse existir serviços públicos aonde não existiam.

E se esse perfil de organização dos moradores em associações de bairros passa a tomar conta de toda a região, principalmente irá florescer e desenvolver-se nos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

Um dos pontos altos de luta do MAB encontra-se não apenas em torno do saneamento básico, mas, também no âmbito de melhorias no setor da saúde pública, problemas crônicos dos municípios. Mais uma vez, a Igreja se faz presente e se articula a essa proposta reconhecendo a necessidade de ter, por exemplo, algum tipo de serviço ambulatorial: “A Cáritas Diocesana contrata, por indicação do Padre Paiva, dois

médicos sanitaristas, e mais dois profissionais de saúde, para desenvolverem o Programa de Higiene Materno-Infantil” (SILVA, 1993, p. 35).

Em 1984, a questão da saúde também entra na pauta de reivindicações da população de Nova Iguaçu. A prefeitura assinatura convênio com a Previdência Social através das chamadas “Ações Integradas de Saúde”, permitindo o repasse de verba mensal para as demandas de saúde da região. Também prevê a criação do Conselho Interinstitucional Municipal de Saúde (CIMS) e do Conselho Comunitário de Saúde (CCS), cujo objetivo era administrar as verbas vindas da Previdência Social com o intuito de melhorar a saúde do município. Diante disso, o MAB concentra sua luta na instalação do CCS a fim de que as verbas fossem administradas de modo correto.

Ainda na luta pela saúde, o MAB mobiliza a população quando o Estado do Rio sofre uma grande epidemia de dengue e só no município de Nova Iguaçu são registradas 500 mil casos com a doença:

A manifestação, em 27 de maio de 86, fecha a Via Dutra nos dois sentidos, na altura do km 13, em Nova Iguaçu. Com ela o MAS busca "chamar a atenção da opinião pública e das autoridades responsáveis para a dramática situação de saúde da região e a omissão criminosa dos poderes públicos, tudo isso com a epidemia de dengue que continua se espalhando em Estado" (Informativo do MAS, 1986, *apud* SILVA, 1993, p. 179).

Outra luta que o MAB não poderia deixar de lado refere-se ao já citado problema crônico da região: o saneamento básico. Desde sua primeira assembléia, em 1978, que essa questão já se evidencia como um problema central para os moradores de Nova Iguaçu. Em sua assembléia seguinte, esse assunto é retomado através de um tom de repúdio ao descaso do poder municipal frente esse problema.

Entretanto, somente em meados dos anos de 1984 o MAB compreende que é necessário uma luta conjunta com as demais federações de outros municípios da região:

No entanto, somente em julho de 84, a luta pelo saneamento básico dá um salto qualitativo. É quando o MAB decide priorizá-la e levá-la em conjunto com as demais Federações de Associações de Moradores da Baixada (Duque de Caxias), ABM (São João de Meriti) e a FAMERJ. O MAB percebe que o problema do saneamento básico é comum aos Municípios da Baixada. O MAB compreende que a busca duma solução exige a articulação das Federações de AMs locais, pois "uma articulação e uma definição política para a solução do problema necessariamente terão de se dar ao nível dos governos federal,

estadual e municipal" (Encontro 41, novembro 85, *apud* SILVA, 1993, p. 168).

Quanto à educação, o MAB se limitava a atividades de lutas pelo fim da taxa escolar, pelo passe-escolar, manutenção e criação de creches e exigência de concurso públicos e seleção de profissionais para os CIEPs. Também participa do Projeto Educar que mantinha convênio com a Fundação Educar, ex-MOBRAL.

Já no município de Duque de Caxias será Dom Mauro Morelli quem apoiará a criação do Movimento de União de Bairros (MUB) que, justamente, tinha como objetivo agrupar as Associações de Moradores, para em seguida, estruturar e legalizá-las em uma federação:

Uma das comissões existentes no MUB era responsável pela formação das lideranças das associações de moradores. A comissão promovia os cursos de acordo com a necessidade das associações, que eram organizadas por distritos. Os temas abordavam: O Papel da Associação de Moradores, A História da Baixada Fluminense e do Município de Duque de Caxias, Assembléia Constituinte, Melhorias do Transporte Ferroviário, Melhoria do Serviço de Saúde, Saneamento Básico, Educação, entre outros (SANTOS e RAMOS, 2008, p. 31).

Além disso, o Projeto de Educação Básica da Baixada Fluminense que previa a alfabetização pelo método Paulo Freire de oito mil alunos adultos, contou com a participação do MAS, do MUB, da Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu, do Clube de Mães da Taquara (Duque de Caxias), da Associação do Bairro dos Cavalheiros e da AM do Canal Meriti.

Percebe-se, então, que se o movimento de bairro e as CEBs iniciam uma luta, de modo geral, em oposição à administração pública, ao final dos anos 1980 e 1990, como resultado de toda uma aprendizagem, seus atores, já maduros politicamente, concluem que deveriam atuar junto à esfera pública local e, nesse sentido, “fazer política” a partir do interior do aparelho de Estado.

2.2.4 O SEPE: sua presença e força nos municípios da Baixada

O SEPE, ao se estruturar a partir, principalmente, das greves da década de 1980, consolida sua presença nos municípios da Baixada, permitindo que a categoria

espraie sua luta para além de alguns poucos militantes (SILVA, 2006). Torna-se representante tanto dos profissionais da rede estadual quanto dos profissionais da rede municipal, principalmente em Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Itaguaí.

A entidade, nesse sentido, passa a ter os seguintes núcleos municipais: Angra dos Reis, Barra do Piraí, Barra Mansa, Belford Roxo, Cabo Frio (Lagos), Cachoeiras de Macacu, Campos, Conceição de Macabu, Costa do Sol, Costa Litorânea, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Itaocara, Itaperuna, Itatiaia, Japeri, Lage de Muriaé, Macaé, Magé/Guapimirim, Mangaratiba, Maricá, Mendes, Miguel Pereira, Nilópolis, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Pinheiral, Porciúncula, Porto Real/Quatis, Queimados, Resende, Rio Bonito, Rio das Ostras, Santo Antônio de Pádua, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá, Teresópolis, Três Rios, Valença, Vassouras e Volta Redonda³⁸. Ao todo contabiliza nos dias de hoje 60.666 filiados.

Entretanto, nosso recorte abrange apenas o município de Duque de Caxias com 4.618 filiados, sendo 3.397 da rede municipal e 1.211 da rede estadual; Nova Iguaçu com um total de filiados 2.723, sendo que 1.192 são da rede municipal e 1.531 da rede estadual e, por ultimo, o município de Itaguaí com 923 filiados, sendo que 383 pertencem a rede municipal e 540 à estadual³⁹.

Percebe-se através desse quantitativo o quão relevante é entender como um grupo específico – os professores entrevistados - dessa totalidade de professores – da Baixada Fluminense - consegue traçar sua identidade profissional (docente) e política.

Além disso, essa escolha se justificaria por se considerar que esses municípios possuem um contexto histórico/espacial bastante demarcado, conforme descrito acima e, também, por seus professores serem vistos como um dos mais ativos. Afirmação essa que pode ser confirmada por meio da tese de SILVA (2010) que nos relata as inúmeras atividades sobre a questão salarial promovidas, por exemplo, pelo SEPE/Nova Iguaçu:

Histórica é a luta desenvolvida durante a governo Altamir Gomes, tornada aguda em 1996, com uma greve de acerca de sete meses de duração por conta dos sete meses de atraso dos salários dos profissionais da educação do município, que vivia grave crise administrativo-financeiro. Á época a situação de penúria dos

³⁸ As informações foram consultadas no site www.sepe.org.br no dia 05 de fevereiro de 2011.

³⁹ Fiz o contato por telefone com o SEPE/RJ e as informações foram fornecidas por e-mail no dia 16 de agosto de 2011

professores chegou ao ponto de sequer disporem de dinheiro para se deslocarem aos seus locais de trabalho (*idem*, p.103).

Essa situação foi, inclusive, lembrada por Letícia que na época já era filiada ao SEPE:

“foi na época que entrei, no governo de Altamir. Eu entrei e a galera já estava sem pagamento. O município estava parado, eu fiquei sem pagamento também.”

Outro exemplo dessa força pode ser comprovado quando, em 1996, o município vivia uma grave crise administrativa e financeira e os salários dos profissionais da educação encontravam-se atrasados por sete meses, período em que foi decretada uma greve que se manteve por todo esse período.

SILVA (*idem*) ainda sinaliza que o Núcleo do SEPE de Nova Iguaçu se envolve com “eleições de diretores na rede pública e na preservação dos CIEPs, durante o governo de Moreira Franco” (p.103), dando mostras que sua luta não era apenas em torno de questões salariais.

Outro ponto abordado pelo autor diz respeito à participação efetiva do SEPE, núcleo Nova Iguaçu, na criação dos Conselhos Municipais de Educação:

Entre 1997 e 1998, foram criados os Conselhos Municipais de Educação e do FUNDEF, o núcleo do SEPE/ Nova Iguaçu empenhou-se por estar intervindo neles, sobretudo no Conselho Municipal do FUNDEF. No Entanto, em que pensem sua pressão, inclusive jurídica, pela transferência das contas publicas e luta pela autonomia do Conselho, viu seus esforços fadados ao fracasso, pois seus recursos não foram atendidos, ao mesmo tempo em que os sucessivos governos do Município procurarão esvaziar o Conselho Municipal do FUNDEF (SILVA,2010, p. 104).

Enfim, demonstra fôlego para a luta que, sem sombra de dúvidas, foi em muito aprendida pelas lições da Igreja, como veremos no capítulo três através de alguns depoimentos de professores.

3. FILIAÇÃO E FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS NO SEPE: COMO SURGEM AS DISPOSIÇÕES POLÍTICAS NA TRAJETÓRIA DOS PROFESSORES ENTREVISTADOS?

O trabalho de interpretação de uma entrevista nunca deve se contentar em considerar exclusivamente o que entra no âmbito desse relato pessoal cujos elementos são particularmente significativos aos olhos do entrevistado (LAHIRE, 2004).

Neste capítulo, a análise das entrevistas tem o objetivo de estruturar um painel que expresse os modos de socialização que permitiram a constituição de certas disposições que levaram as entrevistadas a desenvolverem suas práticas políticas, de sindicalização e militância. Procura mostrar como suas experiências familiares, escolares e inserção nos movimentos sociais e profissionais facilitou a criação de um “gosto” pela política que as conduziu a uma vida sindical.

O capítulo será dividido em seções que não só evidenciam os “pontos comuns” entre os entrevistados, mas, também, suas próprias diferenças, na medida em que essa dupla face – semelhanças e diferenças - permite entendermos a socialização como uma instância, e permite a constituição tanto de perfis sociais quanto individuais (LAHIRE, 2004).

Nesse sentido, adentrar nas memórias com o objetivo de construir a trajetória das professoras filiadas ao SEPE tornou-se importante não somente para estudar o lugar social que atualmente ocupam no interior de sua categoria, na Baixada Fluminense, mas, também como um modo de compreender como cada sujeito – professora entrevistada – constitui suas socializações que, ao mesmo tempo em que se constitui como uma variante das disposições do seu grupo ou meio social, igualmente, em certos aspectos, pode ir ao encontro das experiências de algumas outras entrevistadas. Ou seja, de acordo com LAHIRE (*idem*) a construção de uma sociologia do indivíduo não pressupõe o rompimento do geral e o particular, o macro e o micro; implica apenas a constituição de outro referencial teórico-metodológico que impõe olhar o social a partir das formas de socialização do indivíduo.

Além disso, essa perspectiva acredita que as singularidades do sujeito têm a capacidade de se estruturar e se reestruturar dentro grupo transformando-se e

transformando/compondo o perfil do grupo social; daí a necessidade de observar estudos sobre trajetórias sociais, assim como pesquisas sobre processos de socialização.

No quadro a seguir é possível visualizar como os professores foram agrupados: apesar de cada entrevista delinear trajetórias singulares e subjetivas, também se entrelaçam compondo semelhanças que, nesse caso, permitiram a constituição de certos perfis sociais. Ou seja, as experiências, enfim, seriam entendidas como parte, por exemplo, de uma geração ou, ainda, como algo que por ter sua origem no social possibilita a configuração de certos perfis como os discriminados abaixo.

Evidenciam o quanto os movimentos sociais – estudantil, de bairro com forte presença da Igreja, operário, de esquerda e sindical – constituem verdadeiros espaços de socialização, cuja principal característica é permitirem a constituição de disposições políticas que, por sua vez, contribuem para a composição da própria identidade social das entrevistadas.

Nome	Núcleo do SEPE	Perfil
Letícia	Nova Iguaçu	Movimento Estudantil
Clarisse	Itaguaí	Movimento de bairro e a presença da Igreja
Sônia	Duque de Caxias	
Ivete	Duque de Caxias	
Dilma	Itaguaí	
Valéria	Duque de Caxias	Movimento operário
Edna	Nova Iguaçu	Movimento de Esquerda
Lilian	Nova Iguaçu	Movimento sindical
Marlene	Itaguaí	Movimento “circular”

Quanto ao clima das entrevistas, posso afirmar que as entrevistadas foram simpáticas e aceitaram de imediato participar dessa pesquisa. Receberam-me carinhosamente nos núcleos sindicais que atuam com lanchinhos, permitindo a criação de um clima informal e descontraído. Essa observação merece ser feita devido à boa receptividade da temática da dissertação no interior dos núcleos visitados.

Entretanto, cabe salientar que a constituição desse grupo de entrevistadas não ocorreu de imediato. E se o projeto inicial previa buscar no SEPE de Belford Roxo professores militantes que se encontrassem na liderança sindical, ao final fui obrigada a alargar o leque de opções para outros municípios, já que não consegui, com facilidade, entrar em contato com os professores desse núcleo. Assim, entram nesta amostragem professores pertencentes aos núcleos de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Itaguaí.

Devo também ressaltar que o contato com as entrevistadas, de fato, deslança quando lanço mão de minhas relações pessoais para, a partir daí, estabelecer uma rede de indicação. Por exemplo, no SEPE em Duque de Caxias, o contato se estabeleceu por meio de amigo de trabalho de um colega de mestrado; em suma, indicação da indicação. No caso de Itaguaí, o contato foi imediato, pois ainda tenho amigas que participaram de pesquisas anteriores no PROEDES e uma delas é militante ativa no SEPE de Itaguaí.

Além disso, como eu e minha orientadora decidimos, devido às dificuldades de se chegar à direção do SEPE, que a condição das entrevistadas fosse a de exercerem algum tipo de liderança e, ainda, serem filiadas ao SEPE, novas possibilidades de contato vieram à tona: duas líderes e uma militante.

Durante todas as entrevistas, solicitei autorização para que fossem gravadas e, posteriormente, analisadas para minha dissertação. Aquelas foram compostas de dois momentos: um questionário semi-aberto e a entrevista propriamente dita. Devido à boa receptividade ao tema ou talvez pela oportunidade de as professoras poderem contar suas histórias e, nesse caso, serem ouvidas, pude fazer meu estudo sem problemas.

Porém, para as primeiras entrevistas (realizadas na sede de Nova Iguaçu) não fiz um questionário; utilizei apenas a pergunta provocadora *“me fala como foi surgindo esse gosto pela política, pela militância sindical”*. Como foi uma primeira experiência, depois que obtive os resultados, senti necessidade de retornar a essa sede para esclarecer alguns pontos confusos que, aos poucos foram percebidos a medida que amadurecia meu estudo.

3.1 Movimento Estudantil

Historicamente é possível atrelar o movimento estudantil ao movimento social, uma vez que procura unir a população escolarizada em torno de certas reivindicações ligadas não só às questões educacionais, mas, inclusive, políticas. Seu histórico pode ser

percebido na obra de FÁVERO (2009), onde principalmente desvenda a importância do movimento na década de 1960 e apresenta as lutas travadas pela União Nacional dos estudantes (UNE), fundada em 1937.

O movimento estudantil, através de sua luta por uma educação qualidade, trás no seu bojo um compromisso social e um desejo pela democracia principalmente nos períodos em que o país passou por “tirantias políticas”. Esse movimento também teve um peso decisivo quando os estudantes “caras pintadas”, ao irem às ruas para manifestar seu apoio ao *impeachment* do então presidente Fernando Collor, trazem para fora dos muros da escola seu descontentamento com a política nacional e, principalmente, com seus dirigentes. Ali, tanto os jovens secundaristas quanto universitários tiveram um papel determinante e, nesse caso, contribuíram para a mudança que ocorreria no próprio cenário da política nacional.

Com certeza, esse tipo de engajamento contribui para a formação da identidade de muitos jovens que tiveram a chance de ir para as ruas com o propósito de alterar os rumos da nação e assim, permite que muitos deles sejam “para sempre” marcados por esse tipo de experiência.

Entretanto, apesar de não pretender aprofundar os estudos sobre essa questão, essas afirmações tornam-se pertinentes na medida em que nos ajudam a traçar um paralelo com as trajetórias das entrevistadas que, nesse caso, mostraram que seu engajamento político sindical encontra-se estreitamente vinculado a sua experiência no movimento estudantil.

Além disso, também não podemos esquecer que muitos dos estudantes que estiveram a frente do movimento estudantil, hoje, transformaram-se em algum tipo de liderança política, ou ainda, são políticos eleitos por parcelas da população que igualmente acreditou no movimento estudantil. Alguns exercem cargos de prefeitos, governadores, ministros e a exemplo da professora sindicalizada, inclusive, se encontram em algum tipo de liderança sindical. Nesse caso, se das nove entrevistadas, apenas Letícia se encaixa neste perfil, podemos considerar sua história como a de muitos/as. Enfim, trata-se de uma trajetória que, sem sombra de dúvidas, podemos generalizar.

3.1.1 O caso Letícia

Letícia, 49 anos, filha de pais separados com baixa escolaridade, torna-se uma das primeiras da sua geração familiar a concluir o ensino superior. Professora da rede estadual e da rede municipal de Nova Iguaçu, filia-se ao SEPE quando começa a trabalhar no município, em 1996.

Atuou também na direção do núcleo do Município de Nilópolis e enfrentou situações difíceis como ter seu carro alvejado por tiros; segundo ela, devido aos seus posicionamentos na paralisação de 100% das escolas em um movimento de greve.

Durante seu depoimento, afirmou que o Município de Nilópolis possui uma política duvidosa, pois segundo ela a “Oligarquia do Bicho⁴⁰” domina a região, tornando difícil uma atuação política independente. Atualmente encontra-se na direção do SEPE Nova Iguaçu.

Suas primeiras experiências com a política ou com algum tipo de vivência que poderia, mais tarde, induzi-la a uma participação política têm início ainda bastante cedo. Enquanto criança percebe a força dos jovens e de seu modo diferente e criativo de ser por meio de seus vizinhos. Ou seja, uma família cheia de jovens que *“sempre se reuniam, escutavam músicas, liam, contavam histórias e faziam faculdade. Eu não tinha muita consciência, mas o modo deles me chamavam atenção”*. Parece que esse agrupamento familiar desperta em Letícia a possibilidade de se existir outras formas de estar no mundo. Tudo indica que, para ela, essa realidade seria mais interessante e atraente. Algo que, no momento da entrevista, faz com que acredite que essa lembrança tenha alguma ligação com seu futuro gosto pela política.

Letícia também aponta que em sua família teria uma referencia para sua ida para a política: a diferença de idade de um dos seus primos é um dos fatores para um maior contato com os assuntos que se discutiam nas universidades. Muito, provavelmente, temas ligados ao próprio movimento estudantil.

É possível constatar que, principalmente a partir dos anos 1980, as classes mais populares têm conseguido chegar à universidade. E nesse caso, se Letícia diz ser a segunda da sua geração familiar a cursar uma faculdade, seu primo, por ter sido o primeiro, pôde compartilhar com toda a família, inclusive, Letícia, as idéias discutidas nesse novo ambiente estudantil e que, conseqüentemente, a influenciaram, segundo seu depoimento.

⁴⁰ Letícia se referia a ligação dos políticos com o jogo do bicho, sendo este considerado ilegal

Outro momento que aponta como fundamental e que, nesse caso, comprova a relevância do movimento estudantil na constituição de sua disposição política é quando nos conta que aos 16 ou 17 anos, ao contrário da maioria das jovens da época, não tinha interesse pelas discotecas, local de diversão dos jovens nos anos 1980. Preferia vivenciar experiências com alguns grupos de jovens que, segundo ela, a levaram:

“ desenvolver um senso critico, lendo jornais e já tinha noção do que estava acontecendo no país (...) aquilo me saltavam os olhos, me encantava, mesmo sem fazer parte de nenhuma organização (...) foi na campanha da Anistia que comecei a ir sozinha, a participar dos atos na Cinelândia, eu escutava no radio que teria um ato e eu tinha que ir (...) isso tudo em 1982.”

Cabe salientar que Letícia também teve uma experiência com grupos jovens ligados à Igreja, apesar de não ter conseguido se identificar com suas propostas. Com sua entrada na faculdade, a disposição política se torna mais presente e ativa. Ou seja, segundo LAHIRE (2004), Letícia reativa essa disposição e arranca essa disposição de seu *estado de vigília* tornando-a a operá-la, quando se envolve com movimento estudantil universitário.

Participa, então, do Diretório Acadêmico, da Juventude Socialista do Partido Democrático Trabalhista (PDT), tendo, ainda, uma passagem pelo Movimento de Bairro. E se após o casamento interrompe esse tipo de atividade, retoma 16 anos depois de afastada da militância; contudo manteve uma relação próxima com essa realidade, já que seu marido era petroleiro e também sindicalista.

Quando passa para o município, no ano de 1996, procura de imediato filiar-se ao SEPE e, segundo suas próprias palavras ficava como “platéia” do movimento sindical. Somente nos anos seguintes, ao encontrar antigos amigos do movimento estudantil, da faculdade, passa a ter uma participação mais ativa:

“ Eu encontro todo mundo da minha geração,o pessoal dos anos do movimento estudantil, da faculdade particular, do movimento de bairro e estão todos até hoje na militância e estamos todos juntos.”

Ou seja, o grupo de jovens do movimento estudantil dos tempos da universidade ao mesmo tempo em que serve de incentivo para sua retomada ativa ao movimento

sindical, contribui para reforçar sua disposição política, que, em uma época mais madura de sua vida, a conduz para um lugar de destaque no mundo sindical.

E, ainda, se quisermos definir as origens dessa disposição poderíamos dizer que seriam tanto os jovens vizinhos de sua avó que com seu comportamento despertam o interesse de Letícia para um outro tipo de vida, quanto seu primo que com seus relatos igualmente instiga a curiosidade da entrevistada.

Parece-nos que desde cedo teria uma inquietação e um interesse por coisas novas e diferentes da maioria dos jovens a sua volta: ao invés de ir à discoteca, preferia discutir assuntos ligados ao seu tempo – cultura, política, comportamento, etc.

Penso ser interessante finalizar seu caso da mesma maneira que termina sua entrevista e, nesse caso, mostrando um pouco de como se define como militante:

“Nunca criei um jargão de militância, acho que temos que lutar sempre, acho que nada vem de graça e como diz Zeca Baleiro NEM O PÃO NEM A CACHAÇA.”

3.2 Movimentos de Bairros e a presença da Igreja

Este perfil é possível porque demonstra a relevância desses espaços para a constituição da identidade profissional das entrevistadas. Ou seja, as entrevistas nos mostram o quanto a Igreja e os Movimentos de Bairro encontram-se ligados à trajetória das entrevistadas. Mostram o quanto o trabalho da Igreja pode encontrar-se conectado a esse movimento social.

Inclusive, de acordo com o capítulo anterior, é possível perceber a relevância política da Igreja no movimento social da região, apesar também de não esquecer do seu caráter teológico e suas doutrinas, inclusive, a Teologia da Libertação.

Além disso, também pode afirmar que a relação existente entre a Igreja e o MAB na região era bastante intensa, permitindo, inclusive, que os movimentos populares no seu início estivessem dependentes da própria Igreja. E somente a partir da redemocratização em meados da década de 1980 é que o movimento social adquire certa autonomia e começa a organizar-se de forma mais independente, inclusive, da própria Igreja. Como já vimos anteriormente, a Igreja, promove essa prática por meio das CEBs.

Assim, procuro mostrar as relações entre as disposições políticas adquiridas através da participação das entrevistadas nos movimentos de bairros, associações de moradores e no movimento da Igreja e sua prática sindical.

Neste perfil, quatro professoras sinalizaram esse tipo de socialização política.

3.2.1 O caso Clarisse

Clarisse, 36 anos, filha de militar, pensou em seguir os passos do pai e ao iniciar estágio na área tecnológica, pretendia fazer carreira militar. Entretanto, por não se identificar com a profissão, presta vestibular para o curso de Pedagogia para a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Mais tarde, já Coordenadora Pedagógica da rede municipal de Nilópolis e professora do Curso Normal na rede estadual, em Itaguaí, filia-se ao SEPE, em 2007. Clarisse ao buscar em suas memórias, lembra que seu senso crítico desenvolve-se ainda na infância: cita o processo de redemocratização do país e as atividades que a escola promovia para discutir com os alunos a realidade política daquele momento histórico. Discussões e redações sobre o processo constituinte permitiram que com apenas dez anos de idade desenvolvesse textos que a colocavam em lugar de destaque na escola, já que passa a fazer parte do Conselho Escola Comunidade (CEC); contudo, também afirma que se envolveu com discussões políticas vivenciadas dentro da Igreja:

“Minha família realmente, meu pai é católico, minha mãe na verdade, eles não freqüentavam nenhuma igreja, então não me impressionava. Na escola que as pessoas começavam a me perguntar, aí eu própria fui procurando uma igreja, a igreja católica isso, eu devia ter uns 12 anos de idade, comecei a me envolver, assim na questão política dentro da igreja era no momento da teologia da libertação, a igreja tinha toda essa proposta, a discussão da relação da igualdade e desigualdade, a proposta da igreja naquele período, eu vejo hoje, muito mais política do que religiosa, digamos assim, no ponto de vista da religião individualmente, falando da fé em si, tinha muito mais um projeto de mudança estrutural, aí sim minha militância foi mas dentro da igreja pastorais.”

Num esforço em tentar entender sua trajetória, nos indica que em alguns momentos parece participar ou reconhecer que sua militância se constituiu de modo

“híbrido”, pois ao mesmo tempo em que, como professora milita na escola, procura ampliar suas experiências políticas nos movimentos sociais promovidos e dirigidos pela Igreja.

O que nos parece é que sua preocupação é dar continuidade a discussão sobre os assuntos e temas políticos, questão primordial para sua vida. Nesse caso, tem sua trajetória marcada por sua experiência desde a adolescência vinculada aos movimentos pastorais.

Percebemos que a família, de certa forma, também seria responsável por sua ligação precoce com o mundo da política, uma vez que em sua configuração familiar já existia certo *ethos* político. Ali se desenvolviam conversas sobre os fatos sociais da época, tais como, a ditadura militar. Inclusive, chama a atenção para a importância do papel desempenhado por seu pai, em função de sua visão política crítica:

“Eu sempre conversei com meu pai, hoje militar aposentado, ele era da marinha, e sempre teve uma visão politizada, sempre conversou muito sobre as coisas, inclusive sobre os acontecimentos da época, ele era contrário ao regime militar, sempre mostrou que era importante falar o que pensa (...) acho que a influência da família seria nesse sentido, a visão de mundo dele.”

Também notamos que ainda na juventude, frequenta o curso preparatório comunitário para o vestibular, onde teve a oportunidade de entrar em contato com o sindicato dos professores. Ou seja, cursando o ensino médio, tem a chance, através do contato com os professores do curso preparatório, de vivenciar e de se posicionar frente às greves do movimento de professores: *“Eu sabia da existência do sindicato e lá no pré-vestibular os professores do curso, muitos eram professores da rede estaduais, então eles levavam toda a problemática e como aluna também, já no ensino fundamental vivenciei momentos de greve, como aluna me posicionei contra”*.

Para ela, os professores do pré-vestibular comunitário, apenas fizeram surgir algo que já estava latente em sua vida. Apenas redimensionaram seu “gosto” pela política.

Através de seu depoimento e, com certeza, de sua socialização política híbrida – influência do pai e da escola básica – o que mais me chamou a atenção foi a importância que deu a sua participação e vivência no pré-vestibular comunitário dirigido pela Igreja.

Mostra-nos que além do aprendizado dos conteúdos, naquele espaço também se discutia questões relativas à política, à cultura e à cidadania, aspecto esse que me pareceu fundamental para sua formação identitária atual.

Nesse caso, podemos afirmar que o movimento de bairro e a Igreja a socializaram de modo bastante particular: não como agente socializador, mas como parte do grupo que deveria ser socializada, como aluna; mais tarde também se torna uma agente socializadora, como professora, como liderança do SEPE.

Entretanto, se quisermos buscar a origem desse processo e, nesse caso, estabelecer um elo de ligação entre sua história e a política, sua fala de imediato já nos esclarece:

“Eu era representante dos alunos no conselho escola comunidade e tinham dois pais, professores, direção da escola e eu era representante dos alunos; eu adorava ir para essas reuniões, achava aquilo uma honra, embora não tivesse clareza do que era representar o coletivo de alunos eu tinha apenas dez anos,mas eu adorava”

Portanto, se definimos sua disposição política como algo preponderantemente marcado por sua atuação no movimento social através de seu papel como aluna em um curso de pré-vestibular comunitário dirigido pela Igreja, também não podemos esquecer-nos de sua experiência como membro do CEC e da figura de seu pai. Ou seja, essas disposições adquiridas na infância apenas fortalecem sua postura no pré-vestibular comunitário que, por sua vez, reafirma, mais tarde, sua disposição para poder atuar sindicalmente no SEPE.

No recado que Clarisse deixa para os professores que ainda não se filiaram, é possível notar a presença do *ethos* político que ela traz consigo:

“A necessidade de sindicalizar no meu caso não é em função do sindicato em si, mas da militância política, então acho que isso é uma decisão muito pessoal, e acredito que qualquer profissional precisa ter contato com os profissionais da mesma área para discutir essas questões pela profissão e que vai além disso e a profissão na sociedade e que sociedade é essa?”

3.2.2 O caso Sônia

Sônia, 46 anos, de família humilde, tentou compreender sua trajetória e origem social principalmente a partir do momento que ingressa na universidade. Professora sindicalista desde o primeiro momento se encontra na direção do núcleo do SEPE de Duque de Caxias.

Uma característica marcante é que se origina de uma família religiosa bastante conservadora que limitava sua circulação por outros espaços que não fosse a igreja. Ao falar de seus pais afirma que: *“tinham três filhas moças e não deixavam a gente sair e o único espaço que tínhamos era a igreja, ele se sentia seguro e a gente podia participar da Comunidade Eclesial de Base.”*

Portanto, será essa segunda configuração que lhe deixará marcas identitárias bastante fortes. Será ali que trocará experiências, participará de grupos de jovens e se envolverá com os movimentos sociais ligados à Igreja.

Ali passa a conhecer um estilo de participação comunitária, que implicava reuniões, leituras e debates: *“Fazíamos reuniões internas ou assistir alguma palestra, uma participação social mesmo, foi onde entrei na associação de moradores e movimentos de bairro.”*

Essa experiência permite que alargue suas relações sociais e acabe por conhecer as Associações de Moradores da Baixada. Mais tarde, inclusive, passa a participar do Movimento União de Bairros (MUB), onde começa efetivamente a militar.

Sônia, entretanto, enfatiza que foi através da Igreja que desenvolveu seu “gosto” pela política. Tem convicção que foi por meio dela que ampliou sua concepção de coletivo; considera ter tido “sorte” por poder ter participado dessa Igreja progressista que na época lutava pelos fracos e oprimidos. Assim, tem consciência que foi esta sua experiência que a leva mais tarde para o movimento sindical.

Entretanto, se também afirma que durante a faculdade teve a oportunidade de participar do Centro Acadêmico (CA), igualmente diz que essa sua experiência era vivenciada de modo restrito, já que não abria mão das aulas ou dos estudos. Ou seja, concluímos que essa sua participação não lhe tenha deixado grandes marcas e que, conseqüentemente, não foi aquela que lhe permitiu a constituição de sua disposição política.

Sua inserção no SEPE, segundo seu depoimento, ocorreu de forma bastante “natural”, não só em função de suas experiências anteriores nos movimentos sociais da

Igreja, mas, também devido as redes de relações que lá encontrou, uma vez que alguns de seus pares também haviam militado nas Associações de Moradores.

Portanto, as disposições políticas percebidas nas trajetórias da Sônia tiveram seu “ponto de arranque” na Igreja. E se sua família era conservadora e não lhe permitia adquirir grandes experiências de vida, será por meio dela que passa a participar dos movimentos católicos e que, nesse caso, ampliarão seu horizonte, permitindo não só que participasse do SEPE, como, também, se filiasse ao Partido dos Trabalhadores (PT), muito antes de sua sindicalização:

“Devemos sempre acreditar naquilo que fazemos, embora essa trajetória toda tenha trazido muitas marcas, foi intenso e tem sido intenso é gratificante para agente e pedimos a Deus que estamos nessa luta.”

3.2.3 O caso Ivete

Ivete, 44 anos, pertencia a uma família humilde, cuja mãe lavadeira e pai pedreiro eram semi-analfabetos.

Professora, desde 1993, apenas durante o ano de 2000 resolve sindicalizar-se. Atualmente, ativa sindicalista, encontra-se na direção do núcleo de Duque de Caxias.

Moradora do Município de Duque de Caxias desde que nasceu, Ivete sempre estudou em escolas públicas. Os amigos de infância, moradores do mesmo bairro, eram os mesmos dos da Igreja e da escola, o que lhe permite constituir nesses espaços seus laços sociais. Assim se participou enquanto criança daquela Igreja oriunda das CEBs, na adolescência se afasta, apesar de continuar participando dos grupos jovens ali realizados.

Com apenas 15 anos torna-se secretária da Associação de Moradores do Bairro, e assim como Clarisse, que com a idade de aproximadamente 10 a 11anos já participava de movimentos sociais da Baixada, Ivete torna-se uma líder do movimento: *“já estava no grupo de adolescente e já fazia parte da direção do grupo”*. E será nesse caminho que começa a se deparar com possíveis escolhas partidárias: *“como tinha todo o motivador de pensar o bairro e paralelo a isso ainda também tinha o movimento da construção do partidária”*.

Assim, a experiência na Associação de Moradores se desdobra para uma experiência partidária, uma vez que conhece o PT, onde tem a oportunidade, ainda, bastante jovem de iniciar outro nível de discussão política.

Essas experiências, entretanto, são interrompidas para que terminasse seu curso de Formação de Professores e se preparasse para um curso de Pedagogia em uma das unidades da Universidade Estadual do Rio de Janeiro UERJ:

“O meu período da faculdade foi muito afastado de toda discussão de organização de militância política, porque comecei a trabalhar e estudar a noite.”

E se durante a faculdade, devido aos estudos à noite e o trabalho durante o dia é obrigada a se afastar de modo mais direto da militância, no ambiente universitário, continua a manter, de forma distanciada, relações com colegas vinculados ao Centro Acadêmico.

Ivete parece que politicamente foi moldada pelas Associações de Moradores da Baixada e nesse sentido, pela Igreja, já que no final dos anos 1980 aquele movimento encontrava-se intimamente ligado à Igreja. Além disso, cabe salientar que essa sua experiência inicia-se muito cedo, ainda, na pré-adolescência. Ou seja, sua disposição política é permanentemente acionada até que passa a ser operada através de sua participação no PT e no SEPE, já adulta.

Através de sua fala a seguir, também podemos perceber o quanto essa experiência modifica as pessoas, permitindo que marque “para sempre” sua identidade social:

“Quem já passou por aqui não tem como voltar atrás, já mudou muito, você revela e acrescenta isso na sua vida, atua e muda a relação com os alunos.”

3.2.4 O caso Dilma

Dilma, 62 anos, viveu em uma família mais abastada que as demais, uma vez que seu pai, português, possuía um armazém, ponto de encontro da localidade, algumas terras em Itaguaí, assim como certo prestígio entre os políticos locais. Esse

reconhecimento, segundo Dilma, devia-se ao fato de ter “loteado” alguns terrenos e vendido “a perder de vista” para alguns empregados.

Atualmente, Dilma é professora aposentada, porém continua na ativa tanto dentro de sala de aula quanto na militância sindical. Assim que se forma professora, começa a exercer a profissão, contudo não procura o SEPE de imediato.

A infância é marcada por histórias⁴¹ relacionadas à participação política da família: primeiro, seu avô paterno que ao mesmo tempo em que tinha medo do comunismo também militava contra o governo de Getulio Vargas; segundo, sua mãe por se interessar pela política ou assuntos políticos:

“Sim meu avô e minha mãe. (Risos) meu avo era fugitivo, vivia se escondendo no governo de Getulio Vargas, agora só não sei bem a linha qual era, mas ele era coveiro e como ele militava e depois às vezes tinha que ficar no cemitério escondido (risos) e não podia voltar para casa, interessante é que já no final ele morreu tuberculoso, tossia muito e as vezes assustava as pessoas (risos), ele trabalhava no Cemitério do Caju.”

A mãe também a influenciou no que se refere ao seu processo escolar, na medida em que procurava lhe mostrar a importância dos estudos. Inclusive, com muito orgulho, Dilma afirma que sua mãe seria uma das únicas mulheres que, na época, havia terminado o ginásio. Seu avô materno, inclusive, reaparece como uma figura de destaque, já que sempre incentivou sua mãe a estudar.

Ainda quando criança, pode-se perceber como Dilma gostava de estar a frente ou no centro de algum tipo de movimento, mesmo que este fosse em festas: “*Eu gostava muito de fazer discurso em festas (risos) era festa, lá estava eu para fazer discursos para ler, com 11 ou 12 anos estar em publico,as pessoas me olhando, eu era meio perua (risos)*”. Talvez seu espírito de líder tenha sua origem nas festinhas em família, quando subia ao palco e discursava para todos; no palco todos a olhando, o que lhe dava certo orgulho.

⁴¹ Ao referir-se as historias contadas pela mãe, Dilma apresentou por diversas vezes situações consideradas por ela engraçadas e a própria entrevista foi marcada por pausas para “gargalhadas” que se referiam a essas lembranças.

Casa-se com 19 anos e, nesse sentido, a faculdade é feita sem nenhum envolvimento com o movimento estudantil, já que tinha que além de estudar, cumprir com suas obrigações de dona de casa. Além disso, também como professora da rede estadual, não participa de imediato do movimento dos professores em função de seu marido não aprovar essa participação.

Entretanto, tudo parece mudar, anos mais tarde, quando suas filhas já adolescentes começam a participar do movimento jovem da Igreja. Por “tabela” entra em contato com as questões ali discutidas e, nesse sentido, tem a oportunidade de conhecer um novo mundo. Através de suas filhas que levam para casa todas suas experiências ali vivenciadas, parece que “desperta” para a militância política. Na fala de Dilma: *“eu comecei a despontar na parte política, vamos dizer assim, com as filhas na adolescência, com o movimento na igreja elas participavam.”*

Parece que Dilma estava em *stand by*⁴², pois a demora para iniciar um movimento ou um “gosto” pela militância surge na fase adulta e com as filhas envolvidas com o movimento social promovido pela Igreja. Depois desse momento, Dilma passa a buscar leituras sobre o fazer político pedagógico e, conseqüentemente, começa a militar em Campo Grande, para posteriormente mostrar aos professores do município de Itaguaí que seria possível organizar também ali um núcleo do SEPE.

Logo após a sua filiação ao sindicato, procura um partido para também se filiar com o intuito de ampliar sua participação política. Nesse caso, se a entrevistada apenas na vida adulta tem seu interesse voltado para a política, desde 1986, se encontra a frente do núcleo de Itaguaí, onde é reconhecida e respeitada na localidade. Ou seja, se tanto seu avô quanto sua mãe lhe mostram algum caminho que poderia mais tarde implicar uma participação política, será, na verdade, por meio de suas filhas que irá para o movimento social.

“a gente fica contente que existe gente jovens que estão buscando falar de algo importante, de política sindical. Quando eu entrei eu achava que ia ver resultado e com o passar dos anos eu fui percebendo que não tem, quando começou

⁴² Utilizo esse termo para designar um modo de espera para a inclinação política da entrevistada (LAHIRE, 2004)

agente sonhava, mas eu consigo enxergar o antes do sindicato de Itaguaí e o depois, são 25 anos de sindicato em Itaguaí.”

3.3 Movimento operário

Quando se fala em movimento operário no Brasil, imediatamente nos remetemos ao parque industrial do ABC paulista com as indústrias automobilísticas e seu movimento o metalúrgico que sabemos encontra-se diretamente ligado às questões políticas e sindicais.

Historicamente, a estabilidade do movimento operário e da própria indústria se mantém aproximadamente até a década de 1970, quando a partir daí a crise desse modelo desenvolve outras formas tanto de trabalho quanto de organização sindical. A flexibilidade do mercado de trabalho possibilita o surgimento de uma nova divisão do trabalho que acaba por alterar os serviços, bem como o campo comercial, tecnológico e organizacional. Segundo SILVEIRA (2002):

*A automação, a robótica, a microeletrônica, invadiram o universo fabril a partir dos anos 1980, do século XX. Do outro, empurra para maior desqualificação dos trabalhadores temporários, os parciais, os subcontratados e trabalhadores da “economia informal que, na realidade, são a maioria (*idem*, p.71)”*

Essa realidade, inclusive, tradicionalmente, gera a ligação dos operários com o mundo da política, uma vez que buscam através dela alternativas para suas reivindicações. Nesse caso, também pode ser percebida com a sindicalista entrevistada vincula-se a política.

3.3.1 O caso Valéria

Valéria, 46 anos, considera ter suas raízes em uma família humilde. Ainda jovem participou de passeatas contra o aumento da passagem de ônibus e pelo direito ao passe livre. Antes de entrar para a faculdade, entretanto, trabalha em uma fábrica de lingerie, onde passa a ter contato com o sindicato operário.

Durante sua passagem pela fábrica se envolve com os direitos trabalhistas participando ativamente de greves e piquetes. De forma participativa, procura mobilizar suas colegas de trabalho sobre na luta por melhores salários.

Apesar dessa sua realidade, gradua-se na universidade. Estuda na Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC) onde faz Letras por influencia de um professor que tivera no ensino médio e, com certeza, a influencia:

“Ele dizia que passava a noite conversando com os meninos de rua para escrever esse livro. E me apaixonou, eu fui fazer letras por causa do Sebastião.”

Durante a entrevista, Valeria faz uma comparação da sua formação ou experiências políticas com as das suas amigas sindicalistas. Sinaliza que durante as reuniões na sede Duque de Caxias durante conversas informais onde são colocadas histórias sobre as origens sociais dos professores – infância e adolescência -, sempre observava que a sua se difere da maioria, pois enquanto vem do movimento operário, suas companheiras de sindicato passaram pelo movimento de bairro ou tiveram a presença da Igreja em suas trajetórias de vida:

“eu faço questão de dizer que a maioria veio da igreja católica, tem uma base, e eu não tive essa formação, nem em casa e nem na igreja, a minha formação foi na base, foi no chão da fábrica.”

Questionada sobre a passagem pela universidade e sobre a participação no Centro Acadêmico, Valeria diz não ter tido nenhum vínculo com qualquer movimento estudantil.

Durante toda a entrevista Valeria ressalta que o que a levou, de fato, à militância foi as condições de trabalho do professor de 40 horas, além de ter sido locada em uma escola onde a maioria dos professores se envolvia com o SEPE. Alguns, inclusive, fizeram parte da direção do núcleo de Duque de Caxias do SEPE.

Valeria, sem dúvida, entra na vida sindical por meio de sua experiência como operária. Como trabalhadora de uma fábrica de lingerie tem a oportunidade de conhecer a realidade sindical operária que, inclusive, lhe dá o instrumental necessário para, mais tarde, militar no SEPE. Nesse caso, essa professora sempre consegue, de alguma forma,

articular o trabalho da fábrica com a docência e assim, conseguir refletir e agir criticamente sobre as atividades da categoria:

“ Eu não tenho formação nenhum, mas eu tenho o que a base quer. E quando veio aquele projeto, acho que Conexão, eu disse – isso eu já conheço, é assim, eu trabalho e se eu não conseguir atingir a minha meta a escola inteira não recebe. Na fábrica é assim, se um no grupo não der conta o grupo perde, perde vale refeição, perde isso e aquilo. Na fábrica você produz, o cara vive da sua força de trabalho. Como eu vou medir minha força de trabalho na escola? Se eu tenho alunos que un aprendem mais rápido, outro demora mais tempo, como eu consigo medir isso? Cada um tem o seu tempo, né?”

Portanto, nesse caso, a disposição política é claramente percebida na base de um movimento operário, onde a percepção da existência de uma classe operária tornou-se a “chave” para a manutenção da sua luta dentro do SEPE.

3.4 Movimento de Esquerda

Esse perfil ou categoria emergiu quando uma sindicalista apontou de imediato sua participação em grupo considerados de esquerda, ou ainda, por esse grupo ter uma linha de ideário socialista.

COELHO (2009) faz um estudo sobre os dilemas do passado e do presente destacando a relação entre política e liberdade. Sinaliza que uma das heranças deixadas pela Revolução Francesa é o conceito e a ideia de “esquerda” que, para ele quer dizer: um movimento que procura *redefinir caminhos da luta pela construção da justiça social e traços de um suposto modelo socialista* (p.512).

O movimento de esquerda, nesse caso, considera a liberdade e a igualdade como alguns dos principais objetivos a serem conquistados; ou seja, é pelo fato de todos nascermos livres e iguais que devemos lutar.

A autora também aponta que todos os conflitos da esquerda contra as guerras (Vietnam), preconceitos (contra os negros e contra as mulheres) tiveram como principais atores, os jovens. Estes movidos por *“uma paixão por um mundo melhor queriam construir uma nova sociedade, de preferência socialista”*(idem, p.515).

Esse sentimento move aqueles que se dizem “de esquerda” e, nesse caso, direciona a prática e a vida de Edna. Durante a entrevista demonstra o incomodo que sentia frente às desigualdades sociais e que, portanto, a levaram a participar de um grupo de esquerda ainda bem jovem. Afirma, inclusive, que tinha expectativas de lutar contra a sociedade de classe.

Além disso, fica claro que essa experiência mostra que o movimento de esquerda não só colabora para o surgimento de disposições políticas, como, também para a aquisição de certo capital cultural através de leituras, cursos e debates que essa mesma experiência pode proporcionar.

3.4.1 O caso Edna

Edna, 52 anos, é filha de pais separados e mãe analfabeta. Sua mãe, afirmou, trabalhava a semana toda e, apesar de somente ir para casa nos finais de semana, se fez presente por meio da atenção que dispensava aos filhos, inclusive, sobre algumas conversas sobre a ditadura militar que vivenciara. Também faz questão de salientar que o local de sua moradia era, uma “*favela*”.

Na escola outro agente aparece como figura marcante para sua formação: seu professor de língua portuguesa, que lhe dá de presente o livro Manifesto Comunista que, justamente, discute a respeito da exploração e da desigualdade social. Ironicamente, associava a vida que levava com sua família e a leitura crítica de mundo proposta pelo livro.

Contudo, esse momento de críticas sobre as classes sociais se “congelam” por um tempo, pois em seguida ingressa no curso normal e “*se desliga um pouco dessas coisas e cuida da minha vidinha.*”

Profissionalmente, se inicia como recepcionista em um escritório onde trabalhava no turno da manhã e da tarde, enquanto durante à noite estudava para terminar o Curso Normal. Assim que se forma começa a trabalhar em uma “*escolhinha de fundo de quintal*”. Somente depois de passar para o concurso de professor da rede estadual, em 1985, é que retoma seus questionamentos iniciais sobre as desigualdades sociais de modo geral. Como um estopim, de imediato, participa da greve de professores no ano seguinte, fazendo panfletagem e passeatas, acreditando estar lutando por melhores condições de vida para os professores como um todo.

Inicialmente, o único elo que tinha com essa realidade dita de “esquerda” era a leitura do livrinho que havia ganhado de presente, de seu professor. Entretanto, já como professora, suas relações de amizade a levaram a conhecer o movimento de esquerda e assim começou a participar de reuniões e aumentar o contato com a leitura de textos socialistas e marxistas:

“eles tinham essa organização de estudo (...), mas até hoje o que eles creem é que agente pode, faz a revolução e transformar o país, até hoje eles acreditam nisso; (...) precisam se forma as pessoas e ter o mínimo de pessoas que tenham o conhecimento da teoria, e era isso que agente fazia, estudava a teoria pra promover essa revolução, você lidera as pessoas tendo argumentos.”

Também afirma que as pretensões do grupo eram a de construir uma sociedade sem classes por meio de uma revolução:

“eles tinham uma ambição, como tem até hoje de organizar um partido verdadeiramente de esquerda que torne o poder ou por vias eleitorais ou por outras vias, super radicais eles começaram a me pressionar (...).”

Edna, então, passa a adquirir formação política nesse grupo: *“ai que eu fiz minha formação, me ajudou muito, eu lia muitos livros”*. Somente se desvincula dele quando o grupo passa a cobrar uma maior participação e disciplina, isto é, quando seus dirigentes exigem que tente *“levar outras pessoas e eu não conseguia convencer ninguém”* e quando também descobre que *“além do seu tempo, você tem dar uma ajuda financeira”*.

Entretanto, esse contato não se faz sem interrupções, já que as exigências do grupo aliadas à maternidade e a crise conjugal que vivenciava em casa a fazem se afastar dessa experiência.

Também vale à pena afirmar que durante sua experiência como professora, não abandona o movimento de esquerda, pois enquanto *“dava aula, só para o primário, nas reuniões de país (...) eu levava um texto, falava mal do governo, ... eu sempre arrumava problema”*.

Portanto, para ela, estar na direção do SEPE é algo “natural”. Relaciona-se diretamente com sua experiência de vida anterior e, principalmente, trata-se de algo que lhe dá coerência e sentido de vida. Ou seja, Edna não teria outro caminho a não ser o da organização sindical, onde pôde dar continuidade as suas lutas desenvolvidas no movimento de esquerda. Portanto, sua vida e suas relações são guiadas por esse princípio: *“Se você se importa, se incomoda com a injustiça, você é meu companheiro.”*

3.5 Movimento sindical

Nesta categoria foi possível encontrar apenas uma sindicalista que apontou esse movimento como um dos principais responsáveis para sua disposição política. Inclusive, já bastante explorado nos capítulos anteriores, esse tipo de experiência fez com que Lilian não somente conhecesse o engajamento político, como, também, tivesse a oportunidade de ampliar sua formação política e, conseqüentemente, buscar outros espaços para atuar como militante.

Diante de alguns estudos que mostram o enfraquecimento ou até mesmo uma despolitização dos professores, já que o número de participantes nas assembléias tem diminuído, essa sindicalista nos mostra que ainda existe uma porcentagem de professores que são “fisgados” pela organização sindical. Isto é, por meio das relações de amizade desenvolvidas no ambiente de trabalho é possível fazer uma cooptação política e sindical e, assim, poder ampliar o número dos filiados. Enfim, essa professora sugere que o sindicato também seja um espaço de formação e socialização política.

3.5.1 O caso Lilian

Lilian, 29 anos, nasceu em uma família que tem como tradição a carreira militar. No último ano do curso de Formação de Professores, recebe uma bolsa para trabalhar como estagiária na mesma escola e assim inicia sua experiência como professora. Ainda no Curso Normal, uma professora menciona o sindicato em uma conversa informal e isso a deixa intrigada: *“olha não adianta, quando vocês se formarem só ficarem reclamando, não, vocês têm que ir para sindicato, tem que ser filiar tem que procurar saber”*, diz sua amiga.

Lilian estranha o fato de uma professora dinâmica mencionar o sindicato e, acredito, que talvez esse episódio tenha ficado guardado em sua memória e permanecido em estado de vigília, para, posteriormente, ela própria entrar para o sindicato e, assim, poder conhecer aquela realidade que, no passado, aquela professora havia relatado:

“eu fiquei curiosa e era uma professora que gostava muito do que fazia, fazia teatro e muito esquete na escola... eu ficava assim pensando...o sindicato deve se uma coisa muito legal prá ela ficar falando isso, eu sempre fiquei com aquilo na minha cabeça.”

Também me conta que ainda na adolescência participa de um grupo jovem da Igreja, mas que não o considerou relevante para sua trajetória. Mas, quando presta concurso para o município de Nova Iguaçu tem a oportunidade de conhecer o SEPE:

“Nossa (risos), caramba sou professora!!! E agora? E nada, fui trabalhar e uma semana depois o SEPE apareceu na minha escola (risos). Veio minha coordenadora e falou: “o pessoal do SEPE está aí, vou reunir todo mundo mas tem que ser rapidinho porque a turma não pode ficar muito tempo sozinha. Ai eu fui correndo... pensei: “Quero saber o que é isso, o que é o SEPE? Fui e me interessei.”

Ao mesmo tempo em que conhece o SEPE estava cursando o ensino superior, o curso de Pedagogia, e, nesse caso, os temas educacionais tornam-se algo importantes para ela. Permitiram que fizesse uma ligação entre as discussões acadêmicas e sindicais e assim pudesse compreender e transformar em ação o conhecimento que aprendia na academia. Acredito que dessa forma, Lilian tenha começado a sentir-se *“uma profissional e uma trabalhadora.”*

Assim, como membro do SEPE passa a participar intensamente das assembléias e de acordo com suas palavras começa a articular os textos de Educação Brasileira da faculdade sobre o Fundeb⁴³ com a sua realidade de professora. Segundo ela, essa experiência só aumenta sua vontade de participar:

⁴³ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Então eu comecei a entender que a minha vida profissional não existia sem o sindicato, que eu precisava entender aquelas coisas. Dentro do sindicato eu fui entender porque o Paulo Freire falava de determinadas coisas.

Nesse sentido, ela considera que o sindicato passa a fazer parte de sua vida enquanto trabalhadora e para melhorar sua forma de participação, passa a ler mais sobre essas questões.

O despertar da vida sindical, inclusive, a leva a uma filiação política, já que entra para o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). A partir dessas experiências, chega, inclusive, à direção do SEPE, uma vez que sua atuação se torna cada vez mais intensa: militava, falava no carro de som como voluntária e levava material do SEPE para sua escola, fazendo assim uma “ponte” do sindicato com a escola. “Naturalmente”, mais tarde, chega o convite para participar da chapa que concorreria à eleição da entidade.

Portanto, a trajetória de Lilian aponta diretamente para o movimento sindical. Desde o início, na fala da professora que a deixa com um “sopro de curiosidade”, até, mais tarde, quando se torna professora e o SEPE vai à sua escola, há uma coerência de percurso que a conduz a vida sindical e, inclusive, partidária. Ciente desse seu papel, termina a entrevista afirmando: *“Nada causa mais horror a ordem do que mulheres que lutam e sonham.”*

3.6 Movimento “Circular”

Essa categoria é constituída pelo fato de a entrevistada ter tido uma variedade de experiências que a conduziram à política. Ou seja, é formada por múltiplos traços de disposições adquiridas no decorrer de sua trajetória. Enfim, o que conta aqui é a heterogeneidade dos espaços vivenciados pela professora, tornando sua disposição política algo que expressa a própria complexidade de sua trajetória social.

Nesse caso, foi necessária uma atenção redobrada para que não fosse apagado ou eliminado “os dados heterogêneos e contraditórios” da entrevistada. Foi, então, *cruzando os múltiplos dados de arquivos sobre o mesmo indivíduo, abordando-o por*

meio de aspectos muito diferentes de sua vida social, em vez fazer seu retrato coerente” (LAHIRE, 2004, p. 321) que procurei lidar com este caso.

3.6.1 O caso Marlene

Marlene, 64 anos, e suas três irmãs foram alfabetizadas por sua mãe. Com uma trajetória impar, aos 12 anos ao se incomodar com a falta de instrução dos lavradores de sua cidade, inicia a alfabetização dos adultos da região.

Sua mãe, figura importante em sua formação sempre incentivou a leitura e, apesar do baixo capital econômico familiar, é possível perceber certo *ethos* que pressupunha a leitura, a escrita.

A capacidade de liderança também está presente em sua infância, pois quando inicia a alfabetização dos adultos deve apresentar uma linguagem diferenciada para se fazer compreender e, nesse sentido, distingue-se tanto dos de sua idade quanto dos mais velhos para quem ensina. Ou seja, aparece como um ser com algumas capacidades especiais que, desde cedo, a fazem ser respeitada na comunidade.

Menciona que ainda na infância gostava de se apresentar no palco da pequena cidade onde morava, cantando músicas junto com os políticos nos momentos de eleição. Assim, pode-se afirmar que Marlene não parece estar em “compasso” com as meninas de sua época. Não apenas pelos fatos acima descritos, mas, também, por discordar dos dirigentes da Igreja local, na medida em que não aceitava que o coral do qual participava tivesse que cantar em latim. Achava que se a população que freqüentava a missa não entendia o latim, o coral não deveria cantar nessa língua: *“eu achava aquilo errado (...) uma vez xinguei o padre que, ainda brigou comigo porque eu estava de calça comprida na igreja”*.

Essa “rebeldia” também aparece na adolescência, quando responsável pelo dinheiro da formatura, resolve contratar uma banda de rock para tocar na festa. Essa escolha, segundo ela, demonstra seu gosto por um tipo de comportamento que para a localidade seria entendida como muito “moderna” e “avançada”.

Quando questionada sobre a influência da profissão em sua vida sindical, deixa em evidencia que a docência nunca fora sua opção de carreira. O que almejava era ser contadora, trabalhar na área da contabilidade, mas na cidade onde morava não tinha a

chance de realizar esse “sonho”, então opta pela docência, provisoriamente, para poder sair de sua cidade: “*porque vai ser o único jeitinho de cair fora, pois estava querendo voar né?*”

Portanto, se assim que termina a Formação de Professores vai lecionar no município de Itaguaí, tinha, entretanto, um pouco de receio de procurar o sindicato. Seu pai sempre surgia em sua memória com as falas contra o sindicato. Ferroviário, acreditava ter perdido o emprego por conta do sindicato. Contudo, também lembra que seu pai parecia contraditório, pois ao mesmo tempo incentivava seus filhos a lerem revistas e jornais sobre o momento político que o Brasil passava.

Enfim, depois de sua inscrição no sindicato, passa a participar das reuniões enquanto inicia a faculdade, no curso de Matemática. Nesse período se vê obrigada a trancar a matrícula, pois engravida e resolve ter sua filha pelo que ficou conhecido como “produção independente”, já que por sua iniciativa decide não se casar com o pai de sua filha. Mais uma vez, Marlene demonstra possuir uma autonomia ou, ainda, formas próprias de se comportar e agir socialmente.

No ambiente de trabalho também demonstra essa “rebeldia”: sinaliza que agia com as supervisoras como agia com seu pai; ou seja, para as supervisoras seu trabalho era executado como solicitado (caderno de planejamento), mas, na sala de aula, com seus alunos realizava suas práticas como achava ser o mais coerente.

Podemos concluir que toda a trajetória de Marlene é marcada por certo comportamento “rebelde” contra o estabelecido, seja na Igreja, na família ou na escola. Desde cedo, talvez impulsionada por sua mãe, demonstra ter um olhar crítico sobre as *coisas* e que, mais tarde, a conduz ao sindicato, espaço que formalmente a educa politicamente. Aponta que os espaços sociais por onde transitou – Igreja, família e escola – causaram-lhe um efeito contrário; ao invés de aceitar as regras e normas das instituições por onde circulou, desenvolve um senso crítico contrária as mesmas regras.

Assim, é possível perceber que sua disposição política não ocorre em um espaço específico, mas incidi em vários momentos de sua vida devido a sua postura crítica diante o mundo. E se a coerência, nesse caso, seria determinada pela sua maneira de agir frente aos acontecimentos pelos quais vivenciava, conseqüentemente, seria “natural” sua entrada para o sindicato. Pois, finalmente teria encontrado os seus pares para dialogar e lutar contra as *mazelas* da profissão.

Enfim, o que parecia ser uma simples atitude de “rebeldia”, insubmissão” ou “desacato”, era na verdade o gérmen de uma disposição política que se constituiu com base nos próprios acontecimentos que vivencia e a fazem “ser rebelde”. Sua afirmação abaixo comprova seu espírito indômito: *“devemos lutar enquanto estamos vivos, aprender que enquanto estivermos respirando temos que ir a luta mesmo.”*

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa é possível perceber que algum detalhe pode não ter sido trabalhado, ficando a impressão de abandono frente a certas informações das entrevistadas. Esse “deixar de lado”, entretanto, indica a possibilidade de futuras análises que poderão ser realizadas em outro momento.

Cabe salientar que esse grupo de professoras, apesar de constituírem trajetórias heterogêneas e particulares, se constitui segundo uma dimensão social num duplo sentido: a) sua disposição política foi adquirida a partir de diferentes processos de socialização que se concretizaram em diferentes configurações sociais. Todas, antes de se tornarem lideranças no SEPE, tiveram, de algum modo, participação no movimento social. Ou seja, demonstra que a construção de uma liderança se faz por meio de um longo processo social que implica uma socialização de cunho político anterior; b) a especificidade de cada história pode ser redimensionada e entendida como expressão de certos tipos sociais, na medida em que os processos de socialização vivenciados pelas entrevistadas devem ser visto como algo que também ocorre com outras professoras.

Além disso, se cada entrevistada possui suas particularidades, todas elas tornaram-se sindicalistas, ligadas ao SEPE e, portanto, protagonistas da luta docente na Baixada. E, nessa linha de raciocínio, pude, ainda, confirmar algumas hipóteses.

Uma delas se refere à importância da socialização primária na formação política das entrevistas. Percebemos que algumas práticas familiares, assim como escolares podem estimular e desenvolver certa disposição política. Algumas entrevistadas, como Sônia, Marlene, Edna e Dilma nos mostram a importância da figura da mãe. Ao falarem sobre seu passado e sua ligação com a política, se lembram de imediato de suas mães, nos indicando que, de alguma forma, existiria um fio condutor entre elas e seu engajamento político.

Igualmente a escola e o ambiente acadêmico também aparecem com destaque na formação política de algumas entrevistadas. O CEC e os grêmios acadêmicos como a figura de alguns professores também marcam sua presença na formação, a exemplo da Edna, Clarisse e Lilian.

O capital social igualmente pode ser visto como um aspecto que levou algumas entrevistas para a vida sindical. Às vezes, a presença de professores sindicalizados na

escola leva, por exemplo, a entrada no SEPE. Ivete, Letícia e Sônia se aproximam do SEPE e ali permanece porque encontra no sindicato amigos do movimento de bairro. Portanto, “cair” numa escola que já possui um ambiente propício, isto é, colegas que já participam do SEPE, faz com que outros professores sejam mais facilmente cooptados pelo sindicato. Reencontrar amigos que militam também ajuda.

E por fim, outra hipótese confirmada foi a relação da Igreja com a politização dos entrevistados. Podemos comprovar que um número significativo dentre as entrevistadas teve algum tipo de envolvimento com a Igreja e os movimentos sociais, já que estes estão diretamente interligados. Essa vivência, inclusive, ocorre em um momento bastante específico que a Igreja vivia e que a relacionava diretamente à política. Também comprova o quanto essa Igreja influenciou a Baixada: deixando seu rastro na história política e sindical da região.

Contudo, no decorrer da análise, percebi que surgiram outras possibilidades de compreensão sobre a trajetória da entrevistas. Aspectos que não foram previstos nas hipóteses. São elas: a experiência operária, o movimento de esquerda e a possibilidade de se adquirir a disposição política por meio de várias experiências.

Embora a pesquisa trate da temática política sindical, não havia considerado a possibilidade de encontrar professoras oriundas do meio operário. Além de abrir precedentes para que possam existir outras professoras com essa mesma experiência, mostra o quanto os professores estão próximos dos operários, sendo “correta” sua identificação como “trabalhadores” da educação. Essa evidência também permite a seguinte consideração: a possível existência de mais professores oriundos do meio operário e esta existência seria resultado da democratização do ensino que permite o aumento das oportunidades escolares para frações da classe operária, o que propicia mais opções de escolhas profissionais e também a procura pela licenciatura, isto é, pelo magistério.

O que denominei de movimento circular talvez tenha sido a análise mais difícil de fazer, pois não havia, de imediato, algo que ligava à entrevistada à política. Não conseguia identificá-la com nenhuma das categorias já existentes, mas, ao mesmo tempo, identificava várias situações que à levaram à política. Talvez, sua forma de lidar com os fatos – postura crítica e rebelde – a tenha levado para a política.

Outra categoria que também não estava prevista refere-se ao movimento de esquerda, apesar de saber que o mundo sindical é recheado de indivíduos que são “de esquerda” e muito provavelmente militaram em algum movimento de esquerda.

Enfim, além de confirmar algumas hipóteses, também pude perceber um campo para novas possibilidades de análises referentes às relações entre experiências de socialização e identidade sindical.

Outra questão significativa para a pesquisa refere-se ao foco do trabalho: a relação de um grupo de professores com a vida sindical. Pois se vivemos um tempo de descrença com a política, o sindicato e os partidos políticos; um momento em que a população de um modo geral cada vez mais acredita menos nesse tipo de prática, parece importante mostrar que ainda exista professores que desejam agir coletivamente e que, ainda, estejam pensando e representando a categoria.

Fazendo uma relação com o estudo de VIANNA (1999) é possível, então, constatar que todas as entrevistadas encontram-se inseridas no primeiro grupo apontado pela autora, onde a militância e o agir coletivo estariam essencialmente no sindicato e na escola.

Assim, se algumas professoras estavam inicialmente fazendo seu agir coletivo timidamente, na escola, mais tarde, se engajam nas atividades promovidas pelo SEPE, se tornando, inclusive, parte de sua direção. Essa atuação é tão integral e orgânica que sua prática em sala de aula também é marcada por essa idéia:

“Apesar de eu ser um pouco rebelde, eu faço tudo isso (...) essa semana a gente descobriu uma menina novinha, que está procurando um partido político para se filiar (...) ela se simpatiza com o PTB (...) ela foi conversar com um colega meu que também é professor nessa escola e ela se identificou (...) professora, né (...) eu aproveito os textos de jornal e tal de política para trabalhar, e eles não conseguem entender muito bem isso e acabo instruindo eles né, alertando para a política do governo.” (Valéria)

O engajamento dessa professora ocorre nos dois espaços de atuação, tanto na sede do sindicato, quanto na escola e, nesse espaço, trata de buscar um diálogo com seus pares de profissão, assim como, fazer com que as concepções políticas sejam difundidas também dentro da sala de aula. Percebe-se, então, que a tipologia que VIANNA (1999)

propôs em sua pesquisa, pode ser examinada na medida em que, por exemplo, Valéria atua de modo contundente tanto no sindicato quanto na escola e desse modo teve uma maior proximidade com o *tipo 1*.

Nesse caso, o *ethos* político de Valéria permanece vivo e ao se perpetuar principalmente nos jovens que ainda estão em formação e acaba por influenciá-los evitando que se corrompam nas drogas, por exemplo. Acaba por dar um sentido para seus alunos: lutar pelos seus direitos.

Enfim, no que se refere às disposições políticas adquiridas, concluímos que todas as professoras entrevistadas ao chegarem ao SEPE já haviam, anteriormente, passado por alguma experiência que as ligava à política. Portanto, o SEPE passa a ser o “ponto de chegada” para esses nove professores que antes já tinham tido algum tipo de socialização que os ligou à política. Ou seja, as configurações sociais pelas quais as entrevistadas circularam antes do SEPE, demonstram que a “identidade política” ou “sindical” é algo não só adquirido ao longo de toda uma trajetória, como, também, uma habilidade que apenas se desenvolve nos já “iniciados”.

Referências:

ALMEIDA, Maria Isabel. Desenvolvimento profissional docente: uma atribuição que também é do sindicato. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu, 2000. <http://www.anped.org.br/inicio>. Acesso em 16 agosto de 2011.

ALMEIDA, Danusa Mendes. A Formação do Movimento Sindical Docente Cearense: a criação da Apeoc/ Sindicato e do Sindiute. Associativismo e sindicalismo docente no Brasil. Seminário para discussão de pesquisas e constituição de rede de pesquisadores, 2009. <http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/almeida.pdf>. Acesso em 18 de agosto de 2011.

ALVARENGA, Dulce Rodrigues. Ação político-pedagógica do SEPE junto aos professores, na busca de uma escola pública e de qualidade e que atenda aos interesses da classe trabalhadora. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1991.

ANDRADE, Eliane Ribeiro. Nos limites do possível: uma experiência político pedagógico na baixada fluminense. Dissertação. FGV/IESAE. Rio de Janeiro, 1993.

ANDRADE, Teresa Ventura de. A união dos professores do Rio de Janeiro: um capítulo da história da organização docente (1948-1979). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

ASSIS, João Marcus Figueiredo. A Diocese de Nova Iguaçu frente à chacina da Baixada Fluminense: memória e identidade. Horizonte, Belo Horizonte. 2008, p. 69-84.

BADARÓ, Marcelo Mattos. Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988). Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

BARRETO, Alessandra Siqueira. Cartografia política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

BETTO, Frei. O que é Comunidade Eclesial de Base. Abril, São Paulo. 1985.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Ed. UNB, v.I, 1998.

BOITO Jr, Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: Armando Boito Jr. (Org) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Zero, 1983.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (Orgs.). *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro. FGV, 1998, p. 183-191.

_____. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. *Escritos de Educação*. Petrópolis, Vozes, 2002, p. 65-79.

BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 2002, p.11-30.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. A Vitória Colegial: registros de sucesso escolar nos anos 1950. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, SBHE/Autores Associados, n. 23, maio/ago. 2010, p. 197-224.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro. A esquerda ontem e hoje: o dilema entre igualdade e liberdade. *Sociedade e Estado*, Brasília. 2009, p. 509-527.

DEVECHI, Catia Piccolo Viero; TREVISAN, Amarildo Luiz. Sobre a proximidade do senso comum das pesquisas qualitativas em educação: positividade ou simples decadência? *Revista Brasileira de Educação*. 2010, p.148-161.

DUBAR, Claude. *A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

_____. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 62, 1998.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

ENNE, Ana Lúcia. Lugar meu amigo, é minha Baixada: Memória, Representações Sociais e Identidades. Tese (Tese de doutoramento). Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2002.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A UNE em tempos de autoritarismo. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro. 2009.

FERREIRA, Rita de Cássia Oliveira Cafeu. O Estado da arte sobre a formação docente com base nas produções comunicadas nos eventos de história da educação (2002-2007). V Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação em Minas Gerais. FAE/UFMG. 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Estado e sindicalismo docente: 20 anos de conflitos. *Revista ADUSP*, São Paulo, 1996, p. 14-20.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. (Trad) Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2000.

GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Tradução Daniel Bueno. Porto Alegre. Ed. Artmed, 1997

HYPOLITO, Álvaro Moreira, GARCIA, Maria Manuela e VIEIRA, Jarbas Santos. As identidades docentes como fabricação da docência. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, jan/abr. 2005, p. 45-56.

LAHIRE, Bernard. *Retratos Sociológicos – disposições e variações individuais*. São Paulo, Artmed, 2004.

_____. Esboço do programa científico de uma sociologia psicológico. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2008, p. 373-389.

LAWN, Martin. Os Professores e a Fabricação de Identidades. *Currículo sem Fronteiras*. 2001, p. 117-130.

LELIS, Isabel. Profissão Docente: Uma Rede De Histórias. *Revista Brasileira De Educação*. maio/ago, Anped, São Paulo, 2001, p. 40-49.

MIRANDA, Kênia. A Organização dos Trabalhadores em Educação sob a forma-sindicato no capitalismo neoliberal. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

_____. Como Os trabalhadores da educação pensam a educação dos trabalhadores: um estudo sobre os sindicatos docentes do Rio de Janeiro. In: Reunião Anual Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Educação, 29º, 2006, Caxambu. <http://www.anped.org.br/inicio>. Acesso em 16 agosto de 2011.

MOITA, Maria da Conceição. Percursos de Formação e de Trans-formação. In: Nóvoa, Antonio (org). *Vidas de Professores*. Portugal, Porto Editora, 1995, p. 111-140

NAJJAR, Jorge. O Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação como sujeito político e formador: trajetória, problemas e perspectivas. In.: SEMEARO, Giovanni (org.) *Filosofia e Política na formação do educador*. Aparecida, SP. Idéias & letras, 2004, p.153-182

NASCIMENTO, Maria das Graças Chagas de Arruda. Trajetórias de vida de professores formadores: a constituição de habitus profissionais. Tese (Doutorado em Educação) PUC/ Rio de Janeiro, 2006.

NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria & Educação*, nº 4, Pannonica Editora, Porto Alegre, 1991, p.109-139.

_____. Os professores e as historias da sua vida. In: Nóvoa, Antonio (org). *Vidas de Professores*. Porto Editora, Portugal, 1995, p.11-30

NUNES, Clarice. Memória e historia: entre praticas e representações. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org.). *Formação de educadores: desafios e perspectivas*. São Paulo: UNESP. 2003, p. 131- 145.

PERRENOUD, Philippe. *Práticas pedagógicas, profissão docente e formação*. Publicações Dom Quixote, Portugal, 1993.

PORTO, Hélio Ricardo Leite. Saneamento e cidadania: trajetórias e efeitos das políticas públicas de saneamento na Baixada Fluminense. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, Lucíola Licínio. Formação de professores na cultura do desempenho. *Educação e Sociedade*. 2004, p.1145-1157.

SANTOS, Eva Teresinha dos; RAMOS, Luciano França. O processo formativo de lideranças sociais e políticas na Baixada Fluminense: Duque de Caxias e Nova Iguaçu. In: BROSE, Markus (org.). *Lideranças para a democracia participativa: experiências a partir da Teologia da Libertação*. Editora da UCG, GOIÂNIA, 2008, P. 21- 40.

SCARAMUSSA Cristiane Joazeiro. Escrita Docente: a Constituição de um gênero discursivo na formação continuada de professores. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Rita de Cássia. Novas tendências do sindicalismo brasileiro: A formação do sindicato estadual dos profissionais de educação (SEPE – regional V) no período de 1979-1990. Dissertação (Mestrado em Educação), Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Ana Carolina Ferreira Rodrigues. Vozes da Baixada: um estudo sobre rádio comunitária em Queimados e São João de Meriti. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Percival Tavares. Origem e trajetória do movimento amigos de bairro em Nova Iguaçu (MAB) – 1974. Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.

_____. A práxis da formação política das classes populares. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, 2007, p. 49-67.

_____. Bolsas de estudo no ensino fundamental privado, entre a universalidade de direito à educação e o clientelismo na educação: o caso de Nova Iguaçu/ RJ . Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVEIRA, Marta Lima Moraes. Entre Gregos e Troianos. As relações entre o SEPE/RJ e a categoria de profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

SOUZA, Aparecida Néri de. Sou professor sim senhor! Representações, sobre o trabalho docente, tecidas na politização do espaço escolar. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1993.

SOUZA, Carla Zottolo Villanova. No mundo das normalistas: As representações da futura professora nas páginas das revistas Instituto e Normalista (1941-1953). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, Anped, n. 14, 2000, p.61-88.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Anped, nº 13, 2000, p. 5-24.

VICENTINI E LUGLI. Movimento docente: pluralidade e disputas. In *História da Profissão docente no Brasil: representações em disputa*. SP, Cortez, 2009, p. 95-143.

VIANNA, Cláudia. Engajamento docente: a complexa relação entre crise e identidade coletiva. In: *Os nós dos nós: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo*. Xamã, São Paulo, 1999.

_____. A produção acadêmica sobre organização docente: ação coletiva e relações de gênero. *Educação & Sociedade*, n. 77, 2001, p. 100 – 130.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L.M. F.; VEIGA, C. G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica, 2000, p. 95-134.

Roteiro das entrevistas:

1. Fale um pouco da sua infância, você e sua família.
2. Fale um pouco da sua entrada na escola, no ensino fundamental e no ensino médio.
3. Onde estudou? Rede privada ou pública?
4. Sua família tinha alguma formação política ou se interessava por assuntos de interesse coletivo?
5. Participava de alguma instituição religiosa?
6. Qual foi o curso de graduação?
7. A família influenciou na escolha da sua profissão?
8. Quanto tempo de magistério?
9. Qual foi o seu interesse quando se filiou ao sindicato?
10. Quanto tempo está associada ao SEPE?
11. Qual o papel do sindicato na sua vida?
12. Em sua opinião, o que vem a ser política?
13. Política sindical é diferente de política?
14. Participar do sindicato significa aderir à política?
15. Consegue observar na sua trajetória o ponto de *arranque* para uma visão política?
16. Antes da sua filiação, teve oportunidade de fazer alguma formação política? Escola, Igreja, Associação de Moradores, grupos de jovens, teatro?
17. Conhece o Centro de formação de líderes de Nova Iguaçu?
18. Costuma participar de todos os atos e assembléias do SEPE?
19. Como ocorre a sua participação política? Vai as assembléias, às passeatas, com que frequência frequenta a sede atual?
20. Promove reunião em sua escola?
21. Seu interesse pela política alterou sua prática na escola? Como os professores de sua escola te vêem?